




E - B O O K

Sustentabilidade
em ação: **integrando
ideias e práticas**

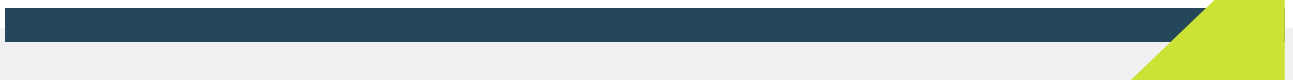
No cuidado com a casa comum,
nasce o gesto que transforma o futuro.





Sustentabilidade em ação: **integrando ideias e práticas**

No cuidado com a casa comum,
nasce o gesto que transforma o futuro.





**CONGRESSO METODISTA (Org. DISCENTES)
PROJETO EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ:**

METODISTA
São Paulo, 20 a 22 de outubro de 2025 -
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor/a

Artigos:
Grupos de trabalho dos PPGS –Programas de pós-graduação
(COMUNICAÇÃO SOCIAL) (EDUCAÇÃO) (PSICOLOGIA DA SAÚDE)
(CIÊNCIAS DA RELIGIÃO) Edição Digital / Textos Completos

São Bernardo do Campo, 2025



Ficha técnica

Produção realizada para o projeto: Educação para cultura de paz, Diálogos religiosos e o autoconhecimento: caminhos para o desenvolvimento humano [recurso eletrônico]: Congresso Metodista

Organizadora:

Janaina Brito de Assis Freitas (Mestra em Ciências da Religião e Doutoranda - UMESP)

Coordenação:

Janaina Brito de Assis Freitas (Mestra em Ciências da Religião e Doutoranda - UMESP)

Fabiana Correa Mateus (Mestra em Educação, Comunicação e Administração - USM e Doutoranda - UMESP)

Equipe organizadora:

Fabiana Correa Mateus (Mestra em Educação, Comunicação e Administração - USM) Área: Psicologia da Saúde

Francisco Marcio Marques dos Santos (Mestre em Comunicação Social - UMESP) Área: Comunicação Social

Janaína Brito de Assis Freitas (Mestra em Ciências da Religião - UMESP) Área: Ciências da Religião

Laura Cristiane Ramalho Moreira (Pós-graduada em Educação Especial - ETEP) Área: Educação

Análises e produção dos textos:

Carla de Cassia Silva de Souza Sohler
Cesar Luiz de Oliveira Janoti
Daniela da Cunha Lopes
Daniela Gouveia Viana
Danielly V Barbosa Alves

Dayane Romero C. Manthay
Douglas Scarp Carvalho
Erika Peselli
Fabiana Correa Mateus
Fabriciano Mendes da Silva
Felipe Donadon
Fernanda de Oliveira Santos
Francisco Marcio Marques dos Santos
Gisele Helena D'Ottaviano
Glauca Balbachan
Graciél Teixeira Santos
Ivan Rogério Bitolo
Isabella Graballos
Janaína Brito de Assis Freitas
Juliana Ferreira Pereira Tavares
Laura Cristiane Ramalho Moreira
Luciana Carias Lobato Pires
Maria A R C R Itiuba
Marisa de Almeida dos Santos
Miriam Cristina Martins Silva
Patrícia de Oliveira Aleixo Silva
Regina Helena Zerrenner Florido
Rodrigo Nóbrega de Almeida
Rose Cardoso de Araújo
Silvania Rita Ramos

Revisão de conteúdo:
Janaína Brito de Assis Freitas

Leitura colaborativa:
Patrícia Fratucci Santos

Revisão ortográfica:
Miriam Cristina Martins Silva

Diagramação:
Douglas Scarp Carvalho
Janaina Brito de Assis Freitas

Capa e projeto gráfico:
Luis Siqueira

Publicação eletrônica São Bernardo do Campo, 2025

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|--|
| 01 | ● | Apresentação |
| 04 | ● | Comunicação e o Estudo do Greenwashing |
| 20 | ● | Educação para a Consciência Planetária |
| 55 | ● | Psicologia e Vínculos Socioambiental |
| 74 | ● | Religião, Ética e Espiritualidade Ecológica |
| 132 | ● | Sustentabilidade Integral e Práticas Transformadoras |

Apresentação



O presente e-book é resultado de um projeto interdisciplinar desenvolvido no âmbito das áreas de Comunicação Social, Educação, Psicologia da Saúde e Ciências da Religião, pertencentes ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Metodista de São Paulo.

A iniciativa surge do reconhecimento de que os desafios contemporâneos, especialmente os de natureza socioambiental, ética e cultural, exigem um olhar integrado entre ciência, espiritualidade, comportamento humano e práticas comunicacionais. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas oferecem um marco de referência para orientar políticas comunicacionais, práticas educacionais e comunitárias voltadas à sustentabilidade, justiça social e cuidado com o planeta.

Vivemos em tempos de desafios socioambientais sem precedentes, em que questões como sustentabilidade, ética, responsabilidade social e cuidado com o planeta se tornam urgentes e interdependentes. Este e-book reúne uma seleção de artigos que abordam esses temas sob diferentes perspectivas (da comunicação corporativa à educação, da psicologia à espiritualidade, passando pela reflexão ética das tradições religiosas), oferecendo um panorama rico e multidimensional sobre a construção de práticas e valores sustentáveis.

No primeiro eixo temático, “Greenwashing, Comunicação Pública, Ética e Transparência: Desafios para uma Sustentabilidade Legítima”, o leitor é convidado a compreender o fenômeno do greenwashing, que transforma a sustentabilidade em narrativa de marketing, muitas vezes em desconexão com ações concretas. A análise de casos nacionais e internacionais evidencia a importância de uma comunicação ética, transparente e responsável para fortalecer a credibilidade e a efetividade das iniciativas corporativas em prol da sustentabilidade.

Ademais, o papel da educação é explorado em “Sustentabilidade na Escola: Formando Cidadãos Conectados com o Mundo Real para um Futuro Melhor”, evidenciando como o ambiente escolar pode ser um espaço central para a formação de sujeitos críticos e responsáveis. Ao articular teoria, práticas pedagógicas inovadoras e políticas públicas, o texto propõe a sustentabilidade como um eixo transversal, capaz de transformar estudantes em agentes ativos na construção de uma realidade mais justa e equilibrada.

O terceiro eixo, intitulado “Entre Desafios e Potencialidades: a psicologia frente à complexidade humana e à sustentabilidade”, volta-se para os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que sustentam práticas ambientais responsáveis. O artigo destaca como a formação da consciência ambiental, aliada à reflexão crítica, valores éticos e engajamento coletivo, pode gerar mudanças comportamentais reais e duradouras, conectando a psicologia ao desenvolvimento sustentável.

Encerrando a obra, o debate volta-se para a dimensão espiritual e ética da sustentabilidade, abordada nos artigos “Do Eu ao Nós: Éticas de Sustentabilidade das Tradições Religiosas Mundiais” e “Religião e Sustentabilidade: Caminhos Espirituais para uma Ética do Cuidado com a Casa Comum na Crise Climática”.

Deste modo, propõe-se um diálogo entre religiões e tradições espirituais, revelando como a passagem do 'eu' para o 'nós' (da individualidade à coletividade) pode fundamentar práticas de cuidado com o meio ambiente, promoção da justiça social e fortalecimento do bem-estar coletivo. O foco recai sobre o Judaísmo, Islamismo, Cristianismos do Sul Global, tradição cristã protestante e budismo, evidenciando convergências e aprendizados éticos que inspiram uma espiritualidade ecológica comprometida com a vida no planeta.

Portanto, este e-book não apenas apresenta análises acadêmicas, mas propõe caminhos concretos para compreender e transformar a relação entre indivíduos, sociedade e natureza, promovendo engajamento ético, consciente e transformador para com a casa comum, nosso planeta, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas."

Janaína Brito de Assis Freitas
Comissão organizadora



Comunicação Social

Comunicação Social

O greenwashing revela-se como uma estratégia comunicacional que disfarça práticas insustentáveis sob o verniz de discursos ecológicos. Ao expor a manipulação simbólica das imagens e a ausência de ética nas campanhas ambientais, destaca-se a urgência de uma comunicação transparente e responsável, capaz de sustentar uma verdadeira cultura de sustentabilidade.

Coordenação do eixo temático:

Francisco Marcio Marques dos Santos

Ementa:

Estudo interdisciplinar e crítico sobre o greenwashing enquanto prática comunicacional que distorce o sentido da sustentabilidade e fragiliza a confiança social. Analisa os mecanismos simbólicos, éticos e discursivos utilizados por corporações e instituições na produção de aparências de responsabilidade ambiental. Propõe uma reflexão sobre os fundamentos éticos da comunicação e a importância da transparência, da coerência entre discurso e prática e da participação social para o fortalecimento de uma sustentabilidade legítima.

GREENWASHING, COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA: DESAFIOS PARA UMA SUSTENTABILIDADE LEGÍTIMA

Francisco Marcio Marques dos Santos¹

Daniela da Cunha Lopes²

Erika Peselli³

Glauca Barbachan⁴

Resumo: Este artigo analisa o fenômeno do greenwashing no contexto corporativo, enfatizando seus efeitos na ética, na transparência e na credibilidade das iniciativas relacionadas à sustentabilidade. São apresentados exemplos nacionais, como os desastres ambientais em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), assim como casos internacionais, incluindo o escândalo Dieselgate da Volkswagen (2015) e campanhas de empresas como Shell, BP e Apple. O foco principal reside na análise das estratégias simbólicas, tais como imagens, vídeos, selos de certificação e relatórios, que frequentemente criam a impressão de responsabilidade ambiental que nem sempre condiz com as ações efetivas dessas organizações. Neste artigo, destaca-se a importância de uma comunicação ética, transparente e participativa para promover uma sustentabilidade autêntica.

Palavras-chave: Greenwashing; Comunicação Pública; Ética Empresarial; Sustentabilidade; Transparência.

¹ Doutorando em Comunicação (UMESP). Mestre em Comunicação. Graduado em Cinema. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3618-2161>. E-mail: kicosantos@gmail.com.

² Mestranda em Comunicação (UMESP). Graduada em Psicologia (UniCeub) e S.Social (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4375-867X> E-mail: daniela.lopesdmd@gmail.com.

³ Mestranda em Comunicação (UMESP). Graduada em Jornalismo e, RTV (UMESP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6958-2881>. E-mail: sbtbrasil.erika@gmail.com.

⁴ Mestranda em Comunicação (UMESP). Graduada em Jornalismo (USCS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0128-1429> . E-mail: glaub76@gmail.com.

Introdução

O greenwashing, ou “maquiagem verde” é um tema bastante presente nas conversas atuais sobre sustentabilidade, ética e comunicação. Ele acontece quando as empresas adotam estratégias para criar uma imagem de responsabilidade ambiental e social, mas sem colocar em prática ações concretas.

Em outras palavras, elas transformam a sustentabilidade em uma narrativa de marketing para parecerem mais responsáveis do que realmente são. Aqui no Brasil, exemplos marcantes incluem os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). No cenário internacional, casos como o “Dieselgate” da Volkswagen (2015) mostram como se pode manipular imagens, selos e relatórios para convencer o público de uma imagem de sustentabilidade que, na prática, não corresponde à realidade.

Outros exemplos internacionais incluem campanhas da ExxonMobil na década de 2010, que promoviam energias renováveis enquanto continuavam investindo pesado em combustíveis fósseis; da Shell, entre 2010 e 2020, que anunciava neutralidade de carbono apesar de suas operações poluentes; da BP, com a campanha “Beyond Petroleum” após o desastre da Deepwater Horizon (2010); da H&M, desde 2011 com a “Conscious Collection”, que promove roupas consideradas sustentáveis, mesmo continuando a produzir moda rápida; e da Apple, a partir de 2015, que valoriza reciclagem e materiais sustentáveis em suas campanhas institucionais, mas enfrenta críticas relacionadas às condições de trabalho e ao descarte de eletrônicos.

O problema ético do *greenwashing* está na sua capacidade de minar a confiança do público, enfraquecer a governança corporativa e limitar a participação das pessoas na discussão, transformando responsabilidades sociais e ambientais em estratégias de marketing. Por isso é fundamental entender como os recursos técnicos e as estratégias de comunicação influenciam as interpretações e as percepções sobre as ações das empresas.

Uma abordagem baseada nas ideias de Flusser, junto com os insights de Morin e Martín-Barbero, ajuda a identificar contradições entre o discurso e a prática das corporações. Assim, reforça-se a importância de uma comunicação pública ética,

1. Referencial Teórico

O estudo do *greenwashing* demanda uma abordagem multidimensional, envolvendo comunicação, ética e sustentabilidade. Vilém Flusser (1999, 2000) afirma que imagens, vídeos e aparatos técnicos não são registros neutros da realidade, mas sim instrumentos simbólicos que constroem percepções e narrativas. No contexto corporativo, vídeos institucionais, selos de certificação e relatórios anuais funcionam como mediadores simbólicos, criando a impressão de responsabilidade socioambiental, mesmo quando práticas empresariais contradizem tais imagens.

Complementarmente, Edgar Morin (2005, 2007) enfatiza a complexidade das questões socioambientais, defendendo abordagens integradas que articulem dimensões ecológicas, sociais e culturais. O *greenwashing*, ao reduzir a sustentabilidade a uma estratégia de marketing, nega essa complexidade e fragiliza o engajamento social.

Por sua vez, Jesús Martín-Barbero (2003, 2008) destaca o papel da comunicação como mediadora da cultura e do conhecimento social, não apenas como transmissora de informação. Sob essa perspectiva, campanhas de *greenwashing* não apenas manipulam percepções individuais, mas influenciam interpretações coletivas sobre responsabilidade corporativa e sustentabilidade, criando ilusões de compromisso ético que dificultam a fiscalização e a participação cidadão.

O referencial teórico combinado evidencia que a análise crítica do *greenwashing* exige atenção aos aparatos técnicos, à construção simbólica de narrativas e às dimensões éticas e sociais da comunicação, reforçando a necessidade de transparência, pluralidade de vozes e alinhamento entre discurso e prática para uma sustentabilidade legítima.

2. Metodologia

A investigação foi conduzida mediante análise documental das campanhas empresariais veiculadas em diversos meios: anúncios publicitários, relatórios institucionais de sustentabilidade, vídeos institucionais e publicações em redes sociais. O objetivo consistiu em identificar as estratégias discursivas relacionadas ao *greenwashing*, bem como compreender os efeitos percebidos na sociedade. A abordagem teórica apoiou-se nos conceitos *flussianos* para interpretar as imagens enquanto dispositivos simbólicos capazes de criar realidades artificiais; além disso, as reflexões inspiradas por Morin e Martín-Barbero auxiliaram na interpretação crítica dessas estratégias sob perspectivas ético-sociais.

3 . Justificativa

Este estudo justifica-se pela urgência de compreender o greenwashing como fenômeno comunicacional, ético e socioambiental que vai além do marketing, envolvendo manipulação de percepções por aparatos técnicos e impactos reais na sociedade e no meio ambiente. A análise crítica, apoiada nas contribuições de Flusser (1995), Morin (2011) e Martín-Barbero, (2009) permite propor estratégias de comunicação transparente e participação social que promovam a sustentabilidade legítima.

4 . Desafios para uma sustentabilidade autêntica

O greenwashing consolidou-se enquanto tema central nas discussões sobre sustentabilidade ao ir além das mensagens superficiais transmitidas pelas corporações. Trata-se da falsa construção simbólica de responsabilidade ambiental, frequentemente dissociada das ações efetivamente praticadas pelas mesmas, cuja manipulação comunicacional mina a confiança pública nos agentes econômicos, ao enfraquecer mecanismos internos responsáveis pela implementação efetiva das práticas sustentáveis, além de restringir a participação cidadã no monitoramento dessas ações.

No Brasil destacam-se exemplos marcantes: os desastres ambientais ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Empresas mineradoras promoveram campanhas alegando compromisso social após prejuízos irreversíveis às comunidades locais, incluindo destruição hídrica e perda da biodiversidade, evidenciando que o greenwashing também funciona enquanto ferramenta política destinada a ocultar responsabilidades ou adiar reparações necessárias.

No cenário internacional exemplifica-se o caso Volkswagen: após o escândalo *Dieseldate* a empresa manipulou testes emissores enquanto continuava emitindo gases ilegais e investiu em campanhas para preservar sua imagem sustentável mesmo diante dos prejuízos ambientais causados pelo escândalo. Empresas energéticas como ExxonMobil continuam anunciando investimentos em energias renováveis enquanto mantêm operações intensivas em combustíveis fósseis; marcas *fast fashion* como H&M e Zara divulgam linhas sustentáveis enquanto seus processos produtivos permanecem altamente impactantes; no setor alimentício há multinacionais promovendo selos verdes falsificados enquanto suas cadeias produtivas envolvem desmatamento ou exploração laboral.

Segundo Flusser, as imagens, quer sejam fotos ou vídeos, não são registros neutros, mas constituem dispositivos simbólicos aptos a criar realidades aparentes perante o público. Assim sendo, a comunicação institucional age mediando percepções: ela pode legitimar boas ações ou mascarar práticas prejudiciais através desses recursos visuais ou textuais empregados estrategicamente.

Diversas táticas são comuns nesse contexto: fotos ilustrando áreas recuperadas ambientalmente; vídeos reforçando narrativas responsáveis; selos superficiais ou parcialmente validados; campanhas segmentadas nas redes sociais utilizando algoritmos para direcionar percepções favoráveis, todas seguindo um padrão descrito por Flusser: recursos técnicos moldando narrativas influentes deliberadamente.

A questão ética assume papel central neste debate. Morin reforça que problemas socioambientais requerem abordagens integradas considerando dimensões ecológicas, sociais e culturais: campanhas fraudulentas dificultam esse entendimento ao criar falsas sensações de responsabilidade enquanto os impactos negativos persistem na rotina operacional das empresas.

Martín-Barbero acrescenta ainda que a comunicação deve estimular um diálogo cultural ativo, não apenas transmitir informações unilaterais. Ações dissimuladas sob aparência responsável impedem esse envolvimento participativo necessário à transformação social sustentável.

Casos recentes ao redor do mundo ilustram essa complexidade crescente: Shell anuncia metas ambiciosas para energias renováveis enquanto mantém elevados níveis emissores; BP promove campanha Beyond Petroleum após graves desastres ambientais; Apple divulga uso de materiais reciclados em seus produtos ao mesmo tempo em que enfrenta críticas por condições precárias em fábricas terceirizadas ou pelo descarte inadequado eletrônico.

Esses exemplos demonstram que o fenômeno do greenwashing é globalizado e está aliado a estratégias comunicacionais cada vez mais sofisticadas. Imagens digitalmente elaboradas ou produzidas profissionalmente funcionam como dispositivos ideológicos capazes de criar “realidades” ilusórias diante dos consumidores ou espectadores. Uma análise crítica dessas ações revela que tais recursos desempenham papel central na construção dessas narrativas enganosas, influenciando percepções públicas muitas vezes distantes das ações concretas das corporações.

Para avançarmos rumo à sustentabilidade verdadeiramente autêntica, é imprescindível que a comunicação pública assuma um papel estratégico ético: deve ser transparente quanto às ações reais das organizações, promover vozes diversas no debate social, envolver ativamente a sociedade civil no monitoramento dessas práticas e verificar se as promessas estão sendo cumpridas efetivamente na prática cotidiana empresarial. Como demonstrado pelas contribuições aqui apresentadas por autores renomados, uma verdadeira

sustentabilidade exige compreensão aprofundada dessa complexidade social e ambiental além do marketing superficial. Ela requer coerência entre discurso verdadeiro e ação concreta, aliada ao envolvimento participativo da sociedade.

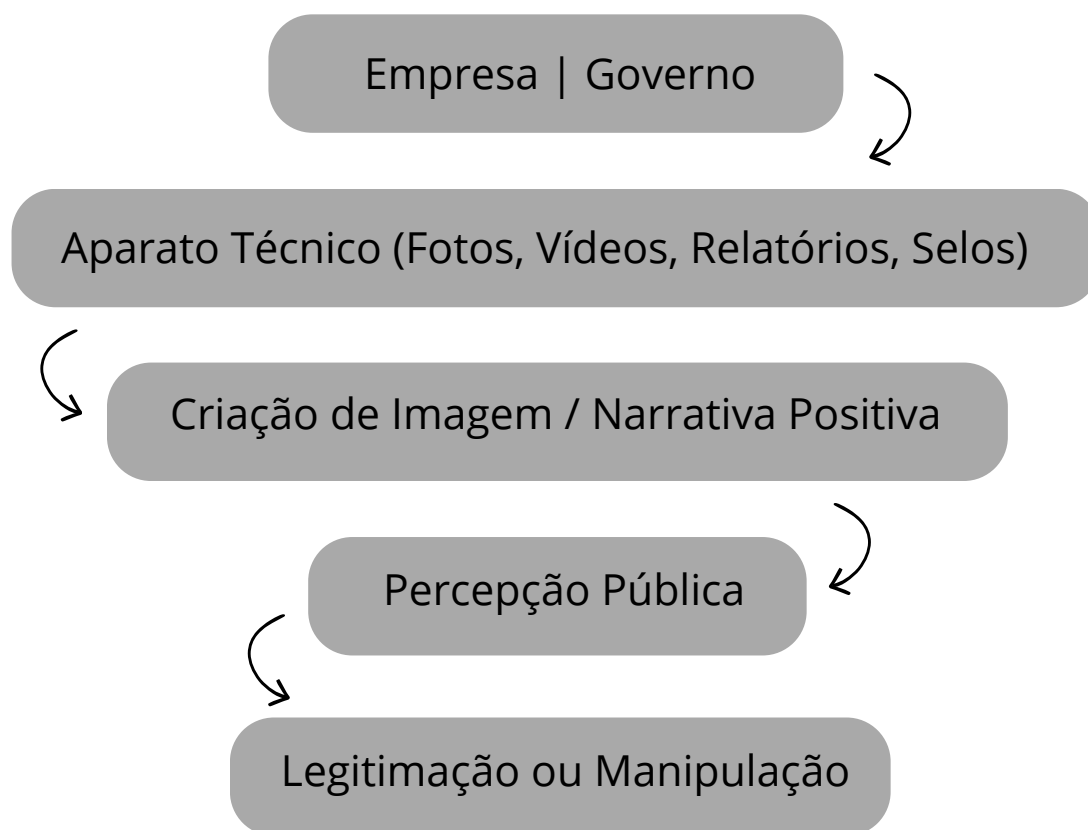
Quadro 1 – Exemplos de Greenwashing Nacional e Internacional

| Empresa / País | Campanha / Slogan | Setor | Estratégia de Greenwashing | Crítica Principal | Data | Fonte |
|-----------------------|-------------------------------|------------|--|--|--|--|
| Vale / Brasil | “Compromisso com a vida” | Mineração | Marketing pós-desastre, imagens de reconstrução | Ignora causas estruturais, negligência em segurança de barragens | 2019 (Brumadinho) | ANM; Relatórios da Vale; Estadão; BBC Brasil |
| Samarco Brasil | “Compromisso com a vida” | Mineração | Marketing pós-desastre, imagens de reconstrução | Ignora causas estruturais, impactos ambientais graves | 2015 (Mariana) | ANM; Relatórios da Samarco; G1 |
| Volkswagen / Alemanha | “Clean Diesel” | Automotivo | Publicidade ambiental positiva | Manipulação de dados de emissão de poluentes | 2015 (Dieselgate) | EPA; Reuters; The Guardian; BBC |
| ExxonMobil / EUA | “Investindo em energia limpa” | Energia | Publicidade enfatizando energias renováveis | Dependência contínua de combustíveis fósseis | Década de 2010 | Relatórios ExxonMobil; CNN; The New York Times |
| Shell Global | “Energy for a cleaner future” | Energia | Publicidade de neutralidade de carbono | Operações continuam poluentes, contradições reais | 2010-2020 | Relatórios Shell; Financial Times |
| BP / Global | “Beyond Petroleum” | Energia | Campanhas institucionais pós-desastre | Manutenção de atividades petrolíferas de risco | 2010 em diante (pós-Deepwater Horizon) | Relatórios BP; The New York Times; BBC |
| H&M Suécia | “Conscious Collection” | Moda | Produtos “sustentáveis” de marketing | Produção fast fashion com alto impacto ambiental | 2011 em diante | Relatórios H&M; Clean Clothes Campaign |
| Apple EUA | “Reciclável e sustentável” | Tecnologia | Comunicação sobre reciclagem e materiais recicláveis | Condições de fornecedores e descarte eletrônico problemáticos | 2015 em diante | Relatórios Apple; Greenpeace; The Verge; BBC |

Quadro 2 – Estratégias de Comunicação e Análise Flusseriana

| Estratégia de Comunicação | Aparato Técnico / Imagem | Análise Flusseriana | Caso / Data | Fonte |
|---|---|--|---|---|
| Fotografias de paisagens verdes | Câmeras, vídeos, redes sociais | Criação de percepção de responsabilidade ambiental; imagem atua como mediador simbólico da empresa | Samarco (2015), Vale (2019) | ANM; Relatórios; G1; Estadão |
| Selos de sustentabilidade | Certificações e gráficos | Instrumentos simbólicos que reforçam confiança do público, independentemente da efetividade real | H&M (2011 em diante), Apple (2015 em diante) | Relatórios H&M; Apple; Greenpeace |
| Vídeos institucionais pós-desastre | Produção audiovisual e edição | Narrativa visual manipula percepção da gravidade do desastre, destacando reparação simbólica | BP (2010 em diante), Shell (2010-2020) | Relatórios BP; Shell; The New York Times; Financial Times |
| Publicidade em redes sociais | Plataformas digitais e algoritmos | Amplificação de narrativas favoráveis; controla interpretação social por aparatos técnicos | ExxonMobil (década de 2010), Apple (2015 em diante) | Relatórios ExxonMobil; CNN; The Verge |
| Relatórios anuais e gráficos de performance | Documentos técnicos, PDFs, infográficos | Criam percepção de transparência e responsabilidade, mesmo que não reflitam práticas reais | Volkswagen (2015), BP (2010 em diante) | EPA; Reuters; The Guardian; BBC; Relatórios BP |

Figura 1 – Diagrama Flusseriano de Greenwashing



Legenda: O diagrama evidencia como aparatos técnicos estruturam interpretações públicas, legitimando ou manipulando ações corporativas, conforme Vilém Flusser.

Casos ilustrativos com datas e fontes: Samarco (2015, ANM, G1), Vale (2019, ANM, Estadão), Volkswagen (2015, EPA, Reuters), ExxonMobil (década de 2010, Relatórios ExxonMobil), Shell (2010-2020, Relatórios Shell), BP (2010 em diante, The New York Times, BBC), H&M (2011 em diante, Relatórios H&M), Apple (2015 em diante, Relatórios Apple, Greenpeace, The Verge).

Considerações Finais

O greenwashing é um fenômeno que acontece em todo o mundo, envolvendo estratégias de marketing, comunicação e a forma como as pessoas percebem as ações ambientais. Tanto no Brasil quanto em outros países, temos exemplos de campanhas bem elaboradas, muitas delas bastante presentes nas mídias digitais, que podem passar a impressão de responsabilidade ambiental, mesmo quando suas práticas não são realmente sustentáveis ou até prejudiciais ao meio ambiente.

A visão de Flusser (1995) nos ajuda a entender como os dispositivos técnicos contribuem para criar essas narrativas. Já Morin e Martín-Barbero destacam a importância de uma comunicação que seja clara, complexa e sensível às diferenças culturais.

Para que a sustentabilidade seja verdadeira e confiável, é fundamental que o discurso esteja alinhado com as ações, que as informações sejam transparentes e possam ser verificadas, e que a participação das pessoas seja de fato incentivada. Assim, podemos transformar o greenwashing em uma oportunidade de fortalecer a ética, melhorar a comunicação pública e promover uma cidadania ambiental mais consciente e global.

Referências

BBC. "Volkswagen: entenda o escândalo da fraude em testes de emissões". 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922_volkswagen_fraude_die_sel_lk. Acesso em: 18 ago. 2025.

CHAPARRO ESCUDEIRO, Manuel Carlos. Jornalismo, cidadania e qualidade. São Paulo: Summus, 2010.

CHAPARRO ESCUDEIRO, Manuel. Comunicação pública: interlocuções, confrontos e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2012.

CSELRAD, H.; MELLO, C.C.A; BEZERRA, G.N. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FLUSSER, V. Filosofia da Caixa Preta: ensaio sobre as possibilidades da técnica. São Paulo: Annablume, 1995

FOLHA DE S. PAULO. "Procon multa Apple e Samsung por venda de celulares sem carregador". 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/procon-multa-apple-e-samsung-por-venda-de-celulares-sem-carregador.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2025.

G1. "Ibama multa JBS em R\$ 24,7 milhões por compra de gado de área embargada na Amazônia". 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/ibama-multa-jbs-em-r-247-milhoes-por-compra-de-gado-de-area-embargada-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. A via: para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOLICA, R. Linguagem e sociedade. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, J. Comunicação, ética e sociedade. Rio de Janeiro: FGV, 201

THE GUARDIAN. "H&M accused of greenwashing with Conscious collection". 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/fashion/2019/jan/11/hm-accused-of-greenwashing-with-conscious-collection>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SAMPAIO, Carlos. Adaptação climática e políticas públicas no Brasil. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 10, n. 2, p. 45-63, 2021.

SIQUEIRA, A. et al. Meio Ambiente, política e economia: uma difícil equação. In: CALDAS, M. G. C. Vozes e silenciamento em Mariana: crime ou desastre ambiental? 2018.



Educaçã

Educação

A sustentabilidade deve ser compreendida como eixo estruturante da prática educativa, e não como um tema isolado. Sua presença no cotidiano escolar fortalece o pensamento crítico, o senso de pertencimento e a responsabilidade coletiva. A escola torna-se espaço de vivência concreta da sustentabilidade quando alia discurso e prática — no cuidado com o ambiente, nas relações humanas e nas formas de consumo. A formação docente, a gestão democrática e o envolvimento comunitário são pilares para consolidar uma educação ambiental crítica e emancipatória, capaz de transformar realidades e formar cidadãos éticos e conscientes.

Coordenação do eixo temático:

Laura Cristiane Ramalho Moreira

Ementa

Reflexão sobre a sustentabilidade como princípio transversal da educação, integrando teoria e prática na formação cidadã. Discute o papel da escola como agente transformador e propõe uma abordagem crítica e interdisciplinar da educação ambiental, fundamentada em valores éticos, democráticos e solidários. Analisa desafios como a formação docente e a necessidade de políticas públicas que promovam práticas sustentáveis, participativas e contextualizadas no cotidiano escolar.

SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA: FORMANDO CIDADÃOS CONECTADOS COM O MUNDO REAL PARA UM FUTURO MELHOR

Danielly Viviane Barbosa Alves⁵
Dayane Romero Cussolim Manthay⁶
Fernanda de Oliveira Santos⁷
Ivan Rogério Bitolo⁸
Juliana Ferreira Pereira Tavares⁹
Laura Cristiane Ramalho Moreira¹⁰
Luciana Carias Lobato Pires¹¹
Maria A. R. C. R. Itiuba¹²
Marisa de Almeida dos Santos¹³
Patrícia de Oliveira Aleixo Silva¹⁴
Rose Cardoso de Araujo¹⁵

⁵ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Letras (UNIABC). ORCID:[0009-0001-4033-6030](https://orcid.org/0009-0001-4033-6030) E-mail:danielly.barbosaalves@gmail.com.

⁶ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia (FAMA). ORCID:[0009-0004-7887-6659](https://orcid.org/0009-0004-7887-6659). E-mail:dayanercmanthay@gmail.com.

⁷ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia e Artes Visuais. ORCID:[0009-0009-3781-3834](https://orcid.org/0009-0009-3781-3834)E-mail:fernandadeoliveirasantos254@gmail.com.

⁸ Mestrando em Educação (UMESP). Graduado em Gastronomia (UMESP). ORCID: [0009-0001-9925-1146](https://orcid.org/0009-0001-9925-1146). E-mail:ivanbitolo@gmail.com.

⁹ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia e Geografia. ORCID:0009-0002-8714-924. E-mail:julyodila@gmail.com.

¹⁰ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia (FAINAM). ORCID:[0009-0000-5058-9317](https://orcid.org/0009-0000-5058-9317).E-mail:lauraramalhomoreira@gmail.com.

¹¹ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia (FAMA). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3835-6498>. E-mail:lulobatopires@gmail.com.

¹² Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Biomedicina (UMESP). ORCID: [0009-0009-7029-6197](https://orcid.org/0009-0009-7029-6197). E-mail:maria.itiuba@metodista.br.

¹³ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Ciências Sociais (FSA). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9157-7654>. E-mail:isa_almeidaibc@hotmail.com.

¹⁴ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5161-7864> .E-mail:patialeixo19@hotmail.com.

¹⁵ Mestranda em Educação (UMESP). Graduada em Pedagogia (Anhembi Morumbi). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9806-6857> E-mail: rosecardosodearaujo@gmail.com.

RESUMO: A discussão sobre sustentabilidade tem se ampliado em diferentes esferas sociais, e a escola ocupa papel central nesse processo de conscientização, reflexão e formação cidadã. Neste estudo, o objetivo é compreender como a abordagem da sustentabilidade no ambiente escolar pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com práticas transformadoras voltadas para o bem comum. A pesquisa bibliográfica parte da análise de autores que discutem educação ambiental, currículo escolar, protagonismo juvenil e políticas públicas, propondo uma leitura integrada entre escola, comunidade e território. A problemática que guia este trabalho interroga: de que forma a educação escolar pode fomentar uma cultura de sustentabilidade que vá além de ações pontuais e se materialize em projetos de vida conectados com o mundo real? Para responder a essa questão, organizou-se o estudo em três capítulos teóricos. O primeiro aborda os fundamentos da sustentabilidade e seu vínculo com a educação contemporânea. O segundo discute práticas pedagógicas inovadoras voltadas à formação de cidadãos críticos e ambientalmente responsáveis. O terceiro capítulo apresenta a articulação entre a escola, o território e as políticas públicas como eixo para práticas sustentáveis duradouras. Ao final, evidencia-se que a sustentabilidade deve ser tratada como um eixo transversal que perpassa o currículo e mobiliza o estudante como agente ativo na construção de um futuro coletivo é possível.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Educação Ambiental; Cidadania.

Introdução

A temática da sustentabilidade tem emergido como uma das mais relevantes do século XXI, diante dos impactos ambientais, sociais e econômicos provocados pelo modelo de desenvolvimento dominante. Esse debate exige não apenas políticas de mitigação, mas principalmente ações educativas voltadas à formação de sujeitos conscientes e engajados com a transformação da realidade.

No contexto escolar, a sustentabilidade precisa ser compreendida como uma dimensão transversal, que articula os conteúdos curriculares a práticas concretas e integradas ao cotidiano dos estudantes. Não se trata apenas de abordar temas ambientais de forma pontual, mas de construir uma cultura escolar que estimule o pertencimento, a responsabilidade coletiva e o pensamento crítico.

Tendo em vista tal cenário, o presente estudo tem como objetivo compreender como a abordagem da sustentabilidade no ambiente escolar pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com práticas transformadoras voltadas para o bem comum. Essa investigação é motivada pela necessidade de superar abordagens reducionistas e fragmentadas sobre o tema, ainda predominantes em muitas escolas.

A problemática que guia esta pesquisa é: de que forma a educação escolar pode fomentar uma cultura de sustentabilidade que vá além de ações pontuais e se materialize em projetos de vida conectados com o mundo real? Essa questão exige uma análise que contemple tanto os aspectos teóricos quanto as implicações práticas do tema no cotidiano pedagógico.

O trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica, com base em autores que discutem educação ambiental, currículo, cidadania, políticas públicas e protagonismo juvenil. A intenção é articular essas reflexões com o cotidiano da escola e as possibilidades de atuação docente frente aos desafios contemporâneos.

A proposta parte da premissa de que a sustentabilidade não deve ser tratada como disciplina isolada, mas como eixo formativo. Ao integrar valores, atitudes e ações concretas ao projeto pedagógico da escola, amplia-se o potencial educativo e ético da prática docente.

Essa integração requer formação docente qualificada, espaços de diálogo com a comunidade e escuta ativa dos estudantes. Assim, a escola se torna um lugar de articulação entre saberes científico e conhecimentos tradicionais, entre experiências locais e questões globais.

Para tanto, é necessário romper com práticas pedagógicas convencionais que limitam a aprendizagem à sala de aula e desconsideram a complexidade dos problemas enfrentados pelas novas gerações. A educação para a sustentabilidade exige projetos interdisciplinares, vivências comunitárias e ações concretas que mobilizem os estudantes a pensar e agir no mundo.

Com base nessa concepção, o presente trabalho está organizado em três capítulos teóricos que aprofundam as articulações entre sustentabilidade, educação e cidadania ativa. Ao final da análise, pretende-se oferecer subsídios para que educadores e gestores escolares possam repensar suas práticas à luz de um compromisso com o futuro coletivo.

1. Fundamentação Teórica

A sustentabilidade no ambiente escolar deve ser compreendida como uma prática educativa contínua, coletiva e inserida no território. Autores como Da Silva Souza (2020) apontam que a educação ambiental não deve ser tratada como tema isolado, mas como parte essencial da cultura escolar. Para isso, é necessário romper com práticas simbólicas e fragmentadas, fortalecendo o protagonismo discente e a gestão democrática dos espaços escolares.

Segundo Junior et al. (2024), muitas ações nas escolas ainda são esporádicas, atreladas a datas comemorativas, o que enfraquece o desenvolvimento de uma consciência ecológica crítica. Eles defendem a necessidade de políticas públicas que valorizem a formação docente contínua e contextualizada, além da integração entre diferentes áreas do conhecimento por meio de práticas interdisciplinares.

Melo et al. (2023) reforçam que a educação ambiental precisa ser institucionalizada e incorporada ao Projeto Político-Pedagógico das escolas. Eles destacam que as iniciativas mais eficazes são aquelas que envolvem práticas concretas, como hortas escolares e projetos de reciclagem, que conectam os estudantes à realidade local e fortalecem vínculos comunitários.

Lemos (2021) amplia a discussão ao afirmar que a educação ambiental deve ser prática social crítica, rompendo com posturas tecnicistas. A autora defende metodologias que valorizem a escuta dos estudantes, a empatia e o cuidado, tornando a escola um espaço sensível às demandas do mundo real.

Oliveira, Saheb e Rodrigues (s.d.) argumentam que é preciso superar a visão utilitarista da natureza, apostando em abordagens que integrem o racional e o sensível, o local e o global. Elas propõem que a escola seja um espaço de experiências e investigações reais, onde a diversidade cultural e os saberes populares sejam valorizados como parte da formação crítica dos estudantes.

Rocha et al. (2023) contribuem com uma visão epistemológica, defendendo a educação ambiental como prática formadora de sentidos e modos de existir. Os autores criticam a neutralidade pedagógica e ressaltam a importância da coerência entre discurso e ação no ambiente escolar, além da valorização de saberes tradicionais e indígenas como parte de um currículo mais plural e democrático.

Por fim, Ornelas e Carvalho (2023) e Grohe (2023) tratam da relação entre escola, território e políticas públicas, propondo uma abordagem decolonial e participativa. Para eles, a sustentabilidade escolar se fortalece quando dialoga com o contexto local, valoriza saberes historicamente marginalizados e atua de forma integrada às políticas públicas. A escola, nesse cenário, deixa de ser espaço isolado e passa a ser elo entre educação, cidadania e transformação social.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa com foco exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica de autores contemporâneos da área da educação ambiental. A escolha por esse tipo de metodologia se justifica pela intenção de compreender criticamente as práticas e concepções sobre sustentabilidade no contexto escolar, sem a pretensão de quantificar fenômenos, mas de interpretá-los à luz das reflexões teóricas existentes.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio da análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a sustentabilidade como um eixo pedagógico transversal. O levantamento incluiu obras de autores que discutem os desafios da educação ambiental, o papel da escola na formação cidadã e as relações entre território, currículo e políticas públicas.

O processo de análise priorizou o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, com o objetivo de construir um olhar crítico sobre as práticas educativas voltadas à sustentabilidade. A leitura dos materiais foi realizada de forma sistemática, considerando a coerência interna dos textos e sua relevância para a temática.

Essa metodologia permitiu identificar caminhos possíveis para fortalecer a integração da sustentabilidade ao cotidiano escolar, valorizando a participação ativa dos sujeitos, a construção coletiva do conhecimento e o compromisso ético com o meio ambiente e a justiça social.

3. Educação Ambiental Como Caminho de Sustentabilidade Escolar

A construção de uma cultura de sustentabilidade no ambiente escolar implica rever concepções tradicionais de ensino e promover práticas pedagógicas que articulem os saberes escolares às questões ambientais e sociais contemporâneas. A educação ambiental, nesse sentido, não pode ser restrita a conteúdos isolados, nem tratada como um tema comemorativo. Ela deve ser assumida como eixo estruturante do projeto educativo, integrando currículo, gestão e comunidade.

Essa integração exige que professores, estudantes e demais atores escolares se envolvam em ações planejadas, contínuas e articuladas ao território. Com base nesse entendimento, este capítulo apresenta reflexões de autores que contribuem para pensar a educação ambiental como prática formadora e política, situada no contexto da escola básica.

A primeira autora analisada, Fernanda Rodrigues da Silva Souza, defende uma abordagem da educação ambiental que vá além do conteúdo e da teoria, sendo vivida no cotidiano escolar como prática concreta. Para a autora, é fundamental romper com o que ela denomina “ambientalismo simbólico”, caracterizado por eventos pontuais, sem continuidade nem articulação com os demais componentes curriculares (Da Silva Souza, 2020, p. 116). A autora propõe uma intervenção emergente que insira a sustentabilidade no fazer pedagógico como prática coerente com o território e as vivências dos estudantes. Isso exige do docente uma postura investigativa e dialógica, aberta à escuta e à mediação crítica. O compromisso com a sustentabilidade precisa permear a cultura escolar e não se restringir a ações isoladas.

Da Silva Souza (2020, p. 117) sustenta que “a escola precisa assumir a sustentabilidade como um projeto coletivo e transversal, mobilizando todos os sujeitos envolvidos no processo educativo”. Essa transversalidade não se limita à integração entre disciplinas, mas envolve uma reorganização das práticas escolares, com foco na transformação do ambiente e das relações sociais. A autora defende que o estudante seja visto como agente ativo, capaz de compreender, problematizar e agir sobre os desafios ambientais do seu entorno. A escola, nesse cenário, torna-se espaço de vivência crítica e participação cidadã.

As atividades realizadas devem, portanto, ter vínculo com a realidade local, ampliando o pertencimento e o engajamento dos alunos.

Um ponto central da proposta de Da Silva Souza (2020, p. 118) é o protagonismo discente. A autora afirma que “a escuta dos estudantes é condição essencial para que a educação ambiental tenha sentido e relevância em seus cotidianos”. Isso significa que as ações devem ser construídas com os jovens, considerando suas perspectivas, seus saberes e suas inquietações. Essa escuta não pode ser formal ou ocasional, mas precisa integrar os processos pedagógicos em sua totalidade. O protagonismo dos estudantes fortalece o vínculo com o território, estimula a construção da autonomia e favorece o pensamento crítico. Quando ouvidos e respeitados, os estudantes se comprometem com as ações e se tornam agentes de transformação social.

Outro aspecto relevante destacado por Da Silva Souza (2020, p. 119) é a necessidade de repensar os espaços escolares como ambientes sustentáveis. A autora propõe que “a arquitetura, os jardins, os espaços de convivência e até os banheiros expressam uma cultura ecológica, de cuidado e respeito”. Essa proposta reforça a ideia de que a educação ambiental não ocorre apenas na sala de aula, mas em todos os momentos da vida escolar. A gestão democrática, a organização dos horários, os projetos coletivos e as práticas de consumo são dimensões que também precisam ser orientadas pelos princípios da sustentabilidade. Assim, a escola forma pelo exemplo e não apenas pelo discurso.

Para que tais mudanças sejam efetivas, Da Silva Souza (2020, p. 120) destaca a importância da formação continuada dos professores. A autora argumenta que muitos educadores têm interesse e sensibilidade para o tema, mas não foram formados para trabalhar a sustentabilidade de maneira crítica e integrada. É preciso investir em programas de formação que articulem teoria e prática, permitindo que o docente desenvolva projetos contextualizados e coerentes com os objetivos educativos da escola. A valorização do professor como mediador do processo é fundamental para que a educação ambiental se consolide como prática transformadora. O compromisso institucional com a formação é, portanto, um dos pilares dessa proposta.

Por fim, Da Silva Souza (2020, p. 121) reafirma que a sustentabilidade, ao ser integrada de forma orgânica ao currículo e à gestão escolar, amplia o potencial da educação como ferramenta de mudança social. A autora conclui que “o compromisso com a sustentabilidade é também um compromisso com a justiça social, a equidade e o bem comum”. Sua contribuição respalda a ideia de que a escola pode — e deve — ser espaço de construção de novas formas de estar no mundo. Com práticas pedagógicas engajadas, a educação ambiental deixa de ser discurso e passa a ser ação educativa efetiva e coletiva.

O segundo estudo, desenvolvido por Junior et al. (2024), apresenta uma revisão sistemática sobre educação ambiental e sustentabilidade no Ensino Médio. Os autores constataram que, apesar do crescente volume de publicações, as práticas escolares ainda são pontuais, pouco articuladas e raramente integradas ao currículo formal.

Os autores apontam que “as ações ambientais nas escolas, na maioria das vezes, se concentram em datas específicas, sem planejamento contínuo” (Junior et al., 2024, p. 628). Essa fragilidade compromete a formação de uma consciência ecológica crítica e revela a ausência de diretrizes pedagógicas claras. Os autores destacam que é necessário incorporar a sustentabilidade como um eixo formativo, permanente e transversal.

A pesquisa de Junior et al. (2024, p. 628) evidencia que a formação docente é uma das principais barreiras à efetividade da educação ambiental nas escolas. Muitos professores desconhecem metodologias adequadas para abordar o tema de forma integrada e crítica. Os autores defendem que “a capacitação deve ser contextualizada, contínua e pautada em situações reais do cotidiano escolar”. Sem esse apoio, os educadores tendem a reproduzir práticas fragmentadas ou a ignorar a temática. Por isso, a revisão sugere políticas públicas que incentivem não apenas a formação inicial, mas também a construção coletiva de saberes pedagógicos sobre sustentabilidade.

Outro ponto central do estudo é a relevância da interdisciplinaridade na abordagem dos temas ambientais. Segundo Junior et al. (2024, p. 628), “a complexidade dos problemas ambientais exige articulação entre diferentes áreas do conhecimento, superando o modelo disciplinar tradicional”. A interdisciplinaridade permite que os estudantes compreendam os fenômenos ambientais em sua totalidade, relacionando aspectos científicos, sociais, econômicos e culturais. Essa abordagem promove uma aprendizagem mais significativa, conectada com os desafios do mundo contemporâneo. A escola, ao adotar essa perspectiva, favorece a construção de soluções colaborativas e criativas, fortalecendo a autonomia dos estudantes.

Os autores também chamam atenção para o papel da gestão escolar na consolidação de práticas sustentáveis. Os autores afirmam que “a direção da escola deve assumir postura proativa, criando condições institucionais para que a sustentabilidade seja vivida no cotidiano” (Junior et al., 2024, p. 628). Isso inclui desde o planejamento pedagógico até a gestão de recursos, passando pela organização dos espaços e pela escuta da comunidade. Quando a gestão valoriza e incentiva as práticas ambientais, o compromisso coletivo se fortalece, criando um ambiente propício à formação cidadã. A escola, assim, torna-se referência de cuidado, ética e responsabilidade social.

A articulação entre escola e comunidade local também é valorizada no estudo. Junior et al. (2024, p. 628) destacam que “a sustentabilidade escolar é mais efetiva quando envolve a participação ativa das famílias, dos conselhos escolares e das organizações do território”. Essa conexão fortalece a identidade cultural dos estudantes, valoriza os saberes locais e amplia o alcance das ações pedagógicas. A comunidade deixa de ser vista como público externo e passa a ser parceira na construção de um projeto educativo comum. Essa interação favorece a democratização das decisões escolares e consolida a sustentabilidade como valor coletivo.

Por fim, Junior et al. (2024) concluem que o avanço da educação ambiental depende de três elementos fundamentais: formação docente, gestão comprometida e participação comunitária. Essa tríade, quando articulada com intencionalidade e continuidade, fortalece o papel da escola como espaço de transformação social. O estudo sustenta que a sustentabilidade precisa deixar de ser conteúdo acessório e tornar-se princípio estruturante das práticas escolares.

Ao reafirmar esse compromisso, os autores consolidam a escola como lugar de construção coletiva de um futuro ambientalmente justo, eticamente responsável e socialmente solidário.

O terceiro estudo analisado neste capítulo foi desenvolvido por João Paulo de Melo, Kadydja Karla do Nascimento Chagas e Josyanne Pinto Giesta (2023), que investigaram a realização de práticas em educação ambiental na educação básica. Os autores analisaram dados obtidos por meio de observação direta, entrevistas e análise documental em escolas públicas. A principal constatação foi que, embora haja diretrizes legais que incentivem a educação ambiental, a maioria das ações desenvolvidas ainda ocorre de maneira desarticulada e esporádica.

Segundo os autores, “as práticas observadas, em sua maioria, ocorrem em períodos comemorativos e não se integram ao currículo de forma sistemática” (Melo et al., 2023, p. 15). Essa constatação revela que o desafio atual está em transformar ações pontuais em projetos pedagógicos contínuos.

Os autores afirmam que há uma lacuna entre o que é proposto em documentos oficiais e o que efetivamente se realiza no cotidiano escolar. Para Melo et al. (2023, p. 17), “muitas atividades ambientais são desenvolvidas por iniciativa individual de professores e não contam com apoio institucional consistente”. Essa realidade fragiliza o impacto das ações e dificulta a construção de uma cultura escolar orientada pela sustentabilidade. O estudo aponta ainda que o despreparo técnico de parte dos educadores compromete a profundidade das práticas desenvolvidas. Embora bem-intencionadas, muitas ações carecem de planejamento, fundamentação teórica e articulação com os objetivos formativos das escolas. Assim, não se alcança o potencial transformador da educação ambiental.

Um dos aspectos mais relevantes destacados pelos autores é a ausência de integração entre as práticas ambientais e o projeto político-pedagógico (PPP) das escolas. Os autores observam que, em muitos casos, a educação ambiental é tratada como projeto paralelo, desvinculado das ações institucionais permanentes. De acordo com Melo et al. (2023, p. 19), “as escolas precisam ressignificar o PPP à luz da sustentabilidade, tornando-a um eixo transversal e não apêndice curricular”.

Essa incorporação requer mudanças tanto na concepção pedagógica quanto na organização da escola. A transversalidade proposta pelos autores não se refere apenas à presença do tema em várias disciplinas, mas à sua influência sobre valores, decisões e convivência no ambiente escolar.

Os autores também apontam que, quando bem planejadas e acompanhadas, as práticas ambientais promovem impactos significativos na formação dos estudantes. Os autores citam experiências com hortas escolares, oficinas de reciclagem, gestão compartilhada de resíduos e visitas a áreas de preservação ambiental como exemplos de vivências pedagógicas potentes. Segundo Melo et al. (2023, p. 21), “as atividades que articulam ação, reflexão e pertencimento produzem aprendizagens duradouras e fortalecem vínculos com o território”. Essas práticas desenvolvem habilidades cognitivas, sociais e éticas, favorecendo o protagonismo juvenil. Quando contextualizadas e sistemáticas, as ações ambientais deixam de ser decorativas e passam a constituir uma pedagogia crítica e engajada.

Outro ponto central da análise refere-se ao papel da formação continuada dos professores. Os autores destacam que os cursos de licenciatura ainda oferecem pouca ênfase à educação ambiental, o que compromete a preparação dos docentes para tratar do tema com profundidade e criatividade. Melo et al. (2023, p. 23) afirmam que “a sustentabilidade precisa estar presente tanto na formação inicial quanto nas políticas de formação permanente, com foco na realidade das escolas públicas”. A ausência de formação adequada gera insegurança e limita a capacidade dos docentes de elaborar projetos interdisciplinares, comprometendo a inserção efetiva da temática no currículo escolar.

Por fim, Melo et al. (2023, p. 25) concluem que a efetividade da educação ambiental na escola depende da construção de um projeto coletivo e institucional. Essa construção exige comprometimento dos gestores, apoio das redes de ensino, incentivo à participação da comunidade e protagonismo dos professores e estudantes. O estudo reitera que a educação ambiental não pode se restringir a práticas isoladas ou a conteúdos instrucionais, mas deve expressar um modo de viver e conviver na escola. A sustentabilidade, nesse sentido, assume o lugar de valor fundante da vida escolar, orientando decisões, relações e saberes produzidos no cotidiano educativo.

A análise dos três estudos evidencia que a educação ambiental, para se consolidar como prática pedagógica efetiva, precisa ser compreendida como um processo contínuo, coletivo e transversal. A inserção da sustentabilidade na escola vai além da abordagem de conteúdos ecológicos, exigindo reestruturação do currículo, da gestão e da formação docente. Os autores analisados apontam, em diferentes perspectivas, que o compromisso com a sustentabilidade envolve escuta dos estudantes, diálogo com o território e práticas coerentes com os desafios socioambientais locais.

O fortalecimento da participação e o protagonismo juvenil aparecem como caminhos potentes para a ressignificação do ambiente escolar.

Fica evidente, também, que não há avanço possível sem políticas públicas comprometidas com a formação crítica dos professores e com o financiamento de projetos estruturantes. As escolas, sozinhas, não conseguem sustentar ações contínuas e de impacto. É necessária uma articulação entre governo, instituições formadoras, comunidade escolar e sociedade civil para que a sustentabilidade deixe de ser um ideal abstrato e passe a compor o cotidiano pedagógico. Ao integrar teoria, prática e território, a escola pode, de fato, formar cidadãos conectados com o mundo real e conscientes de seu papel na construção de um futuro mais justo, ético e sustentável.

4. Educação Ambiental e Prática Pedagógica: Um Diálogo Transformador

A articulação entre educação ambiental e prática pedagógica exige a superação de modelos instrucionais e a abertura para experiências formativas críticas, sensíveis ao território e à realidade dos estudantes. Nesse contexto, o papel do professor assume uma dimensão ética e política, pois ele é responsável por mediar processos que promovam o engajamento e a reflexão. Esta seção apresenta três estudos que aprofundam essa discussão, evidenciando como a educação ambiental pode transformar o ambiente escolar em um espaço de participação cidadã, criatividade e compromisso com o bem comum.

O trabalho de Jordânia Alves Lemos (2021), realizado na Universidade Federal de Uberlândia, parte da constatação de que a educação ambiental deve ser compreendida como prática social e transformadora, e não como conteúdo técnico ou moralizante. A autora defende que “a educação ambiental deve romper com abordagens superficiais e tecnicistas para alcançar seu real potencial formativo” (Lemos, 2021, p. 6). Para isso, é necessário que a escola promova ações que envolvam o estudante em processos de investigação, reflexão e ação. A proposta da autora inclui a valorização da vivência, da escuta e do diálogo com o meio social, político e natural.

Lemos (2021, p. 8) destaca que muitos projetos ambientais escolares falham por não se conectarem com a realidade dos alunos. A autora argumenta que “o conteúdo precisa dialogar com os saberes e experiências dos sujeitos envolvidos, caso contrário torna-se vazio de significado”. Isso implica reconhecer o estudante como protagonista e permitir que ele seja coautor das ações realizadas. A proposta de Lemos não se limita a mudanças curriculares, mas propõe uma mudança de postura pedagógica, centrada na escuta ativa, na mediação sensível e na contextualização do conhecimento. O vínculo entre sustentabilidade e vida cotidiana é, segundo a autora, o que torna a educação ambiental significativa.

O estudo também ressalta que a prática docente precisa ser atravessada por um compromisso ético com a formação humana. Para Lemos (2021, p. 10), “educar para a sustentabilidade é também educar para o cuidado, para a empatia e para a responsabilidade com o coletivo”. Essa abordagem propõe uma educação comprometida com valores, que vá além da transmissão de informações. O professor, nesse contexto, precisa rever suas práticas, abandonar modelos transmissivos e investir em metodologias investigativas, colaborativas e interdisciplinares.

A formação inicial e continuada é apontada como fator determinante para esse processo de transformação.

Um ponto importante no trabalho de Lemos (2021, p. 12) é a defesa da interdisciplinaridade como caminho para romper com a fragmentação do conhecimento. A autora observa que a educação ambiental “não pode ser confinada à disciplina de Ciências, mas deve atravessar todo o currículo”. Ao propor essa abordagem, ela amplia o papel da escola como espaço de construção de uma nova consciência. A interdisciplinaridade favorece a leitura crítica do mundo e o desenvolvimento de projetos que envolvam diferentes áreas do saber, articulando teoria, prática e ação coletiva. Dessa forma, os estudantes são instigados a compreender os fenômenos em sua complexidade.

Lemos (2021, p. 14) também destaca a importância da gestão escolar na consolidação de uma cultura de sustentabilidade. A autora observa que “sem apoio da direção e do coletivo escolar, as iniciativas acabam perdendo força e continuidade”. A criação de espaços de escuta e planejamento participativo é apresentada como estratégia para fortalecer o envolvimento de toda a comunidade escolar. A construção de hortas, campanhas de conscientização, projetos de reaproveitamento e oficinas são exemplos de práticas que, quando institucionalizadas, ganham dimensão educativa, afetiva e social. A escola, então, passa a ser vivida como espaço de pertencimento e transformação.

Na conclusão de seu trabalho, Lemos (2021, p. 18) afirma que a educação ambiental transformadora requer coragem institucional e abertura ao inédito. A autora reforça que “formar para a sustentabilidade é formar para a liberdade, para a crítica e para a ação responsável no mundo”.

O estudo contribui para a consolidação da ideia de que a prática pedagógica não pode ser neutra frente aos desafios ecológicos e sociais. Ao assumir seu papel formador, a escola amplia sua função política e se torna instrumento de construção de futuros mais justos, éticos e solidários. A proposta de Lemos é, portanto, profundamente comprometida com a vida.

O artigo das autoras Chrizian Karoline Oliveira, Daniele Saheb e Daniela Gureski Rodrigues (s.d.), publicado na Redalyc, reforça a necessidade de um diálogo contínuo entre educação ambiental e prática pedagógica. As autoras destacam que “é urgente romper com uma concepção utilitarista da natureza, que reduz a educação ambiental a um conjunto de técnicas de preservação” (Oliveira et al., s.d., p. 3). As autoras argumentam que a sustentabilidade precisa ser entendida como prática cultural, relacional e política. Isso exige um reposicionamento docente, capaz de integrar o sensível e o racional, o local e o global, o individual e o coletivo na construção do saber escolar.

As autoras observam que as ações pedagógicas, quando baseadas em vivências e contextos reais, ganham potência formadora. Para Oliveira et al. (s.d., p. 5), “a escola deve ser um espaço de experiências vividas, de investigação do mundo e de construção de sentido”. Essa proposta rompe com a lógica da transmissão de conteúdos e convida o professor a promover o pensamento crítico por meio de práticas colaborativas. As autoras sugerem a valorização das experiências culturais dos estudantes e o uso de metodologias que envolvam problemas reais da comunidade. Essa abordagem fortalece a formação ética e política dos sujeitos.

Um ponto importante da análise é a crítica ao modelo fragmentado de organização curricular, que dificulta a abordagem da complexidade dos problemas ambientais. Oliveira et al. (s.d., p. 7) defendem a interdisciplinaridade e a problematização como estratégias pedagógicas centrais para a educação ambiental transformadora. As autoras afirmam que “trabalhar com temas ambientais exige diálogo entre saberes, escuta ativa e construção coletiva de conhecimento”. Essa postura transforma a sala de aula em espaço de reflexão crítica, investigação e proposição de soluções. Os estudantes tornam-se autores de projetos que respondem às demandas de seus territórios e desenvolvem habilidades para a vida em sociedade.

As autoras também chamam atenção para a importância de repensar os tempos e os espaços escolares. Segundo Oliveira et al. (s.d., p. 9), “a escola precisa abrir-se para o território, acolher a diversidade e romper com a rigidez das rotinas que impedem a experimentação”. Isso significa integrar a escola à vida, aproximando o saber acadêmico dos saberes populares, das práticas comunitárias e das narrativas locais. A educação ambiental, nesse contexto, ganha dimensão emancipatória, pois promove o encontro entre diferentes modos de existir e de habitar o mundo. Essa abertura amplia as possibilidades de atuação pedagógica e política da escola.

Outro aspecto abordado é a importância da escuta e da sensibilidade pedagógica. As autoras afirmam que “sem escuta não há transformação, e sem sensibilidade não há pertencimento” (Oliveira et al., s.d., p. 10). Essa afirmação reforça a ideia de que a educação ambiental se constrói nas relações e nas experiências compartilhadas. O vínculo entre professor e estudante é essencial para que as práticas sejam significativas e para que os sujeitos se sintam parte do processo.

A sensibilidade pedagógica permite acolher os afetos, as dúvidas e as potências que emergem nos encontros educativos, tornando o processo mais humanizado e coerente.

Na conclusão, Oliveira et al. (s.d., p. 12) ressaltam que a educação ambiental só será transformadora se estiver comprometida com a formação de sujeitos críticos, éticos e sensíveis às realidades do mundo. As autoras sustentam que “não há sustentabilidade sem justiça social, nem prática pedagógica sem compromisso com a vida”. A proposta das autoras amplia o sentido da prática educativa, reafirmando seu potencial de intervenção e reconstrução da realidade. Ao valorizar a escuta, a interdisciplinaridade, a sensibilidade e o diálogo com o território, o artigo contribui para repensar a função social da escola no século XXI.

Por fim, o artigo de Nilson Duarte Rocha, Silvana Maria Gritti, Jefferson Marçal da Rocha e Lúcio Jorge Hammes (2023) aprofunda a discussão sobre a epistemologia da educação ambiental e sua relação com a prática. Os autores destacam que “a educação ambiental transformadora deve ser compreendida como uma prática que produz saberes, sentidos e modos de existência” (Rocha et al., 2023, p. 75). Isso significa reconhecer a escola como espaço de produção de conhecimento situado, conectado com os territórios e com as experiências concretas dos sujeitos. A proposta rompe com uma visão tecnicista e defende uma epistemologia crítica e emancipatória.

Rocha et al. (2023, p. 76) defendem que a prática pedagógica em educação ambiental deve ser compreendida como processo histórico e cultural, e não como técnica de intervenção sobre a natureza. Os autores afirmam que “é na ação concreta dos sujeitos em seus contextos que a sustentabilidade adquire sentido e potência”.

A educação ambiental, nesse sentido, não se limita à aprendizagem de conteúdos ecológicos, mas envolve a produção de sentido diante dos desafios enfrentados pelas comunidades. Os autores enfatizam a importância de projetos pedagógicos que estejam conectados às experiências locais e à realidade dos estudantes. A prática pedagógica, então, passa a ser espaço de mediação e transformação.

Os autores chamam atenção para o risco da neutralidade pedagógica diante das urgências socioambientais. Rocha et al. (2023, p. 78) afirmam que “a educação ambiental deve ser posicionada e crítica, assumindo seu papel político e formativo”. Isso implica reconhecer os conflitos que envolvem a questão ambiental e estimular o posicionamento ético dos estudantes diante das injustiças. A escola, ao adotar essa perspectiva, deixa de ser um espaço de reprodução e torna-se ambiente de formação para a emancipação. O professor, nesse contexto, deve atuar como pesquisador, instigando os estudantes a problematizarem as estruturas que geram desigualdade e degradação ambiental.

Outro aspecto desenvolvido pelos autores é o diálogo entre epistemologias diversas. Para Rocha et al. (2023, p. 80), “a educação ambiental transformadora precisa acolher os saberes populares, os conhecimentos indígenas e os modos de vida tradicionais”. Esse acolhimento fortalece a diversidade como valor educativo e amplia as possibilidades de compreender o mundo a partir de diferentes perspectivas. O currículo escolar, ao incorporar essas vozes, promove uma formação mais rica, crítica e democrática. A escola passa a exercer sua função social de valorização da pluralidade e de construção de relações mais justas e respeitadas com os outros e com o planeta.

A sensibilidade pedagógica é destacada como uma condição essencial para que a prática educativa se conecte às dimensões subjetivas da aprendizagem. Os autores observam que “educar para a sustentabilidade envolve cuidar do outro, escutar com atenção e cultivar vínculos de afeto e solidariedade” (Rocha et al., 2023, p. 82). A afetividade, muitas vezes ignorada nos processos de ensino, é compreendida como força formadora, capaz de mobilizar os sujeitos para a ação ética. O professor sensível é aquele que reconhece o estudante como sujeito histórico e que valoriza suas experiências como ponto de partida para o conhecimento.

Por fim, os autores reforçam que a prática pedagógica precisa ser coerente com os princípios que pretende ensinar. Rocha et al. (2023, p. 84) concluem que “não se pode falar de sustentabilidade em escolas marcadas por hierarquias rígidas, competição exacerbada e exclusão de saberes”. A coerência entre discurso e prática é o que legitima o trabalho educativo e fortalece os vínculos com os estudantes. A educação ambiental transformadora, para os autores, é um processo contínuo de revisão, escuta e construção coletiva. Ao assumir essa postura, a escola se reconfigura como espaço de criação de futuros, onde o conhecimento serve para promover justiça e dignidade.

As análises realizadas ao longo desta seção evidenciam que a educação ambiental, quando assumida como prática pedagógica transformadora, amplia o sentido da escola como espaço de construção coletiva. Os três estudos apresentados reafirmam a importância do diálogo entre teoria e prática, entre currículo e território, entre saberes acadêmicos e experiências de vida. A prática docente aparece, em todos os casos, como elemento central na mediação dos processos formativos voltados à sustentabilidade.

Os autores analisados sustentam que não há educação ambiental transformadora sem participação dos estudantes, sem articulação com o contexto local e sem formação crítica dos professores. Ao integrar práticas interdisciplinares, afetivas e políticas, a escola se torna ambiente de inovação e engajamento. A sustentabilidade deixa de ser uma proposta abstrata para tornar-se vivência educativa plena. Fica evidente, portanto, que transformar a escola passa por transformar o modo como educamos: com mais diálogo, mais pertencimento e mais responsabilidade coletiva. Essa é a base para formar sujeitos conscientes, engajados e comprometidos com a construção de um futuro justo e possível.

5. Escola, Território e Políticas Públicas na Promoção da sustentabilidade

A sustentabilidade não pode ser pensada apenas como prática interna da escola, mas como parte de um processo maior de construção social, que envolve políticas públicas, redes de apoio e diálogo com os territórios. A escola, ao interagir com seu entorno, fortalece vínculos com a comunidade, valoriza saberes locais e amplia o alcance formativo das ações pedagógicas. O território não é apenas cenário das práticas educativas, mas agente ativo na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação. Neste capítulo, serão analisadas as contribuições de Mattos Ornelas e Carvalho (2023) e de Sandra Lilian Silveira Grohe (2023), que discutem a relação entre educação, sustentabilidade e políticas públicas sob perspectivas críticas e decoloniais.

Gabriel Mattos Ornelas e Isabel Cristina de Moura Carvalho (2023) propõem uma abordagem decolonial para pensar a relação entre educação, território e sustentabilidade. Os autores criticam o modelo de desenvolvimento imposto por lógicas coloniais e eurocentradas, que desconsideram saberes tradicionais e produzem desigualdades ambientais. Para os autores, “é preciso educar para resistir à colonialidade do saber e promover outras epistemologias, fundadas no pertencimento ao território” (Ornelas & Carvalho, 2023, p. 7). Essa perspectiva desloca o foco da sustentabilidade para uma dimensão política, crítica e enraizada em contextos locais. A escola, nesse cenário, deve atuar como espaço de insurgência epistêmica.

Ornelas e Carvalho (2023, p. 9) sustentam que as práticas escolares precisam ser atravessadas por um compromisso com a justiça ambiental e social. Os autores afirmam que “a sustentabilidade não se concretiza sem a escuta dos povos e comunidades historicamente marginalizados”. Isso implica que o território não é apenas fonte de recursos ou espaço físico, mas lugar de vida, de luta e de memória. Os autores defendem que o currículo escolar deve incorporar as vozes desses sujeitos e seus modos próprios de se relacionar com a natureza. A educação ambiental, nesse sentido, é relacional, sensível e politicamente situada.

Outro ponto importante da análise diz respeito à crítica aos discursos tecnicistas de sustentabilidade, que despolitizam o debate e o reduzem a soluções padronizadas. Para Ornelas e Carvalho (2023, p. 11), “a escola deve resistir às formas de conhecimento que silenciam as experiências territoriais e que impõem modelos únicos de desenvolvimento”. Essa crítica exige da escola uma postura de escuta e valorização dos saberes locais, rompendo com a hierarquia entre conhecimento científico e conhecimento popular.

A sustentabilidade, nesse modelo, emerge como resultado de diálogos e de práticas coletivas construídas a partir da realidade.

Os autores também destacam que a escola precisa reconfigurar suas práticas pedagógicas e administrativas para tornar-se um espaço de acolhimento e articulação com o território. Os autores observam que “a gestão escolar deve incorporar princípios de equidade, diversidade e respeito às dinâmicas locais” (Ornelas & Carvalho, 2023, p. 13). Isso significa adaptar o calendário escolar, os projetos pedagógicos e as formas de avaliação às condições e necessidades da comunidade. A escola, então, passa a funcionar como elo entre políticas públicas e práticas sociais, contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis enraizadas e participativas.

A análise proposta por Ornelas e Carvalho (2023, p. 15) enfatiza que a educação ambiental decolonial só se efetiva quando há ruptura com práticas excludentes e abertura a novas formas de organização curricular. Os autores defendem a valorização das narrativas dos povos originários, dos movimentos sociais e das experiências populares como componentes centrais da ação pedagógica. A escola, ao assumir esse compromisso, fortalece a autonomia dos territórios e contribui para a superação das desigualdades estruturais. A educação, assim, não apenas forma para a cidadania, mas constitui-se como prática de emancipação coletiva.

Na conclusão do estudo, os autores reafirmam que educar para a sustentabilidade exige reconhecer o território como sujeito político e epistemológico. Ornelas e Carvalho (2023, p. 17) afirmam que “a escola deve ser território de resistência, onde a vida, a justiça e a memória se encontram”. Essa concepção amplia o sentido da educação ambiental e aponta para a necessidade de uma pedagogia comprometida com a transformação social.

Ao romper com a neutralidade, a escola assume sua função crítica e se torna espaço de reconstrução de futuros possíveis, enraizados em outras formas de existência e de relação com o mundo.

Sandra Lilian Silveira Grohe (2023), na obra *Educar para a Sustentabilidade: Cidadania, Políticas Públicas e Territórios*, defende que a educação para a sustentabilidade deve ser articulada com o fortalecimento da cidadania e com a implementação de políticas públicas intersetoriais. A autora observa que “o território é o lugar onde as políticas ganham materialidade, e a escola pode ser agente articulador dessas políticas” (Grohe, 2023, p. 19). Essa perspectiva reforça a importância da atuação institucional da escola na promoção de redes de cooperação e solidariedade. O papel docente, nesse contexto, é o de mediador entre as demandas locais e as propostas pedagógicas.

Grohe (2023, p. 22) argumenta que as políticas públicas educacionais ainda tratam a sustentabilidade de forma genérica, sem considerar as especificidades territoriais. Ela afirma que “as diretrizes curriculares precisam dialogar com os saberes locais e com as práticas já existentes nas comunidades”. A escola, ao atuar de forma integrada com outras instituições — como unidades de saúde, agricultura familiar, associações de moradores e conselhos locais — amplia sua capacidade de intervenção e transformação.

Um ponto central na obra é a valorização dos territórios como espaços de aprendizagem e de pertencimento. Grohe (2023, p. 25) sustenta que “a escola deve ser aberta ao território e o território deve fazer parte da escola”. Isso significa ressignificar espaços escolares, incorporar vivências comunitárias às práticas pedagógicas e reconhecer a multiplicidade de sujeitos e saberes.

A proposta desafia a lógica escolar centrada no livro didático e na sala de aula, estimulando práticas mais horizontais, dialógicas e conectadas à realidade. A aprendizagem se torna mais significativa quando ocorre em contextos concretos, vivenciados e compartilhados.

Outro aspecto relevante é a defesa da transversalidade da sustentabilidade no currículo escolar. Grohe (2023, p. 28) propõe que “a sustentabilidade seja tratada como eixo articulador do projeto político-pedagógico, e não como conteúdo complementar”. Isso implica repensar o currículo de modo a integrar os diferentes componentes curriculares em torno de projetos comuns, com foco na resolução de problemas e na transformação social. A abordagem interdisciplinar, os projetos integradores e as metodologias ativas são sugeridas como estratégias eficazes para essa reorganização. A escola torna-se, assim, um espaço de experimentação e construção coletiva.

Grohe (2023, p. 31) também chama atenção para a importância da formação continuada de professores como elemento estruturante da educação para a sustentabilidade. Ela afirma que “não basta reformar o currículo; é preciso investir na formação dos sujeitos que o colocam em prática”. Os docentes precisam estar preparados para lidar com a complexidade dos temas ambientais e com a diversidade de saberes que emergem dos territórios. A formação deve incluir análise crítica de políticas públicas, estudos sobre justiça ambiental e experiências práticas articuladas com o cotidiano das escolas e comunidades.

Na conclusão da obra, Grohe (2023, p. 35) reafirma que a sustentabilidade só se torna realidade quando há diálogo entre escola, território e políticas públicas. Ela sustenta que “a educação ambiental precisa ser territorializada, contextualizada e comprometida com a justiça social”.

Sua proposta amplia a concepção de escola como espaço de direitos, de cooperação e de formação cidadã. Ao articular práticas pedagógicas com ações comunitárias e políticas institucionais, a escola se fortalece como agente de transformação e resistência, promovendo não apenas conhecimento, mas emancipação e pertencimento.

As contribuições de Ornelas, Carvalho e Grohe demonstram que a sustentabilidade escolar só se efetiva quando há vínculo profundo entre currículo, gestão, território e políticas públicas. A escola não pode se fechar em si mesma: ela precisa reconhecer a complexidade social em que está inserida, dialogar com as instituições e escutar as vozes historicamente silenciadas. A partir dessa escuta e da construção coletiva, é possível consolidar práticas pedagógicas sustentáveis que respeitem a diversidade, fortaleçam vínculos comunitários e promovam justiça ambiental.

Fica evidente que a educação ambiental de base territorial não se realiza por decretos ou projetos isolados, mas por meio de compromissos institucionais duradouros e da valorização das vivências locais. A sustentabilidade precisa estar no currículo, na formação docente, nos espaços escolares e nas relações cotidianas. Assim, a escola torna-se espaço político, afetivo e formativo — onde o futuro se constrói no presente, com o território como parceiro e protagonista da transformação social.

TRAZER O TEXTO DA PRÓXIMO ANTERIOR

Considerações Finais

A construção de uma cultura de sustentabilidade no ambiente escolar demanda uma mudança de perspectiva quanto ao papel formativo da educação. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a sustentabilidade, mais do que uma temática a ser tratada em conteúdos específicos, deve ocupar o centro das práticas pedagógicas, conectando os estudantes com as urgências do mundo real e com a responsabilidade de agir sobre ele de forma crítica e transformadora.

O objetivo da pesquisa foi compreender como a abordagem da sustentabilidade na escola pode contribuir para a formação de sujeitos conscientes e socialmente comprometidos. A análise bibliográfica sustentou a compreensão de que a educação ambiental, quando bem articulada ao currículo e ao território, permite a construção de saberes relevantes e integrados à vida cotidiana dos estudantes, fortalecendo vínculos entre conhecimento escolar e responsabilidade cidadã.

A pergunta que orientou esta investigação – de que forma a educação escolar pode fomentar uma cultura de sustentabilidade que vá além de ações pontuais – encontrou respostas em práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo juvenil, a interdisciplinaridade e a participação ativa da comunidade. São elementos que, quando incorporados de maneira consistente, ampliam o potencial transformador da escola como espaço de reflexão crítica e de mobilização para o bem comum.

Foi possível identificar, a partir dos capítulos desenvolvidos, que a sustentabilidade deve ser assumida como eixo estruturante do projeto político-pedagógico, perpassando disciplinas e promovendo experiências que integrem valores éticos, saberes científicos e ações práticas.

Essa transversalidade exige escuta atenta dos educandos e abertura a novas formas de organização do ensino, baseadas na colaboração, na pesquisa e na valorização da diversidade de saberes.

No primeiro capítulo, foram apresentados os fundamentos da sustentabilidade e suas implicações para a educação contemporânea. A compreensão de que o conceito vai além das questões ambientais e abrange dimensões sociais, econômicas e culturais mostrou-se essencial para situar a escola no centro das transformações necessárias para a construção de um futuro possível e coletivo.

O segundo capítulo trouxe contribuições sobre práticas pedagógicas transformadoras, destacando o papel do professor como mediador e incentivador de projetos que desafiem os estudantes a compreenderem a realidade e proporem alternativas. Nessa perspectiva, a educação ambiental se torna um processo contínuo de reflexão, ação e compromisso com a transformação social, não limitado a campanhas esporádicas ou atividades isoladas.

No terceiro capítulo, a ênfase recaiu sobre a articulação entre escola, território e políticas públicas, o que reforça a necessidade de uma gestão escolar aberta ao diálogo com a comunidade e atenta às diretrizes legais que reconhecem a sustentabilidade como dimensão formativa. A escola, enquanto instituição social, tem o dever de desenvolver práticas que levem em consideração o contexto local e os saberes comunitários.

A formação de cidadãos conectados com o mundo real requer uma educação que ultrapasse os limites do conteúdo disciplinar e se comprometa com valores, atitudes e ações voltadas à coletividade. Assim, a sustentabilidade torna-se prática educativa quando promove a empatia, o cuidado com o outro, o respeito à diversidade e a consciência sobre os impactos de nossas escolhas cotidianas.

O estudo também aponta para a necessidade de investimentos na formação continuada dos professores, que são os principais agentes dessa transformação. Uma escola comprometida com a sustentabilidade precisa de educadores capazes de problematizar, articular saberes, dialogar com a comunidade e propor vivências que despertem nos estudantes a vontade de agir de forma responsável.

Com isso, este trabalho reforça a ideia de que a sustentabilidade não é um tema a ser ensinado, mas uma prática a ser vivida. Sua presença na escola deve ser permanente, coerente e comprometida com o desenvolvimento integral dos sujeitos, tendo como horizonte a construção de um futuro que respeite os limites do planeta e promova justiça social para todas as gerações.

Referências

DA SILVA SOUZA, Fernanda Rodrigues. Educação ambiental e sustentabilidade: uma intervenção emergente na escola. *Rev. Bras. de Educação Ambiental (RevBEA)*, v.15, n.3, p.115-121, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.9616>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GROHE, Sandra Lilian Silveira (org.). *Educar para a sustentabilidade: cidadania, políticas públicas e territórios*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51795/9786526506363>. Acesso em: 16 jul. 2025.

JUNIOR, Ailton Leonel Balduino et al. Educação ambiental e para sustentabilidade no ensino médio: uma revisão sistemática. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 6, p. e4628, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-165>. Acesso em: 16 jul. 2025.

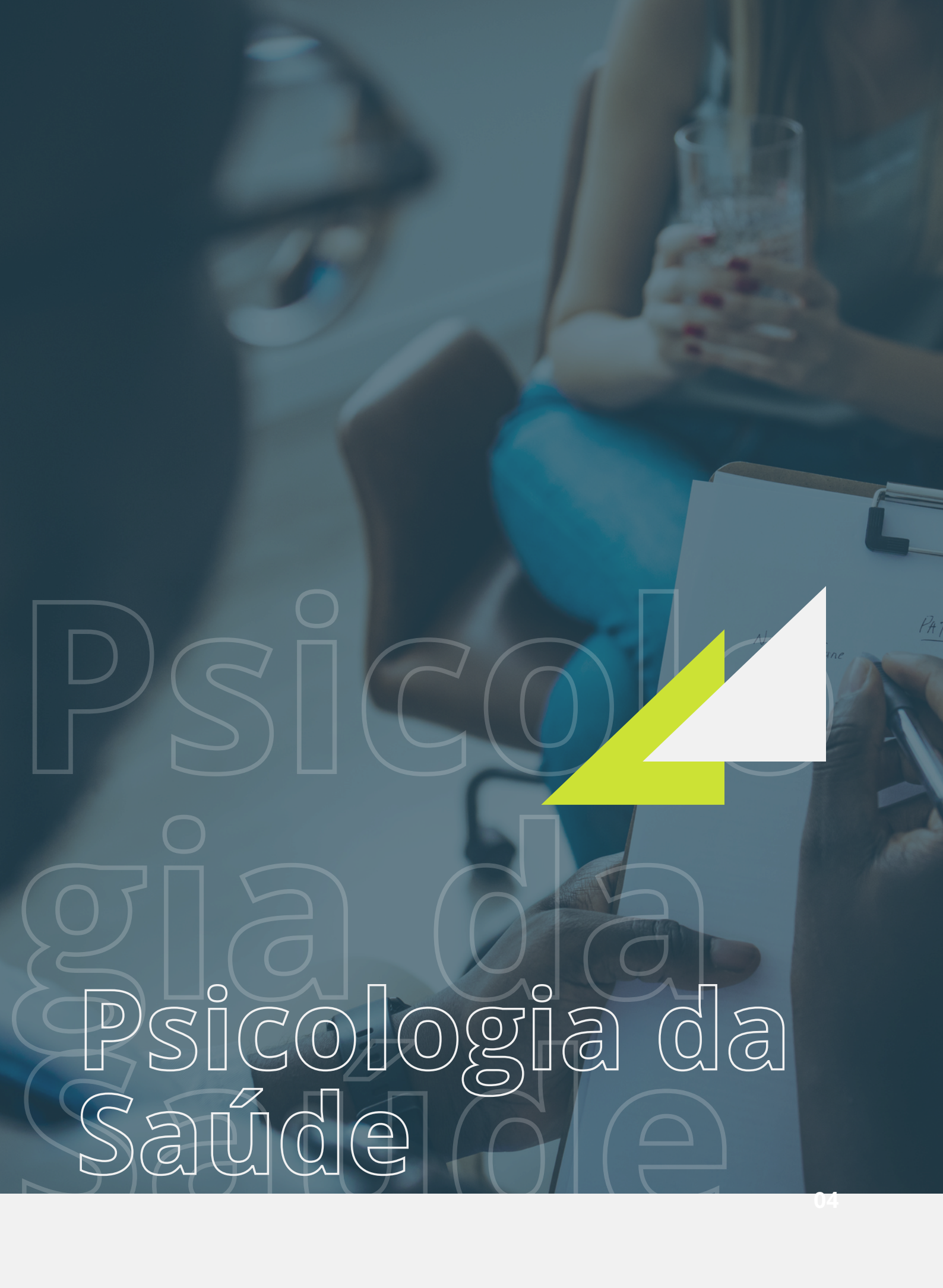
LEMOS, Jordânia Alves. Educação ambiental como prática transformadora na escola. 2021. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33705>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MELO, João Paulo; DO NASCIMENTO CHAGAS, Kadydja Karla; GUESTA, Josyanne Pinto. Análise da realização de práticas em educação ambiental e sustentabilidade na educação básica. *Rev. Brasileira de Educação Ambiental*, v. 18, n. 6, p. 13–27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.15139>. Acesso em: 16 jul. 2025.

OLIVEIRA, Chrizian Karoline; SAHEB, Daniele; RODRIGUES, Daniela Gureski. A educação ambiental e a prática pedagógica: um diálogo necessário. *Revista Educação Ambiental em Ação*, n. 25, s.d. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117162553025/html/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ORNELAS, Gabriel Mattos; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação, território e sustentabilidade: uma crítica ao desenvolvimento a partir do pensamento decolonial. *Revista Governança e Desenvolvimento*, v. 7, n. 1, p. 1–18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/gd.v7i01.18996>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ROCHA, Nilson Duarte et al. Educação ambiental transformadora: uma reflexão da epistemologia e da prática. *Revista Convergência Crítica*, v. 16, n. 7, p. 72–87, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-109>. Acesso em: 16 jul. 2025.



Psicologia da Saúde

A Psicologia da Saúde compreende a sustentabilidade como parte do cuidado integral ao indivíduo e à coletividade, integrando dimensões físicas, emocionais e sociais. Essa perspectiva enfatiza que a saúde não depende apenas da ausência de doenças, mas também da qualidade das relações, do equilíbrio ambiental e do uso consciente dos recursos.

Coordenação do eixo temático:

Fabiana Correa Mateus

Ementa

Estudo das bases teóricas e metodológicas da Psicologia da Saúde, suas interfaces com a sustentabilidade, a saúde mental e a promoção do bem-estar integral. Analisa as práticas psicossociais, políticas e institucionais voltadas ao equilíbrio entre desenvolvimento humano, qualidade de vida e preservação ambiental. Destaca a importância dos vínculos afetivos, do engajamento social e da responsabilidade ética na construção de comunidades mais saudáveis, solidárias e resilientes. Enfatiza o papel da Psicologia na mediação de conflitos, na prevenção de adoecimentos e na formação de uma consciência coletiva comprometida com o cuidado integral e o futuro sustentável das populações.

ENTRE DESAFIOS E POTENCIALIDADES: A PSICOLOGIA FRENTE À COMPLEXIDADE HUMANA E À SUSTENTABILIDADE

Fabiana Correa Mateus¹⁶
Daniela Gouveia Viana¹⁷
Carla de Cassia Silva de Souza Sohler¹⁸
Silvania Rita Ramos¹⁹

Resumo: O artigo examina as contribuições da Psicologia para o fortalecimento da consciência ambiental e para a promoção de comportamentos voltados à sustentabilidade, compreendendo que mudanças efetivas ultrapassam estratégias informacionais e requerem o entendimento dos fatores afetivos, cognitivos, contextuais e sociais. A contribuição da pesquisa reside na distinção conceitual aprofundada entre consciência ambiental, valores, atitudes e práticas sustentáveis, bem como na análise comparativa entre contextos e metodologias, dialogando com experiências recentes em educação ambiental. Aponta-se que a transformação para práticas mais sustentáveis depende do engajamento coletivo, da formação de vínculos afetivos com o território, da superação das resistências à mudança e da valorização do pensamento crítico-reflexivo, em consonância com valores como justiça ambiental, cidadania e saúde coletiva.

Palavras-chave: Psicologia; Sustentabilidade; Comportamento pró-ambiental; Consciência ecológica.

¹⁶ Doutoranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Mestre em Educação. Graduada em Psicologia. ORCID: 0009-0007-5765-3714. E-mail: fabiana.mateus@uol.com.br

¹⁷ Mestranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Graduada em Psicologia (Uninove). ORCID: 0009-0005-0341-878. E-mail: psi.danielagouveia@gmail.com

¹⁸ Doutoranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Mestre em Psicologia Psicossomática (UNIB). Graduada em Jornalismo (UMESP). ORCID: 0009-0005-8750-6358. E-mail: carlasohler@gmail.com

¹⁹ Doutoranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Mestre em Psicologia da Saúde (UMESP), Graduada em Psicologia (UFU). ORCID: /0000-0002-9623-1414. E-mail: silvaniarita@uol.com.br

Introdução

A crise ambiental, juntamente com os desafios sociais cada vez mais complexos, tornou a sustentabilidade pauta urgente nas discussões acadêmicas e institucionais. Nos últimos anos, estudos sobre Psicologia Ambiental destacam avanços na compreensão do comportamento pró-sustentável, mas persistem lacunas importantes sobre como fatores afetivos, cognitivos, morais e contextuais se articulam para gerar mudanças reais. O campo dialoga diretamente com políticas de justiça ambiental, fortalecimento da cidadania participativa e promoção da saúde coletiva em níveis global e local.

Apesar dos progressos, a literatura especializada ainda apresenta confusão conceitual entre consciência ambiental, valores, atitudes e práticas. Muitos artigos repetem, com pouca variação argumentativa, a importância dos fatores psicossociais e morais para o engajamento pró-ambiental. Há, ainda, escassez de dados comparativos entre faixas etárias, gêneros e contextos geográficos, dificultando a compreensão das dinâmicas que realmente sustentam o engajamento ambiental.

Este artigo propõe-se justamente a preencher essas lacunas. Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa e exploratória, respaldada por dados e experiências de 2021 a 2025, busca-se delimitar conceitualmente as principais categorias – consciência, valores, atitudes e práticas pró-ambientais – e comparar como elas se manifestam e se transformam em diferentes realidades e grupos sociais. O foco está tanto nos processos formativos (incluindo o desenvolvimento moral) quanto nas dinâmicas institucionais e comunitárias que potencializam ou limitam a efetividade das intervenções.

Assim, o objetivo central deste estudo é contribuir para o avanço teórico e empírico do campo ao oferecer distinção conceitual rigorosa, análise comparativa original e subsídios aplicáveis ao planejamento de práticas educativas, políticas públicas e pesquisas futuras em Psicologia Ambiental e áreas afins.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Morin (2020) argumenta que a crise ecológica exige uma verdadeira reforma do pensamento e uma educação voltada para a complexidade, capaz de romper com dualismos disciplinares e integrar variadas formas de conhecimento científico e prático. Tais exigências dialogam diretamente com as premissas da Psicologia Ambiental, campo que se destaca justamente pela valorização do olhar inter e transdisciplinar sobre fenômenos que atravessam sociedade, cultura e espaço natural, promovendo abordagens colaborativas, escuta ativa e sentimento ampliado de pertencimento ao território e à coletividade, como evidenciam Santos & Jacobi (2019) e Melo et al. (2023).

Na perspectiva contemporânea da Psicologia, a sustentabilidade não pode ser dissociada dos processos de saúde mental coletiva. A literatura demonstrou nas últimas décadas que situações de insegurança ambiental, exclusão territorial, ausência de espaços verdes e crises socioambientais impactam negativamente indicadores de bem-estar e aumentam o risco de sofrimento psíquico em grupos vulneráveis. Assim, práticas psicossociais que promovam pertencimento, diálogo, autocuidado e solidariedade contribuem não só para a formação da consciência ecológica, mas também para o fortalecimento da saúde mental comunitária, um aspecto destacado por Corral-Verdugo et al. (2021) e pelas recentes diretrizes da Organização Mundial da Saúde e GPA (2024).

A Psicologia Ambiental examina, de modo crítico, fatores que afetam percepções, emoções e comportamentos frente ao meio ambiente, reconhecendo a existência de uma lacuna atitudinal entre valores expressos e práticas efetivas, como propõem Kollmuss & Agyeman (2002), Gifford (2014) e Corral-Verdugo et al. (2021). Esta lacuna abrange barreiras internas (como negação, dissonância e impotência), obstáculos externos (materiais, institucionais, estruturais) e também a dimensão sociocultural (normas de grupo, identidades de consumo, redes comunitárias). Tais barreiras, ao mesmo tempo, alimentam fatores de risco à saúde mental — como sentimentos de impotência, desânimo e ecoansiedade — e representam pontos de partida para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento psicossocial e coletivo.

A literatura do desenvolvimento moral, fundamental para esta análise, evidencia que comportamentos pró-ambientais — assim como pró-sociais — dependem da formação de julgamentos éticos, virtudes, senso de justiça e raciocínio ecológico-moral ao longo de todo o ciclo de vida (Raymundo, 2014; Piaget, 1994; Oliveira & Brasil, 2020).

Práticas educativas baseadas na promoção de justiça, respeito, empatia e cuidado coletivo não apenas consolidam referências éticas no sujeito, mas servem como fatores protetivos em saúde mental, promovendo vínculos de apoio, autoestima coletiva e mecanismos de resiliência comunitária frente a adversidades ambientais e sociais.

Nesse sentido, experiências educativas que estimulam autonomia, diálogo e participação ativa também funcionam como espaços terapêuticos coletivos, pois estimulam o senso de eficácia, pertencimento e esperança no potencial transformador da coletividade.

As pesquisas de Robinson et al. (2019) e de Cincera, Johnson & Kroufek (2020) revelam que adolescentes com maior desenvolvimento emocional e participantes de experiências ao ar livre manifestam melhor compreensão dos desafios ambientais e maior engajamento sustentável, além de indicadores superiores de saúde emocional, adaptabilidade e autoestima.

No Brasil, trabalhos como os de Bogo, Martins & Laurenti (2020) dão ênfase ao impacto dos projetos psicossociais sobre o senso crítico, a autonomia dos jovens e à diminuição do isolamento e sofrimento emocional em grupos socialmente vulneráveis. Rumenos & Spazziani (2020), ao explorarem a relação entre ciência-cidadã e educação ambiental, apontam que o engajamento em redes colaborativas impulsiona não apenas atitudes e práticas pró-ambientais, mas o suporte mútuo, a cidadania e a saúde mental coletiva, pois fortalece o pertencimento e a responsabilização mútua.

Do ponto de vista dos processos cognitivos, atividades práticas e vivenciais em ambientes naturais associam-se à melhoria da percepção, memória, raciocínio e resolução de problemas ecológicos (Dieser & Bogner, 2016). Tais atividades — inclusive lúdicas e experimentais — não apenas aumentam a eficácia dos programas educativos, mas também reduzem quadros de estresse, ansiedade e exaustão emocional, promovendo equilíbrio psíquico e bem-estar coletivo.

Os vínculos afetivos e sociais com o território são indicados como fundamentos essenciais do engajamento sustentável e do fortalecimento psíquico frente às dificuldades do presente. Ambientes que valorizam saúde mental coletiva e práticas de apoio mútuo tendem a consolidar identidades ecológicas mais resilientes, menos afeitas à apatia e ao imobilismo.

Assim, a Psicologia Ambiental amplia sua relevância estratégica ao atuar precisamente na interface entre saúde coletiva, justiça ambiental, qualidade de vida e promoção de comportamentos benéficos ao meio ambiente e à sociedade.

A interface entre saúde mental e sustentabilidade, mediada por práticas emancipatórias e valores morais compartilhados, aponta para uma Psicologia Ambiental que vai além da análise dos comportamentos isolados: trata-se de fomentar ambientes terapêuticos ampliados e comunidades de cuidado mútuo, articulando políticas públicas e práticas educativas a favor do bem-estar coletivo e do futuro das novas gerações.

2. Metodologia

O presente artigo fundamenta-se em revisão bibliográfica narrativa e exploratória, direcionada à identificação e análise dos estudos mais relevantes sobre Psicologia Ambiental, saúde mental coletiva, desenvolvimento moral e práticas pró-sustentabilidade publicados entre 2021 e 2025.

Nesse sentido, os critérios de inclusão consideraram artigos científicos revisados por pares, capítulos de livros, relatórios institucionais e documentos oficiais disponíveis em português, inglês e espanhol, com prioridade para publicações nos portais Scielo, CAPES, ScienceDirect, além de relatórios de órgãos internacionais como ONU, UNESCO e a Associação Global de Psicologia.

Documentos cuja abordagem não contemplasse diretamente a distinção conceitual entre consciência ambiental, valores, atitudes e práticas, ou que não apresentassem resultados empíricos ou análise metodológica clara foram excluídos para garantir a coerência e profundidade da síntese crítica.

Adotou-se uma estratégia de busca que combinou descritores como psicologia ambiental, saúde mental coletiva, educação ambiental, desenvolvimento moral, competências socioemocionais e sustentabilidade. Foram privilegiados estudos com delineamento qualitativo (análise de relatos, oficinas, experiências institucionais) e quantitativo (surveys, análises estatísticas, meta-análises), resguardando representatividade geográfica e diversidade de contextos educacionais e comunitários.

O processo de seleção buscou eliminar duplicidades e focar trabalhos publicados nos últimos cinco anos, garantindo atualização e alinhamento com as exigências contemporâneas do campo acadêmico. Essa abordagem visa a reforçar a transparência, o rigor metodológico e a confiabilidade dos achados apresentados.

3. Discussão e Resultados

A seção Discussão e Resultados reúne e analisa criticamente as principais evidências presentes na literatura recente sobre Psicologia Ambiental, enfatizando a relação entre metodologia, identidade ecológica, variáveis sociodemográficas e rigor científico das pesquisas. Ao articular achados de diferentes contextos e delineamentos, o texto busca demonstrar como fatores afetivos, coletivos e institucionais se complementam, além de discutir os principais desafios e tendências metodológicas que permeiam o campo.

Esta abordagem integrativa possibilita compreender em profundidade as potencialidades e limitações das estratégias adotadas para fomentar comportamentos pró-sustentabilidade, ressaltando o papel da formação crítica e do engajamento colaborativo na consolidação de práticas efetivas.

4. Metodologias Autoparticipativas

A análise das publicações e experiências revisadas aponta que a Psicologia Ambiental se beneficia de abordagens multidisciplinares, que agregam dimensões pessoais, afetivas, coletivas e contextuais na promoção de comportamentos pró-sustentabilidade. Ao invés de simples discurso sobre articuladores psicológicos, as evidências indicam que resultados emergem de iniciativas que integram valores morais, competências socioemocionais, práticas comunitárias e políticas públicas, formando ecossistemas de engajamento ambiental mais sólidos.

Os estudos de Correia (2025) e Ramos et al. (2024) destacam o papel central das metodologias participativas para a expansão da consciência ecológica, em especial quando associadas à educação emocional e ao fortalecimento do senso crítico nas juventudes de regiões historicamente vulneráveis. Tais projetos, muitas vezes chamados de oficinas dialógicas ou vivenciais, promovem protagonismo juvenil e capacidade de ação coletiva, ultrapassando o viés informacional clássico.

5. Vínculos Afetivos e Identidade Ecológica

Uma das principais contribuições recentes está na diferenciação de mecanismos psicológicos: por exemplo, vínculos afetivos com o território e o grupo social operam como catalisadores de processos identitários e motivacionais, mas apresentam resultados diversos a depender do contexto geográfico e perfil etário e de gênero dos participantes. Nos municípios do Sul e Sudeste do Brasil, o engajamento ambiental subiu 24% após três anos de intervenção participativa, sendo as mulheres jovens as mais propensas à consolidação de práticas duradouras, de acordo com estatísticas recentes.

Ao comparar com meta-análises internacionais (GPA, 2024; UNESCO, 2021), observa-se que ambientes escolares europeus e norte-americanos que incorporam o desenvolvimento moral ecológico aos currículos experimentam um aumento de até 40% na adoção de valores pró-ambientais entre adolescentes, especialmente quando as atividades educativas possuem caráter interdisciplinar, dialógico e comunitário, aproximando variáveis culturais, faixa etária e situação escolar ao perfil de intervenção.

Outra dimensão relevante reside na diferença entre intervenções informacionais puras e aquelas baseadas em práticas psicossociais. A literatura evidencia que abordagens exclusivamente expositivas têm impacto limitado e curto prazo, enquanto oficinas criativas, projetos de ciência-cidadã e metodologias vivenciais demonstram efeitos mais duradouros na internalização de valores e atitudes pró-ambientais, além de ampliar a percepção da autoeficácia e do protagonismo social dos participantes.

Os dados também sugerem que a integração de competências socioemocionais — empatia, autorregulação, resiliência, comunicação — ao processo educativo reforça o desenvolvimento moral e potencializa a capacidade de sujeitos e grupos enfrentarem dilemas ético-ambientais complexos. Este fenômeno é visível tanto em ambientes escolares quanto em coletivos urbanos e rurais, indicando necessidade de formação continuada para educadores e gestores em todos os níveis.

A participação em ações coletivas, tais como mutirões de limpeza, jardins comunitários e fóruns ambientais, emerge na literatura como um dos maiores fomentadores de identidade ecológica e consciência crítica, especialmente se tais ações são acompanhadas de mediação psicológica e espaço para reflexão compartilhada. Esse engajamento coletivo promove sensação de pertencimento, solidariedade e confiança mútua, condições essenciais para mudanças comportamentais sistêmicas e para a resiliência socioambiental.

6.Diferenças Sociodemográficas

Quanto ao impacto de variáveis sociodemográficas, estudos recentes relatam que o estágio educacional, o gênero e o contexto socioeconômico modulam tanto a motivação inicial quanto a permanência nas práticas pró-sustentabilidade. Crianças e adolescentes beneficiados por experiências lúdicas e artesanais apresentam, longitudinalmente, maior tendência a desenvolver valores ecológicos consistentes, enquanto adultos em regiões vulneráveis respondem melhor a estratégias que envolvam redes de apoio social e inclusão digital.

7. Desafios Metodológicos

No âmbito metodológico, destaca-se a superioridade das pesquisas mistas e triangulação de métodos na identificação e mensuração dos efeitos das políticas e projetos ambientais. Surveys em larga escala possibilitam captar panoramas agregados, mas somente diagnósticos qualitativos — entrevistas, narrativas longitudinais e estudos de caso — conseguem explicitar os sentidos atribuídos às mudanças e os obstáculos que persistem nas realidades locais.

Uma limitação frequente, evidenciada na literatura anterior, era a ausência de conexão forte entre categorias de análise — práticas sustentáveis, consciência ambiental, desenvolvimento moral — e as medições efetivas de impacto. O presente artigo, ao articular os dados e exemplos concretos, demonstra que o alinhamento conceitual e operacional potencializa tanto a aplicabilidade quanto o rigor científico das intervenções. Isso permite que futuros programas e políticas públicas possam melhor avaliar a eficácia de suas ações, ajustando projetos conforme o perfil das comunidades-alvo e refinando metas de curto, médio e longo prazo.

Novas direções apontadas pela produção entre 2021 e 2025 sugerem que o avanço da sustentabilidade depende, mais do que nunca, de cooperação transdisciplinar e de redes que unam ciência, educação, gestão pública e movimentos sociais. Experiências internacionais evidenciam que sucesso de políticas ambientais decorre da combinação entre valores morais, competência socioemocional e engajamento coletivo, demonstrando que transformações institucionais profundas requerem, simultaneamente, formação ética, criatividade organizacional e escuta ativa às dinâmicas culturais locais.

Sendo assim, os achados aqui sistematizados confirmam que a complexidade dos desafios ambientais e sociais pode ser enfrentada com mais eficácia quando práticas inovadoras baseadas em ciência-cidadã, pesquisa-ação participativa e cultura colaborativa são priorizadas, superando modelos unilaterais e redundantes. O reconhecimento das diferenças metodológicas e a incorporação de estatísticas e exemplos comparativos solidificam a relevância do campo, permitindo que a Psicologia Ambiental avance de modo integrado e alinhado às metas globais de desenvolvimento sustentável, distribuição equitativa de recursos e promoção da saúde mental e coletiva.

Considerações Finais

A Psicologia ambiental consolida-se como campo estratégico para o avanço do desenvolvimento sustentável, articulando fatores individuais e coletivos, vínculos afetivos e espaços participativos que promovam saúde, justiça e cidadania. A atuação profissional deve ir além da análise crítica, assumindo postura propositiva capaz de transformar práticas e políticas nos vários níveis da sociedade.

Recomenda-se que políticas públicas ampliem o uso de metodologias participativas e colaborativas, valorizando experiências que promovam protagonismo comunitário, escuta ativa e integração das dimensões afetivas e socioemocionais no desenho de ações sustentáveis. É urgente incorporar oficinas vivenciais, programas de ciência-cidadã e formação continuada de educadores e gestores, focando no enfrentamento dos dilemas ético-ambientais e na construção de ambientes de pertencimento coletivo.

Projetos educacionais devem implementar currículos flexíveis e dialogados, conectando escolas, coletivos urbanos/rurais e redes colaborativas. Esses projetos precisam fomentar competências socioemocionais, senso crítico, empatia e corresponsabilidade ética, criando condições para a emergência de práticas pró-sustentabilidade duradouras e adaptadas às realidades dos participantes.

No exercício da profissão, psicólogos podem atuar como mediadores de conflitos socioambientais, facilitadores de processos participativos e formadores em valores éticos, contribuindo ativamente para a saúde mental coletiva e o engajamento local e global em torno das agendas sustentáveis.

A integração da Psicologia aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 reforça seu compromisso com metas-chave, como saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10), consumo e produção responsáveis (ODS 12) e ação contra mudanças climáticas (ODS 13).

Diante disso, é fundamental investir em competências socioemocionais, metodologias colaborativas e estratégias de avaliação participativa dos impactos, para que a Psicologia – em articulação com o poder público e a sociedade civil – possa atender às exigências contemporâneas, efetivar os compromissos da Agenda 2030 e fomentar a transformação social necessária frente aos desafios do século XXI.

Referências

ASSOCIAÇÃO GLOBAL DE PSICOLOGIA (GPA). (2024). Um quadro de ação climática da população. Sociedade Brasileira de Psicologia. [https://www.sbponline.org.br/arquivos/GPA_Quadro_de_A%C3%A7%C3%A3o_Clim%C3%A1tica_\(Janeiro_2024\)_-port.pdf](https://www.sbponline.org.br/arquivos/GPA_Quadro_de_A%C3%A7%C3%A3o_Clim%C3%A1tica_(Janeiro_2024)_-port.pdf)

BENTO, J. R., et al. (2022). Educação socioemocional: contribuições para o desenvolvimento integral e coletivo. Revista SIP UFLA, 4(2), 101-120. https://sip.prg.ufla.br/arquivos/php/bibliotecas/repositorio/download_documento/baixar_por_anosemestre_matricula.php?arquivo=20242_201720024

BOGO, A. C., Martins, F. B., & Laurenti, C. (2020). Contribuições da psicologia a um projeto de educação ambiental. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 11(2).

CHAVES, A. L., Pinheiro, M. L., & Haiashida, R. (2022). Competências socioemocionais e aprendizagem significativa. Revista Estratégias e Impactos, 10(1), 18-30. <https://revistaft.com.br/desenvolvimento-de-competencias-socioemocionais-estrategias-e-impactos-no-ensino-fundamental-e-medio>

Corral-Verdugo, V., Frías-Armenta, M., & García-Cadena, C. H. (2021). Psicologia ambiental: fundamentos e perspectivas para a sustentabilidade. Springer. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-19-4234-1_5

CORREIA, C. C. (2025). Revisão integrativa relacionadas a atitudes pró-ambientais e ações de educação ambiental. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 15(1), 1-39. <https://doi.org/10.61164/j5w2dk96>

DEMOLY, K. R. Do A., & Santos, J. S. B. Dos. (2018). Aprendizagem, educação ambiental e escola: Modos de en-agir na experiência de estudantes e professores. Ambiente & Sociedade, 21.

FERNANDES FILHO, A. (2025). Competências socioemocionais na escola contemporânea. Revista Educação Contemporânea, 18(2), 45-58. <https://editoraverde.org/portal/revistas/index.php/reca/article/download/401/538>

FOLTZ, B. L. (2022). **Psicologia ambiental: uma revisão sobre a importância do desenvolvimento da consciência ambiental.** Revista Ibeas, 10(7), 115-130. <https://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2022/I-007.pdf>

GALVÃO, I. (2004). **A psicologia e a educação moral.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 17(3), 395-404. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200002

GIFFORD, R. (2014). **Environmental psychology matters.** Annual Review of Psychology, 65, 541-579. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115048>

GONÇALVES L. S., et al. (2024). **Construto socioemocional e suas contribuições para a educação e a vida contemporânea.** Fractal, 36(4). <https://www.scielo.br/j/fractal/a/fy46Kh8dqjDJQfHDspLKgdR>

IBARRA, R. E. P., et al. (2020). **Psychosocial predispositions towards sustainability and their relationship with environmental identity.** Sustainability (Switzerland), 12(17).

KOLLMUSS, A., & Agyeman, J. (2002). **Mind the Gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior?** Environmental Education Research, 8(3), 239-260. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504620220145401>

MARQUES, L. N., et al. (2024). **Evidências de validade de conteúdo de uma medida de competências socioemocionais.** Psi: Psicologia, 32(1), 308-320. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812024000100308

MELO, J. P., N. C., K. K., & Giesta, J. P. (2023). **Análise da realização de práticas em educação ambiental e sustentabilidade na educação básica.** Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), 18(6), 13-27. <https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.15139>

MORIN, E. (2020). **Terra pátria.** 5ª ed. Porto Alegre: Sulina.

MORIN, E. A religião dos saberes: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MUTO, J. H. D. (2023). O ensino das habilidades socioemocionais na escola. *Revista Psicologia: Organização e Trabalho*, 23(2), 180-195. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17935>

OLIVEIRA,, F. A., & Brasil, C. P. (2020). Educação ambiental nas escolas para promoção de valores ecológicos. *Fórum Ambiental*, 18(2), 101-116. https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/pt_BR/article/view/2805

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2025). Relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. <https://brasil.un.org/pt-br/289832-relat%C3%B3rio-anual-do-programa-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-o-meio-ambiente>

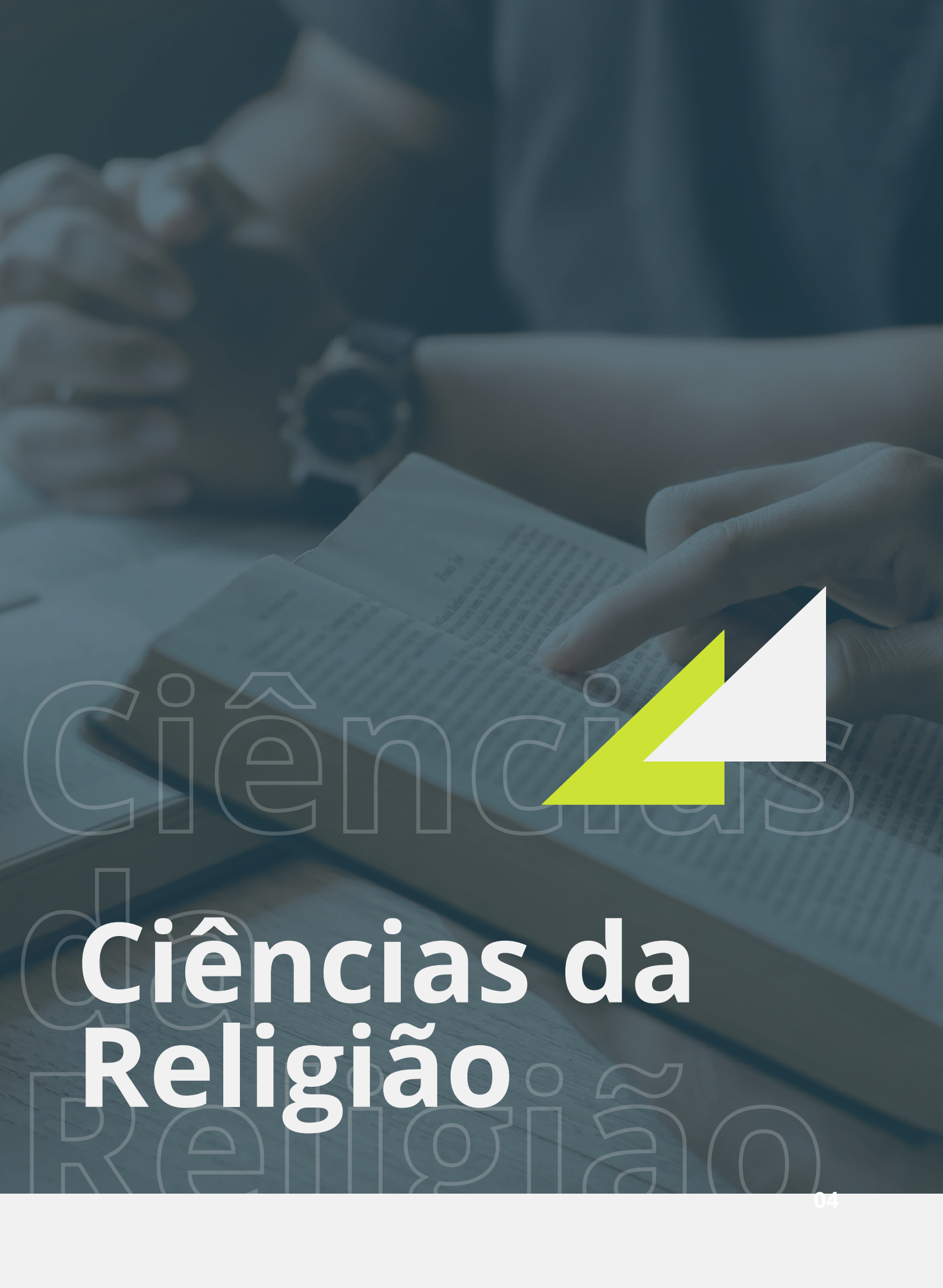
RAYMUNDO, L. S. (2014). Desenvolvimento moral: vertentes pró-social e pró-ambiental. *Fractal*, 26(2). <https://www.scielo.br/j/fractal/a/zBDDPqyjSZyG637Vvyptyqb/?lang=pt>

RAMOS, R. A., Santos, C. F., Peixoto, E. A., Duarte Filho, S. L., Coelho, R. R., Oliveira, R. V. B., Braga, S. M. D. A., & Ramos, P. R. (2024). A contribuição da psicologia para a educação ambiental: resultados de uma revisão sistemática da literatura. *Revista Foco*, 17(1), 1-16. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-206>

RUMENOS, N. N., & Spazziani, M. De L. (2020). *Ciência-cidadã e Educação Ambiental: cursos de formação e estímulo ao voluntariado em um Parque Nacional*. REMEA, 37(1), 127-144.

SANTOS, G. C., & Jacobi, P. R. (2019). *Psicologia e sustentabilidade: formação de valores, atitudes e comportamentos proambientais*. Psicologia USP, 30. <https://doi.org/10.1590/0103-656420190032>

UNESCO. (2021). *Declaração de Berlim sobre educação para o desenvolvimento sustentável*. <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-declara-que-educacao-ambiental-deve-ser-um-componente-curricular-basico-ate-2025>



Ciências

da
**Ciências da
Religião**

Apresentação: Religião, Ética e Sustentabilidade na Crise Climática.

A crise socioambiental contemporânea exige uma reconfiguração profunda das relações humanas com o planeta, convocando uma reflexão ética, espiritual e coletiva. Os artigos a seguir evidenciam como as tradições religiosas e filosóficas oferecem importantes referenciais de sabedoria e engajamento para enfrentar o colapso ecológico, contribuindo para a construção de um futuro sustentável, solidário e justo, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Coordenação do eixo temático:

Janaina Brito de Assis Freitas

Ementa

Artigo 1: Religião e Sustentabilidade: Caminhos espirituais para uma ética do cuidado com a casa comum climática.

O primeiro artigo aprofunda o diálogo entre espiritualidade e ecologia, examinando as contribuições da Teologia e das Ciências da Religião a partir de duas tradições específicas: a cristã protestante histórica (Igreja Metodista) e a budista (vertente Geluk). O foco é a construção de uma ética do cuidado com a Casa Comum, alinhada aos ODS 13 e 15. O estudo critica visões antropocêntricas que historicamente justificam a exploração da natureza (White Jr., 1967; Bojj, 2003) e resgata fundamentos como a interdependência e a compaixão (karunã) do Budismo, bem como o engajamento ético e comunitário do Metodismo.

A análise estabelece convergências entre a prática metodista de fé ativa e a doutrina budista da originação dependente, oferecendo caminhos para uma nova consciência planetária e para a promoção da justiça ambiental.

Artigo 2: Do Eu ao Nós: Éticas de Sustentabilidade das Tradições Religiosas Mundiais

O segundo estudo investiga a contribuição ética de três grandes tradições - Judaísmo, Islamismo e Cristianismos do Sul global - focando na transição do "eu" (individualidade) para o "nós" (responsabilidade coletiva). Inspirado no Princípio de Hans Jonas (2006) e na ética relacional proposta por Ivone Gebara (1997), o artigo analisa e compara princípios como o Tikkun Olam, a Khalifa, o mizan e a solidariedade comunitária. A análise evidencia que essas éticas milenares convergem promoção da justiça social, do cuidado com a vida e do bem-estar coletivo, alinhando-se diretamente aos ODS 3, 10 e 12.

RELIGIÃO E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS ESPIRITUAIS PARA UMA ÉTICA DO CUIDADO COM A CASA COMUM NA CRISE CLIMÁTICA

Janaína Brito de Assis Freitas²⁰

Felipe Donadon²¹

Cesar Luiz de Oliveira Janoti²²

Gisele Helena D'Ottaviano²³

Isabella Fujihira Graballos²⁴

Resumo: A crise climática contemporânea, marcada por eventos extremos e pela degradação ambiental, interpela profundamente os saberes da Ciência da Religião e da Teologia. Este artigo propõe uma análise teórico-reflexiva das contribuições dessas áreas para a compreensão da relação entre espiritualidade e cuidado com a Casa Comum na crise climática (alinhando-se aos ODS 13 e 15), com foco nas tradições cristã (protestante histórica) e budista. Parte-se da constatação de que as religiões produzem discursos e práticas simbólicas que moldam valores e comportamentos, influenciando a forma como a humanidade se relaciona com a natureza. Busca-se identificar, nessas matrizes, elementos que contribuam para a construção de uma ética ambiental baseada na interdependência entre os seres, na sacralidade da vida e na responsabilidade diante das gerações futuras.

²⁰ Doutoranda em Ciências da Religião (UMESP). Mestre em Teologia (UMESP). Graduada em Teologia (UMESP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2824-0466>. E-mail: janainaassisfreitas@gmail.com.

²¹ Doutorando em Ciências da Religião (UMESP). Mestre em Ciências da Religião (UMESP). Graduado em Psicologia (PUC-Campinas). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4354-8748>. E-mail: felipedonadon.x@gmail.com.

²² Doutorando em Ciências da Religião (UMESP). Mestre em Direito (Universidade Autônoma de Lisboa). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1197-8280>. E-mail: cesarjanoti@gmail.com.

²³ Mestranda em Ciências da Religião (UMESP). Graduada em Fisioterapia (PUCCAMP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0130-8220>. E-mail: giselhelend@gmail.com.

²⁴ Mestranda em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Relações Internacionais e Relacionamento com Investidores pela Escola Superior de Propaganda e Marketing em São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6490-7878>. E-mail: isabellafgrab@gmail.com

Ao analisar essas tradições, pretende-se também desconstruir interpretações religiosas e antropocêntricas que historicamente justificaram a exploração da natureza, oferecendo em seu lugar fundamentos para uma espiritualidade ecológica, engajada com o bem-estar planetário. A metodologia adota uma abordagem interdisciplinar, com revisão de literatura, análise de materiais midiáticos e documentos de comunidades de fé, com ênfase na tradição protestante histórica da Igreja Metodista do Brasil, bem como em diálogo com epistemologias e a espiritualidade budista. A proposta é evidenciar pontos de convergência entre essas tradições que possam fortalecer uma ética do cuidado, da justiça ambiental e da responsabilidade na manutenção de nosso mundo. Espera-se, com isso, contribuir para o reconhecimento das religiões como fontes vivas de sabedoria ecológica, capazes de inspirar práticas transformadoras diante da crise climática. Ao resgatar e reinterpretar as erudições dessas tradições, este estudo propõe um olhar que une espiritualidade, ética e ecologia, promovendo esperança e engajamento na construção de um futuro sustentável e justo.

Palavras-chave: Crise climática; Casa comum; Cosmovisões religiosas; Teologia ecológica; Budismo Geluk.

Introdução

A crise climática que atravessamos não se resume a dados científicos e previsões sobre o futuro do planeta. Ela constitui um abalo profundo nas formas de viver, perceber o mundo e se relacionar com a Terra, atingindo dimensões éticas, espirituais e civilizatórias. Fenômenos extremos, perda de biodiversidade, escassez de recursos e injustiças socioambientais evidenciam um colapso sistêmico que demanda respostas que vão além da técnica ou da política. Diante disso, o campo das Ciências da Religião e da Teologia emerge como espaço fecundo para refletir sobre as cosmovisões que fundamentam os modos de habitar o mundo, especialmente no que se refere ao cuidado com a Casa Comum (Francisco, 2015).

Deste modo, as religiões ao longo da história, desempenharam papel central na formação de imaginários, valores, práticas e estruturas de sentido que moldam a relação das sociedades com a natureza. Seja pela via dos mitos fundantes, dos rituais, das doutrinas ou da espiritualidade vivida, as tradições religiosas constroem concepções sobre o humano, o sagrado e a Terra. Contudo, nem sempre essas tradições contribuíram para a preservação da vida. Em muitas ocasiões, a leitura antropocêntrica e dominadora dos textos sagrados justificou a exploração desenfreada da natureza e a subjugação de outros seres vivos (White Jr., 1967; Boff, 2003).

Este artigo propõe uma análise teórico-reflexiva das contribuições que as Ciências da Religião e a Teologia podem oferecer para o enfrentamento da crise climática, a partir de uma abordagem que integra espiritualidade, ética e ecologia. O texto é produzido a partir do diálogo entre duas tradições religiosas: a cristã protestante histórica, com ênfase na igreja metodista com sua teologia wesleyana, e a tradição budista, sobretudo em sua vertente Mahāyāna.

Busca-se identificar nessas matrizes elementos que contribuam para a construção de uma ética ecológica baseada na interdependência, na sacralidade da vida e na responsabilidade solidária com as gerações futuras (Tsai, 2021; Gebara, 2019).

A metodologia utilizada é interdisciplinar, envolvendo revisão de literatura, análise de documentos de comunidades de fé — como os produzidos pelo Colégio Episcopal da Igreja Metodista — e de materiais midiáticos e acadêmicos que tratam da relação entre religião e meio ambiente. A investigação se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 e 15, que tratam da ação climática e da proteção da vida terrestre, respectivamente (Onu, 2015).

Sendo assim, ao destacar as potencialidades dessas tradições para fomentar uma espiritualidade ecológica, este estudo visa também desconstruir narrativas religiosas que legitimaram a destruição ambiental, propondo caminhos para uma nova consciência planetária. A proposta é que as religiões sejam reconhecidas não como obstáculos, mas como fontes vivas de sabedoria e ação transformadora em tempos de urgência climática. Mas será que, em meio à complexidade da crise ecológica, essas tradições podem realmente inspirar uma nova ética planetária de cuidado e responsabilidade?

1. Religião, Espiritualidade e Ecologia: Interfaces e Possibilidades

A crise ecológica contemporânea escancara a insuficiência de respostas exclusivamente técnicas ou econômicas para os desafios que enfrentamos como humanidade. Ao afetar diretamente os modos de vida, os vínculos sociais e a relação com o planeta, ela exige uma

reconfiguração profunda de nossas cosmovisões — ou seja, dos modos como compreendemos e habitamos o mundo. É nesse cenário que religião, espiritualidade e ética emergem como dimensões fundamentais a serem consideradas nos debates sobre a Casa Comum (Francisco, 2015).

Para avançar nessa discussão, é necessário distinguir, ainda que de forma inter-relacionada, alguns conceitos centrais. A religião pode ser compreendida como um sistema cultural e simbólico que organiza a experiência humana diante do sagrado, por meio de mitos, ritos, doutrinas, práticas e instituições (Geertz, 1989). Complementarmente, Eliade (1991) afirma que a religião estrutura o espaço e o tempo a partir da revelação do sagrado, conferindo sentido à existência humana e às relações com o mundo natural.

Mais do que um conjunto de crenças, a espiritualidade revela a dimensão vivencial da fé, marcada pela busca de sentido e pela conexão com a totalidade da vida, independentemente de vínculos institucionais (Gebara, 2019; Sung, 2012). Nesse contexto, a ética manifesta-se como a expressão de valores e princípios que orientam a convivência justa e responsável entre os seres — humanos e não humanos.

Por sua vez, a cosmovisão fornece o arcabouço simbólico-cultural que organiza essas compreensões, influenciando diretamente a forma como as sociedades se relacionam com o meio ambiente, orientando práticas de cuidado, preservação e respeito que refletem a integração entre fé, corpo e mundo natural.

As religiões, como produtoras de sentido, moldam práticas sociais, identidades coletivas e formas de ver a natureza. Muitas tradições

cultivam, em suas origens, uma relação de reverência com o mundo natural. Contudo, leituras dominantes, especialmente no Ocidente, adotaram interpretações teológicas que legitimaram o domínio humano sobre a criação. Como afirmou Lynn White Jr (1967, apud Boff, 2003), em ensaio clássico, parte da crise ambiental moderna está enraizada em uma leitura antropocêntrica e utilitarista da tradição judaico-cristã, que colocou o ser humano como senhor absoluto da natureza.

Em resposta a essa crítica, teólogas e teólogos têm proposto alternativas que resgatem a dimensão relacional e cuidadora da fé. Leonardo Boff (2003), ao desenvolver a noção de ecologia integral, propõe uma ética que compreende a Terra como um organismo vivo, onde tudo está interligado. Para ele, cuidar da Terra é inseparável de cuidar dos pobres, das relações humanas e da espiritualidade.

Na mesma linha, Ivone Gebara (2019) oferece uma teologia ecofeminista que denuncia a lógica patriarcal e dualista que fundamenta a exploração da mulher e da natureza, propondo uma espiritualidade cotidiana, baseada na interdependência e na valorização do corpo e da terra como expressão do sagrado.

Em diálogo com essa perspectiva, autores como o Dalai Lama (2011; 2016) e Patricia Tsai (2021) exploram o conceito de responsabilidade universal e a ideia de que a ética ecológica nasce do reconhecimento da interdependência de todos os seres.

O sofrimento planetário, segundo essa tradição, é um sofrimento compartilhado, que só pode ser superado por meio da compaixão ativa e da consciência de unidade. Também a teórica e ativista Joanna Macy (2022) propõe uma espiritualidade ecológica engajada, capaz de

transformar o luto ecológico em ação consciente e cooperativa, o que ela chama de “Esperança Ativa”.

Diante dessa pluralidade de vozes e práticas, torna-se evidente que as religiões podem desempenhar um papel fundamental como agentes ético-culturais e comunitários. Elas têm a capacidade de mobilizar coletividades, ressignificar estilos de vida e fomentar uma ética baseada no cuidado, na sobriedade e na solidariedade intergeracional.

As campanhas ecumênicas, como a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016 (Conic, 2015), e os documentos de igrejas como a Igreja Metodista do Brasil (Colégio Episcopal, 2019) evidenciam a disposição de comunidades de fé em assumir o compromisso ecológico como parte de sua missão.

Nesse sentido, a proposta da Agenda 2030 da ONU encontra eco nas espiritualidades comprometidas com a justiça ambiental. Os ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e 15 (Vida terrestre) destacam a urgência de ações que integrem ciência, educação, ética e espiritualidade. A transformação da crise ecológica não é apenas uma tarefa técnica, mas requer um novo paradigma de humanidade — uma conversão do olhar, da sensibilidade e das práticas cotidianas (ONU, 2015; Boff, 2016).

Portanto, ao tecer pontes entre fé, espiritualidade e responsabilidade ecológica, abre-se um campo fértil para o florescimento de uma nova ética planetária, fundamentada não na dominação, mas no cuidado como expressão de compaixão e compromisso com o futuro comum da vida na Terra (Rochetta, 2002; Dalai Lama, 2002).

2.A Tradição Cristã Protestante e Ética do Cuidado com a Criação

A Reforma Protestante do século XVI constituiu um marco na história do cristianismo, reconfigurando não apenas os vínculos entre fiéis e instituições eclesiais, mas também as compreensões teológicas sobre o mundo, o trabalho, a graça e a criação. Ao reafirmar a centralidade das Escrituras e a dignidade da vocação cristã no cotidiano, as tradições protestantes contribuíram para a valorização do mundo como espaço da ação de Deus.

No entanto, como aponta Comblin (2005), a modernidade protestante, ao dialogar com a ascensão do racionalismo e do capitalismo, também colaborou para a sacralização do progresso técnico e para uma visão funcionalista da natureza, na qual o domínio humano sobre o mundo material passou a ser interpretado como sinal de bênção divina e de realização da vontade de Deus, deslocando o sentido espiritual do cuidado e da interdependência para uma lógica utilitarista de exploração e eficiência.

A tradição metodista, nascida no século XVIII a partir da experiência espiritual de John Wesley (1703–1791), compreende a salvação como um processo integral que abrange corpo, alma, relações humanas e a criação como um todo — perspectiva reafirmada pelos documentos recentes da Igreja Metodista (COLÉGIO EPISCOPAL, 2017; 2019; 2023).

Sua teologia prática articulava oração, ação e serviço, e sua espiritualidade era marcada por uma ética do cuidado, que se manifestava tanto no compromisso com os pobres quanto na atenção à saúde, à educação e à justiça social (Boff, 2003; Gebara, 2019).

Como afirma Mircea Eliade (1991), a experiência religiosa não se limita à crença individual, mas estrutura uma cosmovisão sagrada, capaz de conferir novo sentido ao espaço, ao tempo e à natureza. O religioso habita um mundo que está repleto de significados profundos, e o modo como esse mundo é compreendido orienta práticas concretas. Assim, a tradição protestante, ao reinterpretar a criação como dom de Deus, propõe também uma reorganização simbólica e ética do mundo vivido.

Ao afirmar que “o mundo é minha paróquia”, Wesley antecipava uma visão global e interdependente da missão cristã. Em suas cartas e sermões, ele já expressava preocupação com os maus-tratos a animais, com as condições de trabalho e com o uso ético dos bens da criação. Seu legado inspira a prática de uma espiritualidade encarnada, que reconhece a natureza como dom de Deus e responsabilidade humana.

No contexto brasileiro, a Igreja Metodista tem reafirmado esse compromisso através de diversos documentos oficiais. Destaca-se, nesse sentido, a publicação *Discípulas e Discípulos nos Caminhos da Missão: Cuidam do Meio Ambiente* (Colégio episcopal, 2019), que propõe uma pastoral ecológica baseada no discipulado comprometido com o meio ambiente. A obra sugere ações práticas para as igrejas locais, como o cuidado com a água, o uso consciente da energia, a gestão responsável dos resíduos e o cultivo de hortas comunitárias. O documento afirma que “cuidar do meio ambiente é expressão da fidelidade a Deus e à vida” (Colégio Episcopal, 2019, p. 11).

Esse compromisso, no entanto, não é recente. Já na edição dos Cânones da Igreja Metodista de 2017, aprovada durante o 20º Concílio Geral, está presente a afirmação de que a missão da Igreja inclui o cuidado com o meio ambiente como dimensão integrante do serviço cristão. O texto declara:

“Esta legislação é aprovada para instruir a vida da comunidade missionária a serviço do povo, que tem por objetivo espalhar a santidade bíblica por toda a terra, por intermédio de discípulas e discípulos que, nos caminhos da missão, alcançam as cidades, servem com integridade, cuidam do meio ambiente, vivem em unidade e anunciam as boas notícias da graça” (Colégio Episcopal, 2017, p. 17).

A edição mais recente dos Cânones da Igreja Metodista (2023) também reforça a necessidade de práticas ecológicas como parte integrante da missão da igreja, convocando as comunidades a assumirem o compromisso com a justiça socioambiental. Essa consciência se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de número 13 (Ação contra a mudança global do clima) e 15 (Vida terrestre), ao reconhecer que a fé cristã não pode estar desconectada das urgências do planeta (ONU, 2015).

Exemplos de práticas metodistas incluem a implementação de hortas orgânicas comunitárias, campanhas de reciclagem solidária, educação ambiental em escolas confessionais e projetos de formação de lideranças para a justiça ecológica. Essas ações, muitas vezes invisibilizadas, demonstram a força de uma espiritualidade que se traduz em gestos concretos e comunitários, promovendo o bem comum e a sustentabilidade local (Paula, 2019).

Como destaca Sung (2012), uma espiritualidade comprometida com a justiça e com a preservação da vida passa necessariamente por um processo educativo que reencante o mundo e desperte uma consciência planetária.

Nesse sentido, as práticas metodistas de cuidado com o meio ambiente se constituem como expressões pedagógicas do discipulado e da espiritualidade cristã.

Essa reinterpretação da criação como dom e responsabilidade, longe de um discurso meramente simbólico, se traduz em uma ética da ternura e do compromisso — como afirma Rocchetta (2002) — que reconhece no cuidado o modo mais profundo de expressar a fé. Em diálogo com a encíclica *Laudato Si'* (Francisco, 2015), a tradição metodista propõe uma conversão ecológica que seja também espiritual, comunitária e missionária.

Assim, o protestantismo histórico, e particularmente o metodismo, oferece contribuições significativas para uma espiritualidade ecológica enraizada na prática do amor ao próximo e à criação, fundamentada na interdependência, na justiça e na esperança ativa. Como afirmam Boff (2016) e Gebara (2019), cuidar da Terra é também um ato de fé, e uma resposta profética à crise que ameaça a continuidade da vida.

3.A Espiritualidade Budista e a Interdependência com a Natureza

A tradição budista, aqui particularmente a Geluk, com seu expoente o Dalai Lama, nos oferece reflexões significativas por meio de princípios éticos que guiam uma interação mais consciente com um mundo em colapso climático. Para o budismo, não é possível dissociar a existência humana do ambiente em que se encontra. Contudo, parece que cada vez mais nos distanciamos de reflexões que nos aproximam da ideia de interdependência e, por consequência, estarmos inseridos neste todo maior, ao qual damos o nome de mundo, ou planeta Terra.

O budismo compreende que todos os seres estão interligados em uma rede dinâmica e interdependente de existência. Esse princípio expressa a ideia de que nada existe de forma isolada ou independente e inerente, sendo a realidade constituída por relações mútuas. Trata-se da doutrina da originação dependente (*pratītyasamutpāda*), segundo a qual tudo surge em interdependência com múltiplas condições (Harvey, 2013). Assim, até mesmo a sobrevivência humana e a dos demais seres que habitam o planeta só são possíveis em razão de uma cooperação contínua e recíproca (Dalai Lama, 2012).

Ao reconhecer que o sofrimento de um ser está ligado ao de todos os demais, o budismo Mahāyāna propõe uma ética baseada na compaixão (*karuṇā*), intimamente articulada ao amor-bondade (*mettā*) e à equanimidade (*upekkhā*). Esses elementos integram o conjunto das chamadas quatro moradas divinas (*brahmavihāras*), práticas espirituais que fundamentam uma ética ecológica de cuidado com todos os seres (Keown, 2005). A compaixão, assim, adota como sua base a interdependência e o reconhecimento de que todos os seres sofrem por compartilharem de condições de existência similares no mundo em que vivem. Conforme aponta Daniel Goleman (2003), neurocientista e praticante de budismo, a compaixão orienta as ações a partir da observação de tal sofrimento, em um processo gradual de transformação que visa à harmonização de mente e o corpo, por meio da meditação.

Assim, de acordo com a prática budista, faz-se necessário ao indivíduo um movimento de reflexão investigativa sobre acontecimentos externos, analisando-se o entorno, assim como uma investigação interna durante a prática de meditação, em relação à elaboração das vontades, de maneira que estejam em maior consonância com as necessidades do planeta. Nesse respeito, salienta-se uma fala do Dalai Lama que diz o seguinte:

O planeta é a nossa própria casa e sem ele não poderemos sobreviver. Isso é certo. Em última instância, somos os filhos da Mãe Terra, e portanto, estamos à mercê do planeta no que diz respeito ao ambiente e à ecologia. Isso não é algo sagrado ou moral. É uma questão da nossa própria sobrevivência. Penso — pelo menos, espero — que não seja muito tarde quando compreendermos a importância do ambiente natural. Em alguns casos, talvez nos seja pedido que sacrifiquemos alguns tipos de conforto e que nos contentemos com o razoável para tratarmos o ambiente natural com mais respeito (Dalai Lama, 2002, p. 168).

Percebe-se, portanto, que a reflexão ambiental, no horizonte budista, não se limita a uma motivação religiosa ou moral, mas decorre da consciência de que somos parte inseparável do todo. Em determinadas situações, inclusive, é necessário abrir mão de interesses pessoais imediatos para alinhar-se às exigências do planeta — que, sendo também parte de nós, expressa nossas próprias demandas de sobrevivência e equilíbrio.

Diante disso, torna-se necessário desenvolver meios específicos que permitam ao indivíduo superar questões egóicas baseadas apenas em vontades pessoais, possibilitando a adoção de posturas mais conscientes em relação à nossa responsabilidade no ambiente em que vivemos.

A educação, nesse processo, desempenha papel crucial ao fortalecer o senso de pertencimento ao planeta como “casa comum” (De Silva, 1997). Nesse sentido, é pertinente refletir, por exemplo, sobre o papel da educação como ferramenta indispensável para fortalecer o senso de pertencimento a este lugar que chamamos de “casa” — o nosso planeta. Diante dessa questão, temos o seguinte excerto que comenta:

Outra função importante da educação é nos ensinar a conservar uma atitude sincera e honesta em todos os momentos. Esse tipo de educação voltada para o coração atende, na verdade, aos nossos melhores interesses, pois todos pertencemos à humanidade. Se a humanidade estiver feliz, também seremos felizes e colheremos os benefícios. Se a humanidade e o meio ambiente forem prejudicados, também seremos perdedores e enfrentaremos as consequências negativas. Os seres humanos são animais sociais e, assim, nossa felicidade, o sucesso e nossa própria sobrevivência dependem dos outros (Dalai Lama, 2005, p.6).

Nesse horizonte, a educação ambiental inspirada no budismo mostra-se ferramenta indispensável para consolidar uma consciência ecológica ampla, em que a felicidade e o bem-estar não sejam privilégio de alguns, mas um direito da coletividade humana e não humana.

Por conseguinte, é importante refletir sobre como a educação pode contribuir para um entendimento mais coeso e profundo acerca do estado ecológico atual do mundo que habitamos e compartilhamos. Como mencionado anteriormente, é fundamental que a felicidade não seja privilégio de alguns, mas sim de toda a coletividade — da humanidade como um todo —, de modo a proporcionar uma perspectiva mais esperançosa para as pessoas que hoje vivem, e para aquelas que ainda viverão nesta casa comum, a que chamamos Planeta Terra.

Seguindo nessa direção, é relevante destacar um conceito em particular que ganha força diante do cenário atual: a necessidade de uma responsabilidade universal pelo cuidado e resgate de todos os seres sencientes. Essa ideia está profundamente ligada à força motriz da prática Mahāyāna, a *bodhicitta*, cuja reflexão se torna ainda mais significativa nesse contexto. Além disso, é essencial promover o diálogo inter-religioso, pois, diante dos desafios em comum que enfrentamos, é urgente que estejamos unidos em defesa da grande família humana à qual todos pertencemos (Tsai, 2021).

Tendo esses norteadores em mente, pode-se delinear com mais clareza algumas possibilidades de atuação com base em princípios que dizem respeito à coletividade da qual fazemos parte. O principal deles é a noção de que somos inseparáveis do entorno ao qual pertencemos. Nesse sentido, é essencial cultivarmos uma reflexão constante sobre nosso papel e responsabilidade nas condições em que atuamos, para que possamos nos alinhar de maneira mais consciente e eficaz às demandas que emergem dessa convivência compartilhada.

Portanto, a espiritualidade budista, ao integrar interdependência, compaixão, educação ética e responsabilidade universal, oferece contribuições decisivas para repensar nossa forma de habitar a Terra e promover um ethos planetário de cuidado e justiça.

4. Convergências Éticas e Espirituais: para uma nova espiritualidade planetária

A análise das tradições cristã protestante histórica, em especial a metodista e budista Geluk, revela convergências éticas e espirituais significativas no enfrentamento da crise ecológica contemporânea. Embora diferentes em suas cosmologias e práticas, ambas compartilham valores fundamentais que contribuem para a construção de uma espiritualidade planetária: o cuidado com a vida, a compaixão universal, a justiça socioambiental, a interdependência entre os seres, a sobriedade de vida e a responsabilidade pelas gerações futuras.

Tanto a espiritualidade budista quanto a tradição metodista oferecem críticas contundentes ao individualismo, ao extrativismo e ao consumo desenfreado que marcam a modernidade líquida e a cultura do descarté (Bauman, 2001; Boff, 2003). Ambas apontam para a necessidade de superar a lógica da dominação — seja ela exercida sobre o outro, sobre a natureza ou sobre o próprio corpo — e convidam a um retorno à simplicidade, à reverência pela vida e à solidariedade.

Essa convergência também se manifesta na ênfase sobre a transformação interior como base da ação externa. Enquanto o protestantismo metodista valoriza a fé que se expressa em obras e no serviço ao próximo, o budismo propõe práticas de atenção

plena, compaixão e engajamento com o sofrimento do mundo. Em ambas, a espiritualidade não se reduz à interioridade ou ao rito, mas à prática de responsabilidade ética no mundo.

Nesse sentido, abre-se um espaço fecundo para o diálogo inter-religioso, não apenas como tolerância mútua, mas como cooperação ativa na defesa da Casa Comum. As religiões, quando se abrem à escuta e à autocrítica, tornam-se fontes de sabedoria ancestral e força coletiva para a transformação social. Como observa o Dalai Lama (2011), as espiritualidades podem contribuir com uma “ética universal” baseada no respeito mútuo e na busca pelo bem comum.

Diante da emergência climática e da devastação socioambiental, as religiões podem — e devem — assumir o papel de guardiãs da esperança e articuladoras de alternativas, sobretudo quando comprometidas com a justiça, a paz e a dignidade de todos os seres. Essa espiritualidade planetária não é uma fusão sincrética de doutrinas, mas o reconhecimento mútuo de que a vida na Terra exige alianças espirituais para a preservação do mundo e espécies que aqui habitam.

Nesse sentido, Ivone Gebara (1997) propõe uma teologia ecofeminista que desestabiliza as dualidades hierárquicas (corpo/espírito, homem/mulher, cultura/natureza) e oferece uma espiritualidade encarnada, interdependente e comprometida com a vida comum. Para a autora, repensar o conhecimento teológico a partir das experiências das mulheres e dos povos silenciados é fundamental para a construção de uma espiritualidade que mobilize afetos, políticas e práticas transformadoras diante da crise climática global.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo refletir sobre as contribuições das Ciências da Religião e da Teologia para a construção de uma ética do cuidado com a Casa Comum, frente à crise climática global. A partir da análise das tradições cristã protestante metodista e budista, buscou-se identificar princípios, práticas e valores que possam inspirar uma espiritualidade ecológica, engajada e transformadora.

Constatou-se que, quando reinterpretadas criticamente à luz de seus fundamentos éticos e proféticos, as religiões possuem grande potencial para atuar como agentes de sensibilização, formação de consciência e mobilização social. Ambas as tradições analisadas compartilham compreensões que rompem com a lógica antropocêntrica e mercantil da natureza, afirmando a interdependência, a compaixão, a justiça e o cuidado como pilares de uma nova convivência planetária.

A construção de uma espiritualidade ecológica que mobilize subjetividades, práticas comunitárias e políticas públicas é urgente. Não se trata apenas de “ecologizar” discursos religiosos, mas de permitir que a fé inspire novos modos de habitar o mundo, mais sustentáveis, justos e integrados à vida.

Por fim, reafirma-se que as comunidades de fé são chamadas a assumir a crise climática como uma causa espiritual e profética. O tempo presente exige mais do que diagnósticos: exige posicionamentos, gestos concretos e alianças que atravessem fronteiras religiosas. Como anunciam os documentos da Igreja Metodista (Colégio Episcopal, 2019) e as propostas do Dalai Lama (2011) e de Joanna Macy (2022), é possível e necessário despertar do delírio da separação e reconstruir a esperança na coletividade e no cuidado com a Terra.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2008.

BOFF, Leonardo. Entrevista: Cuidar da Casa Comum, compromisso com o futuro. Assunto: Ensino Religioso. In: Jornal Mundo Jovem – ISSN 1677-1451, ano 54, n. 463, fev. 2016.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. Cânones da Igreja Metodista 2017. São Bernardo do Campo: Editeo, 2017.

COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. Cânones da Igreja Metodista 2023. São Paulo: Angular, 2023.

COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. Discípulas e Discípulos nos Caminhos da Missão: Cuidam do Meio Ambiente. São Paulo: Angular Editora, 2019. Disponível em: <https://share.google/XJjMHakUBQGO1gd3c>. Acesso em: 14 de julho de 2025.

COMBLIN, José. Quais os desafios dos temas teológicos atuais? São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Questões Fundamentais da Fé, 6. Coordenação Darci Luiz Marin).
CONIC. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: Texto-base. Brasília: CNBB, 2015. (Observei que esta referência estava duplicada em sua lista original; mantive apenas uma).

DALAI LAMA. A prática da benevolência e da compaixão: seleção de artigos, entrevistas e mensagens. Compilação da edição brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

DALAI LAMA. Além da religião: fundamentos para a paz interior e a transformação social. Tradução de Anna R. C. Pinto. São Paulo: Editora Pensamento, 2011.

COMBLIN, José. Quais os desafios dos temas teológicos atuais? São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Questões Fundamentais da Fé, 6. Coordenação Darci Luiz Marin).

CONIC. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: Texto-base. Brasília: CNBB, 2015. (Observei que esta referência estava duplicada em sua lista original; mantive apenas uma).

DALAI LAMA. A prática da benevolência e da compaixão: seleção de artigos, entrevistas e mensagens. Compilação da edição brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

DALAI LAMA. Além da religião: fundamentos para a paz interior e a transformação social. Tradução de Anna R. C. Pinto. São Paulo: Editora Pensamento, 2011.

DALAI LAMA. *Como praticar: os ensinamentos do Dalai Lama sobre a prática do budismo tibetano*. Tradução de Laura L. de Abreu. São Paulo: Editora Palas Athena, 2016.

DALAI LAMA. *Iluminando o Caminho: ensinamentos*. Tradução de Cláudio Carina. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2005.

DALAI LAMA. *Nas minhas palavras*. Tradução de José Carlos L. de Souza. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

DE SILVA, Lily. The Buddhist Attitude Towards Nature. In: TUCKER, Mary Evelyn; WILLIAMS, Duncan R. (eds.). *Buddhism and Ecology*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da Casa Comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista. Ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. Olho d'água, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1. ed., 15. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLEMAN, Daniel (org.). Emoções que curam: uma ponte entre o budismo e a ciência das emoções. Tradução de Carlos Szlak. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

HARVEY, Peter. An Introduction to Buddhism: Teachings, History and Practices. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KEOWN, Damien. Buddhism and Ecology: The Interconnection of Dharma and Deeds. London: Routledge, 2005.

MACY, Joanna; JOHNSTONE, Chris. Esperança ativa: como enfrentar o caos do mundo e criar um futuro em que valha a pena viver. Tradução de Inês Cardoso. São Paulo: Cultrix, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2019-09/Agenda2030-completo-site.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PAULA, Sara de. "Educação Ambiental: uma Igreja que cuida do planeta". Igreja Metodista - Sede Nacional, 11 de julho de 2019. Disponível em: <https://share.google/XJjMHakUBQGO1gd3c>. Acesso em: 14 de julho de 2025.

ROCCHETTA, Carlo. Teologia da ternura: um "evangelho" a descobrir. São Paulo: Paulus, 2002.

SUNG, Jung Mo. Educar para reencantar a vida: pedagogia e espiritualidade. São Paulo: Reflexão, 2012.

TSAI, Patricia Guernelli Palazzo. O conceito de responsabilidade universal: uma análise do conceito pela tradição budista Mahāyāna Geluk no XIV

Dalai Lama. 2021. 177 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021. Orientador: Jung Mo Sung.

TUCKER, Mary Evelyn; GRIM, John. Religion and Ecology: Can the Climate Change? *Daedalus*, v. 130, n. 4, 2001.

WHITE Jr., Lynn. The Historical Roots of Our Ecologic Crisis. *Science, New Series*, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 10 mar. 1967. Disponível em: <https://inters.org/files/white1967.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2025.

DO EU AO NÓS: ÉTICAS DE SUSTENTABILIDADES DAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS MUNDIAIS

Janaína Brito de Assis Freitas²⁵

Douglas Scarp Carvalho²⁶

Miriam Cristina Martins Silva²⁷

Daniela da Cunha Lopes²⁸

Rodrigo Nóbrega de Almeida²⁹

Gracieli Teixeira Santos³⁰

Fabriciano Mendes da Silva³¹

Cesar Luiz de Oliveira Janoti³²

Resumo: As grandes religiões do mundo estruturam modos de vida e moldam práticas éticas que afetam as relações entre o humano, a sociedade e a natureza. Este artigo investiga como tradições religiosas elaboram a passagem do “eu” ao “nós” — da individualidade à coletividade — como fundamento de uma ética responsável de sustentabilidade planetária, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 10 e 12), voltados à promoção da saúde, à redução das desigualdades e ao consumo responsável. O objetivo geral é analisar como Judaísmo, Islamismo e Cristianismos do Sul Global desenvolvem éticas individuais e comunitárias capazes de

contribuir para a sustentabilidade global e a justiça social. Especificamente, busca-se compreender o princípio de responsabilidade em Hans Jonas como movimento ético que transcende o individualismo, identificar princípios éticos fundamentais nas tradições estudadas, comparar como cada uma relaciona o indivíduo à comunidade e destacar possibilidades de participação inter-religiosa em favor da equidade social. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, inter-religiosa e ecofilosófica, com análise comparativa das cosmovisões selecionadas. Os resultados indicam que essas tradições fomentam práticas éticas convergentes em torno do cuidado coletivo e da preservação da vida, configurando o diálogo inter-religioso como estratégia relevante diante da crise climática. Conclui-se que a passagem do “eu” ao “nós” constitui horizonte ético essencial para a promoção do bem-estar comum, da sustentabilidade planetária e da justiça social.

Palavras-chave: ética; sustentabilidade; judaísmo; islamismo; cristianismos do sul Global

²⁵ Doutoranda em Ciências da Religião (UMESP). Mestre em Teologia (UMESP). Graduada em Teologia (UMESP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2824-0466>. E-mail: janainaassisfreitas@gmail.com.

²⁶ Mestrando em Ciências da Religião (UMESP). Graduado em Teologia (FACETEN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2810-9082>. E-mail: douglasscarp38@gmail.com.

²⁷ Mestranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Graduada em Música. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6586-2950>. E-mail: miriampianista@outlook.com.

²⁸ Mestranda em Comunicação (UMESP). Graduada em Psicologia (UniCeub) e S.Social (UnB). : ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4375-867X> E-mail: daniela.lopesdmd@gmail.com.

²⁹ Mestrando em Ciências da Religião (UMESP). Graduado em Engenharia Elétrica (USJT). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4762-2469>. E-mail: rodrigoalmeida9@hotmail.com.

³⁰ Mestrando em Ciências da Religião (UMESP). Graduado em Teologia (FACETEN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8009-7299>. E-mail: graciell.teixeira@gmail.com.

³¹ Mestrando em Ciências da Religião (UMESP). Graduado em Gestão de Agronegócios (FATEC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4358-915X>. E-mail: mendesfabriciano69@gmail.com.

³² Doutorando em Ciências da Religião (UMESP). Mestre em Direito (Universidade Autônoma de Lisboa). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1197-8280>. E-mail: cesarjanoti@gmail.com.

Introdução

De qual forma as tradições religiosas podem conduzir os seus seguidores a agirem eticamente em relação às crises socioambientais enfrentadas na atualidade? Como as tradições milenares lidam com as práticas de cuidado comunitário fortalecendo a saúde física, mental e espiritual dos seus fiéis? Qual caminho traçado por essas tradições religiosas contribui para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas dos grupos marginalizados? Quais princípios sugeridos por esses grupos atuam na fundamentação de práticas de moderação, simplicidade e voluntariado para o combate ao desperdício?

O deslocamento de uma ética do “eu” para o “nós” – da singularidade para a valorização plural – configura-se como uma perspectiva ética qualificada para unir o cuidado do próximo, visando à responsabilidade social através da preservação do meio ambiente e redução das desigualdades. A transição de uma subjetividade para a consciência coletiva não apenas reflete um mandato moral, mas uma construção espiritual relacionando-se com a cultura e a prática sustentadora de uma ética responsável para a sobrevivência planetária.

O texto objetiva demonstrar como o Judaísmo, o Islamismo e os Cristianismos do Sul Global oferecem visões distintas para o campo ético responsável. Em sua tradição, o Judaísmo ensina que através do “Tikkun Olam”, “reparar o mundo”, seus seguidores devem engajar-se ativamente na restauração da ordem divina, incluindo justiça social e o equilíbrio ecológico como manifestação da aliança com Deus, incluindo toda criação.

O Islã, atribui ao ser humano o papel de “Khalifa” “vice-regente”, ou seja, um guardião da Terra, incumbido de administrar os recursos que ela oferece de maneira justa, moderável e sustentável, em consonância com o “equilíbrio cósmico”, “mizan”. Por vez, os Cristianismos especificamente pentecostais latino-americanos, caracterizados pela ação comunitária de grande relevância, apresentam uma espiritualidade que se destaca pela solidariedade, resistência social e promoção do bem-estar coletivo, manifestando o cuidado com a criação como uma extensão inseparavelmente ligada à vida em comunidade.

De certo modo, essas reflexões estão relacionadas ao pensamento do filósofo Hans Jonas em seu princípio de responsabilidade (2006) comunicando aos humanos sobre sua missão terrena de preservar a biodiversidade para as gerações presentes, e que as futuras não se deparem com uma Casa caoticamente destruída pela ganância da humanidade. A ética jonasiana sugere uma mudança equilibrada, não concentrada.

Assim sendo, o artigo investiga como o Judaísmo, o Islã e os Cristianismos do Sul Global apresentam princípios e práticas que mostram como o cuidado coletivo é um imperativo espiritual e ético, alinhado com os ODS 3, 10, 11 e 12. A análise das tradições é informada pela perspectiva de autores como Clifford Geertz (2008) para quem a religião é um sistema cultural que molda o comportamento humano.

³³A ética de Hans Jonas baseia-se na responsabilidade por garantir a continuidade da vida e a preservação da existência tanto humana quanto não humana na Terra hoje e para as próximas gerações. Essa visão preanuncia as discussões atuais sobre sustentabilidade, sugerindo que qualquer ação humana deve considerar não somente os efeitos imediatos, mas também os futuros.

Nossa análise se conecta diretamente com a filosofia de Hans Jonas e seu conceito de ética da responsabilidade. O autor, ao postular que a humanidade tem a responsabilidade de assegurar que a vida no planeta persiste para as futuras gerações, oferece um horizonte ético universal que encontra uma ressonância significativa nas diferentes visões de mundo das religiões (2006).

³³ A ética de Hans Jonas baseia-se na responsabilidade por garantir a continuidade da vida e a preservação da existência tanto humana quanto não humana na Terra hoje e para as próximas gerações. Essa visão preanuncia as discussões atuais sobre sustentabilidade, sugerindo que qualquer ação humana deve considerar não somente os efeitos imediatos, mas também os futuros.

1.0 Princípio Responsabilidade em Hans Jonas

Hans Jonas (1903 – 1993), filósofo alemão de nacionalidade judaica, foi criado em uma família de classe média. Deve grande parte de sua magnífica formação humanística às leituras dos profetas da Bíblia Hebraica. Sua formação filosófica teve início ainda muito jovem, quando frequentava a Universidade de Freiburg, aos pés de um mestre que se tornaria uma referência mundial, mas que naquele momento era apenas o professor Martin Heidegger. Em 1924 Jonas conheceu Rudolf Bultmann, e sob sua orientação elaborou uma tese sobre o conceito de “gnose” no cristianismo primitivo, que foi apresentado em 1931 e publicado posteriormente. Após esta publicação, Jonas produziu outras obras que têm marcado positivamente a vida de muitas pessoas. Uma das obras publicadas por Hans Jonas, “O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica” (Jonas, 2006) servirá como referência para esse artigo.

Em princípio responsabilidade, Jonas propõe ao pensamento e ao comportamento humano uma nova concepção de ética. Para o autor, a ética vigente em seu tempo — denominada ética tradicional — limitava-se ao “aqui e agora”, estando fundamentada apenas nos interesses imediatos do ser humano, configurando-se, assim, como uma ética profundamente antropocêntrica. Nenhuma ética anterior via em sua sustentação “[...] a obrigação a considerar a condição global da vida humana e o futuro distante, inclusive a existência da espécie” (Jonas, 2006, p. 41).

A nova proposta do “agir humano” implica considerar mais do que os interesses imediatos da humanidade, superando o “eu antropocêntrico” em direção a um “nós extra-humano”, que compreende também a comunidade biótica e o equilíbrio ecológico, em concordância com o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis. Através desse fundamental deslocamento, são expostos os limites de uma ética restrita ao ser humano como valor exclusivo.

Isto posto, a transição do “eu antropocêntrico” para o “nós extra-humano” implica repensar a “casa comum” (Eco), não reduzindo o pensamento aos interesses próprios, e sim integrando as proporções sociais, ecológicas e intergeracionais. Este último visa pensar nas futuras gerações que habitarão nesta terra que vivemos hoje. Esta transição se trata de uma ação ética, convergindo com os princípios da sustentabilidade baseados na visão sistêmica da Agenda 2030 da ODS 12.

1.1 Da ética tradicional para o princípio de responsabilidade do “eu” para o “nós”

Por muitos séculos, a ética tradicional empenhou-se em tratar de questões relativas às ações vigentes, relacionando-se com pessoas de seu tempo e com situações imediatas. O significado dessa ética estava diretamente ligado aos relacionamentos humanos, configurando-se, como observa Jonas em uma “ética tradicional antropocêntrica”(2006, p. 35). Em outras palavras, tratava-se de um modelo ético voltado ao comportamento correto, cujos critérios estavam limitados às consequências imediatas, sem considerar horizontes mais amplos de tempo e espaço.

A ética Aristotélica, por exemplo, estava relacionada ao cultivo das virtudes como caminho para uma vida tranquila e feliz (eudaimonia). Para o filósofo grego, a ética representava sempre uma busca orientada pelo ideal do “melhor” para o ser humano, uma realização intrinsecamente pura. O bem, entendido como o ápice do desejo humano, consistia na produção de virtudes (areté) e no equilíbrio prudente das ações (2009).

Como recorda Paixão (2002, p. 58) “o bem procurado por Aristóteles é por ele chamado, não simplesmente to agathós (o bom), mas to áriston, o (melhor). Uma sociedade aristocrática é uma sociedade dos melhores, e a areté (a virtude) pertence fundamentalmente aos aristoí, aos ‘homens melhores’ ou ‘homens virtuosos’”. Para o pensamento aristotélico a ética estava vinculada ao florescimento humano e às realizações do caráter em circunstâncias concretas para a era presente, e não se relacionava em nada com a busca pela melhoria futura.

“Nenhuma ética anterior vira-se obrigada a considerar a condição global da vida humana e do futuro distante, inclusive a existência da espécie. O fato de que hoje eles estejam em jogo exige, numa palavra, uma nova concepção de direitos e deveres, para a qual nenhuma ética metafísica antiga pode sequer oferecer os princípios, quanto mais uma doutrina acabada” (Jonas, 2006, p. 41)

³⁵ A ética aristotélica fundamenta-se na busca da chamada “eudaimonia” (felicidade ou florescimento humano), alcançada por meio da prática das virtudes. Para Aristóteles, agir eticamente consiste em encontrar o justo meio entre os extremos do excesso e da falta, orientando-se pela razão e pela prudência (phronesis). (Aristóteles, 2009, p.53).

Em Immanuel Kant, há um grande deslocamento, ao propor o imperativo categórico da reflexão ética (Kant, 2007). Sua preocupação estava em assegurar que as ações humanas fossem guiadas por princípios universais, passíveis de validação através da razão. Nesse sentido, a ética kantiana exige que, antes do agir, o indivíduo reflita sobre as possíveis consequências – se a máxima da ação puder gerar contradição ou caos ao ser humano, então não deverá ser moralmente aceita. Trata-se, portanto, de uma ética enraizada na razão prática, onde a dignidade da humanidade é o critério supremo, conforme observa (Jonas, 2006, p. 35).

Entretanto, tanto em Aristóteles (2009) quanto em Kant (2007), a ética permaneceu vinculada a um mundo relativamente estável, cujas consequências não ultrapassavam o presente e imediato. Justamente em Hans Jonas (2006) e o seu princípio responsabilidade, surge como um chamado à reflexão em torno das ações presentes que resultam em reações futuras.

Para o filósofo, as novas civilizações, com suas tecnologias, introduziram muitos riscos inéditos em escala global, potencialmente irreparáveis, exigindo assim uma resposta fundamentada na ética responsável. O imperativo desta ética se baseia na reflexão: “Age de tal modo que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na Terra” (Jonas, 2006, p. 47). A inovação dessa ética desloca o centro da moral do presente para o futuro. O novo imperativo pleiteia por outra coerência:

Não a do ato consigo mesmo, mas a dos seus efeitos finais para a continuidade da atividade humana no futuro”. E a ‘universalização’ não é hipotética, isto é, a transferência meramente lógica do “eu” individual para um “todos” imaginário, sem conexão casual com ele (JONAS, 2006, p. 49).

³⁶ Immanuel Kant (1724–1804) foi um filósofo alemão considerado um dos principais representantes do pensamento iluminista. Sua filosofia moral baseia-se na ideia de que o valor ético de uma ação reside na intenção e no dever, e não em seus resultados. Segundo Kant, o ser humano deve agir de modo que a máxima de sua ação possa ser transformada em uma lei universal da razão prática (Kant, 2007, p. 59).

A proposta do pensamento jonasiano apoia-se em considerar, de maneira inegociável, não apenas os efeitos imediatos das ações humanas por meio de suas tecnologias, mas sobretudo suas implicações a longo prazo. A ética da responsabilidade amplia o horizonte moral, incluindo as gerações futuras e a própria biosfera como objeto de cuidado.

Nesse sentido, ao romper com a clássica ética exclusivamente antropocêntrica, Jonas (2006) sugere um outro tipo de antropocentrismo que seja criticamente amplo, no qual a preservação da vida humana, tanto do presente quanto do futuro, dependa do cuidado com as condições ecológicas que a asseguram.

Diante do exposto, à proposta de Hans Jonas (2006), que defende a consideração do próximo em vez de se concentrar apenas na própria vida, está intrinsecamente presente nas tradições religiosas, especialmente no judaísmo, no islamismo e nas diversas vertentes do cristianismo do Sul Global. Isso se reflete na maneira como essas tradições zelam pela biosfera.

2.Tradições Religiosas e Éticas de Sustentabilidade- Judaísmo

A tradição judaica apoia-se em normas e símbolos, fornecendo assim a base para uma ética de sustentabilidade e articulando a narrativa do “eu” ao “nós” em harmonia com a criação. Entre as três partes essenciais, destaca-se: o tikkun olam (reparação do mundo), bal tashkhît (proibição da destruição inútil) e o ciclo sabático (shmita), objetivando conter o consumo em harmonia com o ODS 12, com a finalidade de preservar e manter a vida.

Como observa Richard H. Schwartz, “a cosmovisão judaica exige que os seres humanos ajam como guardiões da Terra, cooperadores com Deus no processo de tikkun olam” (Schwartz, 2002, p. 45). Por meio dessas normas, é possível compreender como o ritual e o simbólico tornam-se ferramentas de transformação da “ação individualizada” para “ação coletiva”, resultando em uma ética de responsabilidade ecológica englobante.

O conceito de tikkun olam, que significa “conserto do mundo”, recebeu destaque nas novas interpretações. No pensamento rabínico, isso indica que o ser humano é corresponsável pela ordem na criação. Como menciona Held (1994, p. 68) “uma dimensão ética que coloca o ser humano como cocriador com Deus, responsável pela manutenção da justiça e pela preservação da vida”. Esse conceito paira nas comunidades judaicas, como base para diversas ações promotoras de atividades e justiça social ambiental. Além dessas ações, as pesquisas apontam para um fomento entre as empresas sustentáveis, integrando gestão consciente e sustentável, com responsabilidades nos recursos produzidos pelo meio ambiente e com a cosmovisão espiritual da criação divina (Schwartz, 2002, p.46).

Outro princípio fundamental para a consciência ética da responsabilidade em relação à sustentabilidade proposta pela tradição judaica é *bal tashkhît*, onde Moisés, escritor da Torá e líder na construção ética do povo de Deus, proíbe a “destruição do arvoredos” (Dt 20,19-20). Ampliando essa orientação, a tradição dos rabinos compreendeu ser uma proibição geral ao desperdício e a destruição do meio ambiente (Schwartz, 2002, p. 46). Segundo alguns rabinos modernos, o mandato implica em um consumo consciente, além de um reaproveitamento de materiais, opondo-se às práticas que visam um esgotamento do ecossistema.

Dorff (2005, p. 132) afirma que “a proibição de desperdício é uma aplicação prática do reconhecimento de que o mundo não pertence ao ser humano, mas a Deus, e deve ser cuidado com reverência”.

Essa ordem mostra como as ações no presente podem comprometer tanto a vida contemporânea quanto as das futuras gerações. Cabe às religiões assumirem essa função na preservação do futuro da humanidade como prioridade ética, compreendendo que esse futuro também passa pela preservação da natureza, especificamente no combate ao desmatamento, conforme a Torá ensina como condição indispensável para a continuidade da vida terrena.

Sendo assim, o “shmita” nos é apresentado como ano sabático, conforme o texto de Levítico 25, quando a terra deve descansar. Nesse tempo as dívidas são canceladas e a economia é ajustada de acordo com princípios de justiça. Este princípio exige então uma ética de renovação cíclica, entendendo que a exploração constante sobre a terra mina totalmente a sua fertilidade, perturbando assim a harmonia da criação. Para Newman (2014, p. 54), a “shmita” representa “um paradigma bíblico de sustentabilidade, baseado no descanso e na redistribuição, que antecipa conceitos modernos de economia ecológica”.

A ordem para deixar a terra descansar revela que as ações presentes, se não freadas, podem comprometer tanto a vida presente quanto as gerações futuras. Ao instituir um período de descanso para a terra e a remissão de obrigações entre os povos, a Torá chama a comunidade judaica para compreender que o cuidado com a humanidade e com o meio em que se vive é uma categoria ética central. Portanto, o shmita não é apenas um descanso agrícola, mas antes de tudo, uma ética da limitação, uma correção contra o acúmulo exacerbado, uma esperança que reconcilia a humanidade com a natureza.

Em suma, o “tikkun olam”, “bal tashkhî” e “shmita” apresentam uma estrutura normativa e comunitária, direcionando integralmente a vida judaica para a sustentabilidade. Apesar de falta de consenso entre as correntes de pensamento judaicas, reconhecem-se cada vez mais esses princípios como visão ética de responsabilidade para com a geração presente e as futuras.

O diálogo entre o judaísmo e Hans Jonas (2006) confirma uma ética sustentável não apenas individualizada, mas também comunitária. Enquanto Jonas (2006) oferece uma estrutura reflexiva sobre o imperativo da responsabilidade, o judaísmo, por sua vez, fomenta símbolos, rituais, narrativas e práticas para suas comunidades, possibilitando aplicar esta responsabilidade no dia a dia. Esta integração permite a passagem consciente de um “eu” para o “nós”, criando uma cultura baseada na ética, voltada à preservação da criatura e da justiça entre as gerações.

3. Islamismo Como Tradição Ética Responsável Pela Sustentabilidade

No islamismo, é possível estabelecer uma relação intrínseca entre o ser humano e o meio em que se habita como princípio fundamental. Esse princípio não se restringe ao campo teórico, mas constitui a base normativa de uma conduta cotidiana que orienta milhões de adeptos dessa tradição religiosa. O Alcorão, nesse sentido, apresenta-se como um código de regras e orientações destinado a guiar seus fiéis, indicando que se deva evitar o desperdício e promover o bem-estar coletivo. O reconhecimento de que a criação possui um propósito e nela estão presentes todos os valores essenciais, garante as condições necessárias de sobrevivência e bem-estar para as gerações presentes e futuras. Essa perspectiva é reforçada pelo texto sagrado:

“Não há criatura alguma que rasteje sobre a terra, nem daquelas que voem, que não sejam comunidades como vocês” (Alcorão, Gado [Al An’am], 6:38).

O texto eleva o status de toda a vida. Isso significa que, assim como os humanos, todas as outras criaturas têm suas próprias formas de organização, de existência e, em última análise, louvam a Deus. O texto sagrado, portanto, nos tira do centro do universo, inserindo-nos como parte de um ecossistema maior. A partir dessa perspectiva, a diversidade biológica é percebida não como um acaso, mas como um elemento da ordem divina. O reconhecimento das outras espécies como comunidades promove, no Alcorão, um apelo ao respeito e à compaixão por todas as formas de vida. Essa visão de mundo fortalece a ética da conservação, elevando a proteção dos habitats e a valorização da biodiversidade. O livro sagrado da religião Islâmica, o Alcorão, na Sura 2 (Al-Baqara), versículo 30, expõe:

E (recorda-te, ó Profeta) de quando o teu Senhor disse aos anjos: Vou instituir um vice-regente na terra! Eles perguntaram: Estabelecerás nela quem ali fará corrupção, derramando sangue, enquanto nós celebramos o Teu louvor, glorificando-Te? Disse (o Senhor): Eu sei o que vós ignorais, (Sura 2. 30).

“Vou instituir um vice-gerente na terra”. Esta é a designação da humanidade como khalifa. O termo khalifa ("sucessor", "regente" ou "vice-gerente") não dá à humanidade poder sobre a natureza, mas sim a responsabilidade de ser sua guardiã.

Assim, o ser humano é visto como um zelador e administrador da criação de Deus, e não como um explorador. A visão divina é que a Terra não pertence ao ser humano, mas sim a Deus, e a humanidade tem a responsabilidade de cuidar, proteger e gerir seus recursos de forma justa e sábia. O papel do ser humano como *khalifa* é um dos pilares da visão de mundo islâmica sobre a relação entre a humanidade e a natureza.

A designação de “*khalifa*” não implica domínio ou posse absoluta sobre o meio ambiente. Pelo contrário, ela estabelece uma relação de custódia e responsabilidade. A humanidade é vista como um administrador fiduciário, encarregado de cuidar da criação de Deus com sabedoria, moderação e justiça. Nesse sentido, a destruição ambiental é considerada uma traição a essa confiança divina.

O Alcorão traz ensinamentos para uma vida melhor e em paz. As orientações práticas das revelações que influenciam as interações humanas, não somente com o próximo, mas também com o ambiente, são um imperativo do livro sagrado para os muçulmanos. Portanto, a conservação do corpo, da alma e da ordem natural, não são atos de conveniência, mas imperativos morais e espirituais. A preservação da diversidade de todos os ecossistemas, de todas as diversidades da vida, é o desdobramento do serviço a Deus, que firma o compromisso ambiental como um pilar fundamental da fé islâmica.

3.1 A função de *khalifa* impõe cuidados e conservação

O papel de regente ou vice-gerente (*khalifa*) na Terra, conforme a ética islâmica, não é apenas um título, mas um mandato para promover regras claras de conservação e respeito ao meio ambiente.

A seguir, detalhamos como o khalifa deve administrar e implementar os princípios de sustentabilidade.

A responsabilidade do khalifa inicia-se com o gerenciamento prudente dos recursos, em oposição ao desperdício (israf). No Islã, o desperdício é considerado um pecado grave, uma vez que os recursos naturais são compreendidos como dons concedidos por Deus. O regente deve, portanto, promover uma cultura de moderação e valorização. Nesse sentido, o Alcorão adverte: “Comer e beber, mas não vos excedais; porque Ele não aprecia os perdulários” (ALCORÃO, 7:31).

Essa orientação estabelece uma base teológica para a gestão sustentável, na qual o consumo é permitido, mas o excesso é condenado. Cabe ainda ao khalifa incentivar a conservação da água, mesmo em situações de abundância, como demonstra a tradição do Profeta Muhammad, que desaprovava o uso excessivo de água durante a ablução. Além disso, deve-se promover a não contaminação de rios e solos, bem como a reutilização de materiais, reconhecendo que a criação divina não pode ser descartada de maneira irresponsável. Dessa forma, o ser humano é chamado a atuar como guardião da biodiversidade.

A obrigação sagrada do regente consiste em atuar como guardião da vida em todas as suas manifestações, compreendendo que as demais espécies não existem apenas em função do benefício humano, mas possuem suas próprias comunidades e razões de ser. Nesse horizonte, o Alcorão declara: “Não há criatura na terra ou no céu que não seja uma comunidade como a humanidade” (ALCORÃO, 6:38). Tal afirmação eleva o estatuto de toda forma de vida, conferindo-lhe dignidade própria. O *khalifa*, portanto, tem o dever de ser guardião dessas comunidades, e não um tirano sobre elas.

Do ponto de vista prático, cabe ao khalifa fomentar leis e costumes que proíbam a crueldade contra animais, a caça indiscriminada e a destruição de habitats. A conservação de florestas, rios e ecossistemas configura-se como expressão de honra à obra divina e como meio de sustentar o equilíbrio (mizan) estabelecido por Deus. Além disso, a responsabilidade do regente implica assegurar que as gerações futuras possam usufruir dos recursos naturais, reconhecendo que as outras espécies não constituem meros recursos disponíveis à exploração humana, mas criaturas dotadas de comunidades próprias e de propósito intrínseco.

3.2 Equilíbrio ecológico (Mizan) e responsabilidade coletiva (*Fard Kifayah*)

O fundamento da ética ambiental do Islã baseia-se em dois princípios: o equilíbrio ecológico (mizan) e a responsabilidade coletiva (fard kifayah). A argumentação central sustenta que a crise ambiental, sob essa cosmovisão, é compreendida como um fracasso moral e teológico, exigindo, portanto, uma resposta comunitária fundamentada em princípios de conservação e justiça. A concepção de que o ser humano constitui a entidade central da criação contrasta diretamente com a lógica de exploração irrestrita do meio ambiente. Na perspectiva islâmica, cada elemento da natureza — do cosmos ao microcosmo — é entendido como manifestação sagrada e intrínseca da divindade.

3.3 O Princípio do equilíbrio (*Mizan*) como ordem divina

O princípio do “Mizan” constitui-se como a pedra angular da ética ambiental islâmica. O Alcorão estabelece: “E o céu, Ele o elevou, e estabeleceu a balança. Não transgridais, pois, na balança. E pesai com equidade, e não causeis perda na balança” (ALCORÃO, 55:7-9). O texto sagrado adverte explicitamente a humanidade a não transgredir esse equilíbrio, uma vez que a destruição de qualquer parte da criação é compreendida como violação da ordem divina. Para Nasr (1997, p. 18), “[...] a natureza não é um mero objeto a ser dominado, mas um ‘sinal’ sagrado (*ayah*) da glória divina”. Essa visão conecta-se diretamente ao conceito de confiança (*amanah*), entendido como ‘o dever sagrado de custódia assumido pela humanidade’. Nesse sentido, o Alcorão declara:

“E quando teu Senhor disse aos anjos: Vou instituir um vice-regente na terra! Disseram: Estabelecerás nela quem ali fará corrupção e derramará sangue, enquanto nós Te louvamos e glorificamos? Ele disse: Eu sei o que vós ignorais” (ALCORÃO, 2:30).

Do mesmo modo, afirma: “Oferecemos a confiança aos céus, à terra e às montanhas, mas eles recusaram carregá-la e temeram aceitá-la; o homem, porém, assumiu-a. Ele é, em verdade, injusto e ignorante” (Alcorão, 33:72). Tais passagens evidenciam o peso moral e espiritual desse compromisso, em que o ser humano, como *khalifa*, é guardião da balança da criação, e não seu proprietário.

3.4.2 A responsabilidade coletiva (Fard Kifayah) como imperativo de ação

O conceito de responsabilidade coletiva (fard kifayah) representa a aplicação prática da ética ambiental islâmica. Diferentemente da obrigação individual (fard 'ayn), que recai sobre cada pessoa, o fard kifayah atribui à comunidade a tarefa de garantir o bem-estar coletivo. Assim, a conservação ambiental, o combate à poluição e a administração sustentável dos recursos naturais não são apenas responsabilidades individuais, mas deveres compartilhados pela coletividade. Como observam Zaidi e Abas (2018), quando a comunidade, em seu conjunto, falha em cumprir essa missão, a responsabilidade recai sobre todos.

Nesse mesmo horizonte, o ambientalista Fazlun Khalid, cofundador da Fundação Islâmica para Ecologia e Ciência Ambiental (IFEES), exemplifica tal abordagem ao relacionar os princípios islâmicos diretamente com os desafios ambientais contemporâneos. A incapacidade de sustentar o equilíbrio divino resulta na crise ambiental, considerada uma falha coletiva, e não meramente individual. A solução, portanto, requer um comprometimento comunitário fundamentado em valores religiosos, articulando a preservação do equilíbrio ecológico com a responsabilidade coletiva. Tal perspectiva oferece um modelo robusto para enfrentar, simultaneamente, os desafios ambientais e as injustiças sociais (Foltz, 2018; Khalid, 2018).

³⁷ O IFEES é uma organização que tem promovido a interação entre religião e a preservação do meio ambiente, projetos em países de predominância muçulmana, realizando a socialização em diversos setores da sociedade, como nas construções de novas Mesquitas. Pode ser acessado pelo site: <https://www.ifees.org.uk/projects/>

4.Tradições Religiosas e Éticas de Sustentabilidade-Cristianismos do Sul Global

A interface entre religiões e sustentabilidade possibilita múltiplas abordagens no campo da espiritualidade e das éticas sustentáveis, as quais fomentam práticas de justiça ambiental e favorecem o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, as tradições religiosas desempenham um papel essencial, tanto na promoção do equilíbrio socioambiental quanto na orientação de ações concretas em prol da preservação da vida e do planeta.

Segundo Maçaneiro (apud Giraud 2016, p.51), a crise ambiental e climática agravou-se “nos últimos quarenta anos, especialmente nos países ocidentais”, onde se anuncia um “falimento escatológico” que afeta não só os ecossistemas, mas também as economias.

Historicamente, o cristianismo manteve uma postura de relativa negligência em relação às questões ecológicas, em grande parte influenciado pela herança cultural e econômica do capitalismo ocidental. Contudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, observa-se uma ruptura paradigmática impulsionada, entre outros fatores, pelo Concílio Vaticano II e pela II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968).

Esse marco contribuiu para um olhar mais crítico acerca da problemática ecológica, evidenciando o papel ético e a responsabilidade do ser humano na preservação e cuidado da criação. Segundo Boff (2017), de modo geral, a sustentabilidade refere-se ao compromisso e à preservação das espécies da Terra e de seus ecossistemas:

A sustentabilidade é o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os seus elementos físicos, químicos e ecológicos, que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (Boff, 2017, p. 13).

Dentre os inúmeros movimentos sociais surgidos na América Latina, destaca-se o pentecostalismo, uma corrente do protestantismo que teve origem com Charles Fox Parham e William Joseph Seymour, entre 1901 e 1906, em Topeka (Kansas) e Los Angeles (Califórnia). O movimento expandiu-se rapidamente pela região, estabelecendo-se no Brasil em 1910-1911 por meio dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg. Marcado pela ênfase na experiência espiritual, na vida comunitária e na mobilização social, o pentecostalismo continua atraindo milhões de fiéis, constituindo-se espaço relevante para a reflexão sobre práticas sustentáveis, ética ambiental e engajamento comunitário na preservação da criação.

A chave hermenêutica do pentecostalismo é a experiência do Espírito, o que atraiu pobres excluídos, colocando o ser humano no mesmo nível de igualdade social e criticando os ditames da economia capitalista baseada na concentração de riqueza (por parte dos brancos) e na exclusão social (de negros e hispânicos) (Oliveira; Rodrigues, 2022, p.113).

Os pentecostais latino-americanos valorizam a vida comunitária, promovendo práticas de solidariedade e ajuda mútua, o que fortalece redes de apoio para projetos de sustentabilidade social e ambiental. Um exemplo disso é a atuação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco (IEADPE), que desde 1981 mantém missionários em diversas regiões do mundo — incluindo América Latina, América do Norte, Ásia, África e Europa —, contribuindo para a erradicação da pobreza (ODS 1), em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

As práticas populares e o culto comunitário oferecem dignidade e empoderamento aos marginalizados, constituindo-se espaço de resistência cultural contra estruturas de opressão e promovendo o diálogo em torno da justiça social. Além disso, essas práticas fortalecem vínculos comunitários e contribuem para a construção de identidades coletivas que reafirmam valores éticos e espirituais compartilhados.

Muitas comunidades pentecostais vivem em um contexto de vulnerabilidade e desenvolvem práticas criativas econômicas para lidar com recursos escassos. Segundo Pablo Séman (2019, p.61), há uma constante no crescimento dos pentecostais da América Latina, assim como na capacidade de vincular sua mensagem às espiritualidades de cada uma das paisagens culturais da região, além de fomentar formas de organização, teologia e liturgia flexíveis, variadas e facilmente apropriáveis, com as quais se difunde entre os mais variados segmentos da população em diferentes contextos nacionais.

Diante do exposto, a responsabilidade de preservar a “Mãe Terra” (Boff, 2017) transcende a esfera individual, exigindo uma atuação coletiva que reconheça a necessidade de medidas efetivas em prol da sustentabilidade global.

Nesse contexto, as religiões desempenham um papel relevante na promoção da consciência ecológica, contribuindo para a quebra de paradigmas e fortalecendo a dimensão espiritual do engajamento ambiental.

4.1 Implicações para a sustentabilidade global

A transição de uma ética individualista para uma consciência coletiva, conforme analisado nas tradições judaica, islâmica e nos cristianismos do Sul Global, não se trata apenas de um exercício meramente espiritual, mas um imperativo categórico para a crise socioambiental contemporânea. As implicações dessa passagem do "eu" ao "nós" são vastas, redefinindo estratégias de cooperação, fomentando políticas públicas e a nutrição de uma espiritualidade engajada. Ao traduzir princípios éticos milenares em ações concretas, as religiões se revelam como agentes indispensáveis para a construção de um futuro sustentável, justo e saudável para a geração atual e futuras gerações.

4.2 Estratégias de cooperação inter-religiosa em favor do meio ambiente, saúde e equidade social

Diante dos imensos desafios globais que transcendem fronteiras geográficas, culturais e religiosas, a cooperação inter-religiosa emerge como uma estratégia fundamental para o enfrentamento destas dificuldades. A crise climática, a perda de biodiversidade, desigualdade social e o capitalismo selvagem são problemas complexos que nenhuma tradição ou nação pode resolver isoladamente. A convergência ética em torno do cuidado com a criação e a justiça para com o próximo, identificada no judaísmo, islamismo e nos cristianismos pentecostais, oferece um terreno fértil para a colaboração.

Uma primeira estratégia concreta é a formação de conselhos e fóruns inter-religiosos focados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um exemplo de iniciativas como a Faith for Earth Initiative do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) demonstram a importância de reunir líderes e comunidades de fé para mobilizar recursos e promover ações coordenadas.

A missão do órgão: “Incentivar, capacitar e envolver organizações religiosas como parceiras, em todos os níveis, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e cumprir a Agenda 2030”, demonstra que as organizações religiosas são atores-chaves no processo da sustentabilidade e precisam estar engajados nesta promoção.

Fóruns como estes podem organizar campanhas conjuntas de sustentabilidade onde sinagogas, mesquitas e igrejas cristãs e outras religiões trabalhem lado a lado, não apenas para restaurar ecossistemas, mas também para fortalecer os laços comunitários entre as pessoas, desfazendo qualquer tipo de preconceito.

No campo da saúde e bem-estar (ODS 3), a cooperação pode se materializar na criação de redes de saúde comunitária inter-religiosas. Muitas comunidades de fé já possuem uma infraestrutura de cuidado (hospitais, clínicas, centros de apoio) e uma rede de voluntários capilarizada. Ao unirem forças, podem otimizar a distribuição de recursos, promover campanhas de vacinação e saúde preventiva e oferecer apoio psicossocial a populações vulneráveis.

A união das vozes pela justiça social e redução da desigualdade (ODS 10) representa uma fronteira poderosa para a cooperação inter-religiosa.

Líderes religiosos, falando com uma voz unificada, possuem uma autoridade moral capaz de influenciar políticas públicas em níveis nacional e internacional. A união de vozes, fundamentada no imperativo ético de proteger os mais fracos (valor central nas três tradições analisadas), amplifica a demanda por um modelo de desenvolvimento que não deixe ninguém para trás.

Diante da crítica da lógica urbana puramente mercadológica, que busca uma cidade não somente verde, mas fraterna, desde seus templos com lugares acolhedores e indo contra as especulações imobiliárias e afins, é um caminho a ser trilhado pela religião (ODS 11). As comunidades religiosas precisam influenciar, através de campanhas de conscientização, práticas de consumo mais sustentáveis, abandonando a visão simples do descarte e assumindo a partilha dos bens com os mais necessitados (ODS 12).

5. Reflexão sobre a passagem do “eu” ao “nós” como horizonte ético para sustentabilidade e redução das desigualdades.

A passagem do "eu" ao "nós" é o movimento ético central que fundamenta a própria ideia de sustentabilidade. A exploração da natureza como recurso inesgotável, sem pensar no futuro de toda uma geração, é um dos motivos da raiz da crise atual. As tradições religiosas aqui estudadas oferecem um contraponto radical a essa visão. Elas propõem que a identidade humana não se realiza no isolamento, mas na relação com o Criador, com a comunidade e com a Criação.

O judaísmo apresenta um conceito moderno de Tikkun Olam (reparar o mundo), que em algumas visões - como a cabalística - convoca o indivíduo a participar ativamente da restauração da ordem divina, incluindo tanto a justiça social quanto o equilíbrio ecológico. Bernstein (2013, p.75) apresenta o conceito:

“Tikkun olam, o dever de um judeu conforme definido no século XVI pelo incomparável cabalista Rabino Isaac Luria Ashkenazi. [...] Segundo ele, melhorar ou, como outros traduzem, restaurar o mundo, é o primeiro mandamento cabalístico porque tikkun significa restaurar a totalidade original que a própria Criação quebrou.

A responsabilidade não é apenas pessoal, mas coletiva e geracional. Essa visão desafia a lógica do lucro imediato, exigindo uma perspectiva de longo prazo que considera o bem-estar das futuras gerações, em linha direta com a ética da responsabilidade. Ela implica também o compromisso com a preservação ambiental e com a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

O Islamismo, por sua vez, estrutura a vida em torno da comunidade global de fiéis. A noção de Khalifa (custódia ou mordomia) não é concedida a um indivíduo, mas à humanidade como um todo. A Terra é uma confiança divina, e sua gestão deve ser coletiva e justa. A degradação ambiental e a desigualdade social são, nessa perspectiva, uma falha coletiva em honrar essa confiança sagrada. A passagem ao "nós" implica reconhecer que a exploração de recursos em uma parte do mundo afeta toda a comunidade e toda a humanidade, exigindo sistemas econômicos baseados na partilha e na moderação.

Nos cristianismos pentecostais do Sul Global, a passagem ao "nós" se manifesta de forma visceral na experiência comunitária. A igreja não é apenas um lugar de culto, mas uma rede de apoio mútuo que funciona como uma família estendida. Essa forte coesão social gera resiliência em contextos de pobreza e exclusão. A espiritualidade pentecostal, com sua ênfase na ação do Espírito Santo na comunidade, promove uma ética do cuidado direto e promoção da solidariedade.

Portanto, o horizonte ético do "nós" redefine a sustentabilidade. Ela deixa de ser uma questão meramente técnica e isolada para se tornar uma questão relacional. A saúde e bem-estar (ODS 3), a justiça social e a redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e o desenvolvimento sustentável (ODS 12) são pontos que precisam ser tratados em conjunto para todos, de forma que um mundo sustentável só possa ser construído sobre todas estas bases, onde o bem-estar de cada um está intrinsecamente ligado ao bem-estar de todos e do planeta.

5.1 Contribuições práticas para políticas, educação ambiental, saúde comunitária e espiritualidade engajada

A Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais (IRI) é um dos exemplos proeminentes de práticas focadas em políticas e educação ambiental mediante uma espiritualidade engajada. Presente no Brasil e em outros países detentores de florestas tropicais (Colômbia, Peru, Congo e Indonésia), a IRI atua na articulação de líderes de diversas religiões (católicas, evangélicas, muçulmanas, judaicas, budistas, hindus e taoístas, além de cientistas climáticos, especialistas em florestas tropicais e representantes dos povos indígenas do Brasil) para a proteção das florestas e seus biomas, promovendo o diálogo inter-religioso entre as comunidades de fé em prol do meio-ambiente.

O projeto Ecoilê (nome coletivo da pesquisa “Economia Agroecológica, Saúde, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Terreiros Religiosos de Matriz Africana na RIDE – Distrito Federal e Rio de Janeiro”) é uma cooperação entre a Fiocruz Brasília, o Instituto Federal de Brasília (IFB) e terreiros de matriz africana de Brasília e Rio de Janeiro, que busca a sustentabilidade na produção agroecológica, promovendo saúde, segurança alimentar e nutricional, através da integração de saberes ancestrais.

³⁸ O Instituto de Estudos da Religião (ISER) é uma organização da sociedade civil criada em 1970, no Rio de Janeiro. Desde então, tem se dedicado a aproximar fé, direitos humanos, meio ambiente e políticas públicas, por meio de pesquisas, formações e projetos que fortalecem o diálogo inter-religioso e a sustentabilidade socioambiental. Entre suas principais iniciativas está o projeto Fé no Clima, que mobiliza comunidades de fé na busca por soluções coletivas frente às mudanças climáticas. Disponível em: <https://iser.org.br/sobre/>. Acesso em: 19 out. 2025.

Para além dos projetos focados no clima, a Rede Ecumênica da Água (REDA), representada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), atua na conscientização sobre o direito ao saneamento básico e à água potável para todos os seres vivos. A REDA promove a reflexão e a ação sobre a gestão dos recursos hídricos a partir de uma perspectiva de fé, considerando a água como um "dom divino" e um direito humano fundamental.

Conclusão

A análise evidenciou que as tradições religiosas, ao dialogarem com o princípio da responsabilidade, oferecem importantes contribuições éticas para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea. A transição do “eu” para o “nós” configura-se como eixo estruturante dessa reflexão, articulando espiritualidade, ética comunitária e compromisso intergeracional.

Judaísmo, Islamismo e Cristianismos do Sul Global convergem ao reconhecer a sustentabilidade como imperativo coletivo que vincula fé, justiça social e preservação da vida.

No Judaísmo, o Tikkun Olam propõe o conserto do mundo como expressão de uma espiritualidade comprometida com a equidade e o equilíbrio ambiental. No Islamismo, os princípios de khalifa e mizan reforçam a responsabilidade humana na administração justa e moderada da criação. Já os Cristianismos Pentecostais do Sul Global evidenciam práticas de solidariedade e cuidado comunitário que fortalecem o bem-estar coletivo em contextos de vulnerabilidade.

Em diálogo, essas tradições revelam uma ética convergente que se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 3, 10, 11 e 12, ao integrarem espiritualidade e ação concreta em prol da justiça socioambiental. Assim, a sustentabilidade global demanda uma espiritualidade ativa e responsável, capaz de promover a corresponsabilidade entre indivíduos, comunidades e gerações, assegurando condições de vida dignas e justas no presente e no futuro.

Referências

ALCORÃO. Diversas suras, como Al-Baqara (2), Al-Ahzab (33), Al-Rahman (55) e Al-Tawbah (9), servem como fontes primárias.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BERNSTEIN, Ellen (ed.). *Ecology & the Jewish Spirit: Where Nature & the Sacred Meet*. Woodstock, VT: Jewish Lights Publishing, 1998.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 1985.

CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Responsabilidade e ética da terra: habitar o Antropoceno. *Bio Diverso*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/biodiverso/article/view/117427>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FOLTZ, Richard. *The Islamic Tradition and the Environmental Crisis*. Oxford: Oneworld Publications, 2018.

FOLTZ, C. Richard; DENNY, M. Frederick; BAHARUDDIN, Azizan. *Islam and Ecology*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

FREITAS, J. Sustentabilidade: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GEBARA, Ivone. Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1. ed., 15. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM PERNAMBUCO – IEADPE. Obra missionária. Disponível em: <https://www.ieadpe.org.br>. Acesso em: 31 ago. 2025.

IHU UNISINOS. Religiões e ecologia: a fé pode salvar o planeta? Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608086-religioes-e-ecologia-a-fe-pode-salvar-o-planeta>. Acesso em: 18 ago. 2025.

INICIATIVA INTER-RELIGIOSA PELAS FLORESTAS TROPICAIS. IRI Global. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://iribrasil.org/iriglobal/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

I

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Fé no Clima. Rio de Janeiro: ISER, [s. d.]. Disponível em: <https://iser.org.br/projeto/fe-no-clima/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). Projeto Fé no Clima. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://iser.org.br/projeto/fe-no-clima/>. Acesso em: 19 out. 2025.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Trad. Marijane Lisboa; Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições, 2007.

KHALID, Fazlun. *Signs on the Earth: Islam, Modernity and the Climate Crisis*. London: Anqa Publishing, 2018.

KHALID, M. Fazlun. Islã, modernidade e a crise climática, 2019. Disponível em: <https://www.ifees.org.uk/projects/islam-biodiversity/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MAÇANEIRO, Marcial. Religiões e sustentabilidade: conceitos, ênfases, ações. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 427-450, maio/ago. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo 3: Saúde e Bem-Estar. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo 10: Redução das Desigualdades. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NASR, Seyyed Hossein. *Man and Nature: The Spiritual Crisis in Modern Man*. 1. ed. Chicago: Kazi Publications, 1997.

OBSERVATÓRIO DE CLIMA E SAÚDE. O Observatório. Rio de Janeiro: Fiocruz, [s. d.]. Disponível em: https://obha.fiocruz.br/?page_id=2001. Acesso em: 20 ago. 2025.

OLIVEIRA, Liliane Costa de; RODRIGUES, Donizete. Amazônia, terra de avivamento religioso: o caso do pentecostalismo. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 10, n. 17, p. 112-133, jan./jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2019-09/Agenda2030-completo-site.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Consumo e produção responsáveis. Nações Unidas Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PAIXÃO, Márcio Petrocelli. O problema da felicidade em Aristóteles. Rio de Janeiro: Editora Pós-Moderno, 2002.

REDA BRASIL. Rede Evangélica pela Democracia e Ação. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://redabrasil.com/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SEMÁN, Pablo. Pentecostalismo y desigualdades sociales en América Latina. *Encartes*, v. 2, n. 4, p. 58-69, set. 2019-mar. 2020.

SILVA, J. F. et al. Religiões e sustentabilidade: conceitos, ênfases, ações. *Perspectivas Teológicas*, v. 4, n. 1, p. 55-72, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/JNfTvH7NSYLWCKL7gypRxj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

USTENTABILIDADE BRASIL. Religião e a natureza: o que ensinam sobre preservar o meio ambiente. Disponível em: <https://sustentabilidadebrasil.com/religiao-e-a-natureza-o-que-ensinam-sobre-preservar-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

N ENVIRONMENT PROGRAMME. Why faith and environment matters. Nairobi: UNEP, [s. d.]. Disponível em: <https://www.unep.org/about-un-environment-programme/faith-earth-initiative/why-faith-and-environment-matters>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ZAIDI, Naqib; ABAS, Ibtisam. Fard Kifayah as a Tool for Community Development: An Islamic Approach. *International Journal of Social Science Studies*, v. 6, n.3, p. 136-145, 2018.

The background features a dark blue color with various sustainability-related icons in a lighter blue tone, including a leaf, wind turbines, a lightbulb with a plant inside, and a recycling symbol. The word "Sustentabilidade" is written in a large, light blue, sans-serif font across the middle. A stylized graphic of a green and white triangle is positioned on the right side. The main title "Sustentabilidade Integrada" is displayed in a large, bold, white sans-serif font at the bottom.

Sustentabilidade Integrada

Convergências Interdisciplinares para a Sustentabilidade...

Como a humanidade pode enfrentar múltiplas crises que ameaçam a sustentabilidade planetária e a justiça social? Dados recentes indicam que 2024 registrou o primeiro ano a ultrapassar 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, atingindo 1,52°C, enquanto janeiro de 2025 foi o mês mais quente da história, com temperaturas 1,75°C superiores às do final do século XIX (Copernicus, 2025).

O aquecimento causado pelo ser humano aumentou em ritmo sem precedentes, chegando a 0,27°C por década entre 2015 e 2024, com emissões de gases de efeito estufa batendo recordes de 53 bilhões de toneladas de CO₂ por ano (Copernicus, 2025; Climate Action Tracker, 2024).

Além disso, os extremos climáticos intensificam-se globalmente, provocando deslocamentos populacionais e turbulências econômicas e sociais (ONU, 2025). No Brasil, secas, ondas de calor e eventos extremos tornam-se mais frequentes, com previsões científicas indicando que mudanças irreversíveis nos padrões climáticos ocorrerão caso as emissões atuais sejam mantidas (MCTI, 2025). A vulnerabilidade social e ambiental exige, portanto, respostas integradas que superem abordagens fragmentadas (Beck, 2010; Santos, 2020), articulando justiça socioambiental, educação transformadora, comunicação ética e cuidado coletivo (ONU, 2025; MCTI, 2025; Beck, 2010; Santos, 2020).

Nesse contexto, Ivone Gebara (1997) propõe o cuidado como categoria epistemológica e espiritual, capaz de restabelecer o vínculo entre ser humano, natureza e transcendência, enquanto Leonardo Boff (2003) desenvolve a noção de “Casa Comum”, enfatizando que somente uma ética planetária do cuidado pode reverter a destruição ambiental e social.

Diante dessa urgência, o e-book identifica três eixos integradores a partir de estudos interdisciplinares nos programas de Comunicação social, Educação, Psicologia da Saúde e Ciências da Religião da UMESP - Universidade Metodista de São Paulo: Construção da Consciência Crítica e Cidadania Planetária, Territorialidade e Pertencimento como base da ação sustentável, e ética do cuidado e responsabilidade intergeracional. Esses eixos articulam, de forma complementar, contribuições teóricas e práticas de cada área, evidenciando a importância do diálogo entre saberes para a promoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis (Thiesen, 2008; Walsh, 2009; Walsh, 2012).

1. Formando Consciência Crítica e Cidadania Planetária

O eixo da consciência crítica emerge como núcleo articulador, integrando comunicação, educação, psicologia e espiritualidade na formação de sujeitos comprometidos com a transformação socioambiental. A educação propõe tratar a sustentabilidade como eixo transversal, mobilizando estudantes como agentes ativos na construção de um futuro coletivo são possíveis. Essa abordagem exige práticas pedagógicas engajadas, dialógicas e conectadas à comunidade e ao território (Thiesen, 2008; Palavras Educação, 2024).

A comunicação pública assume papel estratégico, promovendo transparência, inclusão de múltiplas vozes e monitoramento social das ações ambientais. A análise do greenwashing evidencia que aparatos simbólicos, como fotos, vídeos, relatórios e selos, podem criar falsa percepção de responsabilidade, sendo necessária comunicação ética, participativa e autêntica para consolidar cidadania ambiental global (Walsh, 2012).

No campo da psicologia, reforça-se que a transformação sustentável depende do engajamento coletivo e da construção de vínculos afetivos com o espaço, fortalecendo competências socioemocionais — empatia, autorregulação, resiliência e comunicação — fundamentais para o enfrentamento de dilemas ético-ambientais complexos (Santos, 2020).

Nesse horizonte, as práticas espirituais contribuem com fundamentos éticos baseados na interdependência, sacralidade da vida e responsabilidade coletiva. No âmbito da tradição metodista, o cuidado da Terra configura-se como ato de fé e engajamento comunitário; no Budismo Geluk, a compaixão (*karuṇā*) e a interdependência orientam o cuidado coletivo. Outras tradições religiosas mundiais fortalecem a ética do “eu ao nós”, promovendo justiça social e bem-estar coletivo (Gebara, 1997; Boff, 2003).

2.Territórios de pertencimento: bases para a ação sustentável

A formação de sujeitos críticos e afetivamente comprometidos com o bem comum depende do reconhecimento do território como espaço educativo e de participação social. O território articula saberes acadêmicos e populares, valorizando práticas locais e decoloniais, consolidando cidadania e responsabilidade coletiva. Essa articulação contribui para a construção de uma consciência crítica que integra conhecimentos formais e saberes locais, incentivando protagonismo e engajamento social em diferentes esferas da comunidade (Walsh, 2009; Santos, 2020).

Os vínculos afetivos com o território funcionam como catalisadores de processos identitários e motivacionais, fortalecendo o engajamento sustentável. A participação em ações coletivas, como mutirões, hortas comunitárias e fóruns ambientais, reforça identidade ecológica e consciência reflexiva. Além disso, esses vínculos promovem colaboração e solidariedade entre os/as participantes, criando redes de apoio que consolidam práticas socioambientais contínuas e transformadoras (Thiesen, 2008).

Nesse cenário, Catherine Walsh (2012) destaca que a comunicação territorial é espaço de construção intercultural e de práticas éticas, transparentes e colaboradoras/as, capazes de transformar percepção em ação real. Ivone Gebara (1997), por sua vez, enfatiza que a dimensão religiosa fortalece a responsabilidade coletiva e o cuidado mútuo, materializando-se em projetos concretos e em iniciativas de cooperação inter-religiosa que restauram ecossistemas e consolidam laços comunitários.

3.Cuidando Juntos: base da responsabilidade intergeracional

O cuidado coletivo e a justiça intergeracional constituem eixo transversal que articula dimensões educativas, psicológicas, comunicacionais e espirituais. Na educação, manifesta-se na formação de sujeitos críticos, capazes de práticas transformadoras voltadas ao bem comum. No campo psicológico, destaca-se o fortalecimento da saúde coletiva, solidariedade e confiança mútua, condições essenciais para mudanças comportamentais sistêmicas (Santos, 2020).

As práticas espirituais complementam esse entrelaçamento ético, promovendo interdependência, compaixão e responsabilidade compartilhada. As diversas tradições de fé, com sua ênfase na sacralidade da vida e na solidariedade, consolidam a transição do foco individualista ("eu") para o bem-estar coletivo ("nós"), promovendo justiça social e cuidado mútuo (Gebara, 1997; Boff, 2003)."

Sendo assim, a comunicação ética garante transparência e engajamento social, enquanto a responsabilidade intergeracional projeta uma perspectiva de longo prazo, articulando educação, espiritualidade e cuidado coletivo para assegurar a sustentabilidade do futuro, fortalecendo vínculos comunitários e consolidando práticas de co responsabilidade entre as gerações (Walsh, 2012; Santos, 2020).

Conclusão

O percurso desenvolvido pelo projeto interdisciplinar entre os Programas de Pós-Graduação em Comunicação social, Educação, Psicologia da Saúde e Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo reafirma que a sustentabilidade só adquire sentido pleno quando compreendida como prática relacional, ética e transformadora. Trata-se de um compromisso que ultrapassa fronteiras disciplinares e se consolida na construção coletiva de saberes voltados à promoção da vida, da justiça social e do cuidado com a Casa Comum.

Deste modo, a articulação entre as quatro áreas expressa uma convergência epistemológica em torno de valores como diálogo, solidariedade e corresponsabilidade, essenciais para uma práxis acadêmica comprometida com o bem comum. Essa compreensão projeta a produção acadêmica como agente ativo de transformação social, orientada pela responsabilidade coletiva e pela promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

A Comunicação contribui para a construção de narrativas públicas de conscientização e transformação; a Educação, para a formação crítica e emancipadora; a Psicologia da Saúde, para o fortalecimento integral do ser humano; e as Ciências da Religião, para a dimensão ética e espiritual do cuidado.

Nesse entrelaçamento de saberes, a interdisciplinaridade se consolida não apenas como metodologia de integração, mas como horizonte ético-político de resistência à fragmentação do conhecimento e às formas contemporâneas de indiferença. O projeto, ao promover a escuta mútua e o diálogo entre as áreas, reafirma a vocação histórica da UMESP como instituição comprometida com a paz, a sustentabilidade planetária e a formação de sujeitos conscientes, críticos e solidários.

Assim, cuidar da Casa Comum é também cuidar das relações humanas, dos vínculos comunitários e das possibilidades de um futuro compartilhado, reconhecendo que cada ação individual e coletiva contribui para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. A interdisciplinaridade, nesse contexto, torna-se caminho de reconciliação entre ciência, espiritualidade e sociedade — uma epistemologia do cuidado que inspira novas formas de habitar o mundo, orientadas pelo respeito à vida, à diversidade e à interdependência entre todas as formas de existência.

Referências

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo (3ª ed.). Edições 70.

Beck, U. (2010). Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Climate Action Tracker. (2024). As the climate crisis worsens, the warming outlook stagnates. <https://climateactiontracker.org/publications/the-climate-crisis-worsens-the-warming-outlook-stagnates/>

Copernicus Climate Change Service. (2025). Copernicus: 2024 is the first year to exceed 1.5°C above pre-industrial level. <https://climate.copernicus.eu/copernicus-2024-first-year-exceed-15degc-above-pre-industrial-level>

Fazenda, I. C. A. (2008). Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. Cortez.

Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research, 6(3), 167-191. <https://www.jstor.org/stable/422690>

GEBARA, Ivone. Teologia ecofeminista. Ensaio para repensar o conhecimento e a religião. Olho d'água, 1997.

Leff, E. (2009). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Vozes.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2025). Análise aponta alterações nos padrões climáticos em todas as regiões do Brasil. Portal Gov.br. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/07/analise-aponta-alteracoes-nos-padroes-climaticos-em-todas-as-regioes-do-brasil>

Morin, E. (2001). A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Bertrand Brasil.

Morin, E. (2005). Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. Cortez.

Morin, E. (2015). Introdução ao pensamento complexo. Sulina.

Organização das Nações Unidas. (1995). Declaração e Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia. Resolução A/53/243. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000112874_por

Organização das Nações Unidas. (2015). Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Organização das Nações Unidas. (2025). Relatório sobre clima revela que planeta está emitindo gases de efeito estufa em níveis recordes. UN News. <https://news.un.org/pt/story/2025/03/1846346>

Santos, B. S. (2020). A cruel pedagogia do vírus. Almedina.

Thiesen, J. S. (2008). A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, 13(39), 545-554. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpjvpx6tGYmFr/?format=pdf&lang=pt>

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existiry (re)vivir. Tomo I. Serie Pensamiento Decolonial, 2012.

Coordenação:

Janaina Brito de Assis Freitas

Fabiana Correa Mateus



**CARLA
SOHER**



**CESAR
JANOTI**



**DANIELA
VIANA**



**DANIELA
LOPES**



**DANIELLY
ALVES**



**DAYANE
MANTHAY**



**DOUGLAS
CARVALHO**



**ERIKA
PESELLI**



**FABIANA
MATEUS**



**FABRÍCIO
MENDES**



**FRANCISCO
SANTOS**



**FERNANDA
SANTOS**



**FELIPE
DONADON**



**GISELE
D'OTAVIANO**



**GLAUCIA
BALBACHAN**



**GRACIEL
SANTOS**



**ISABELA
GRABALLOS**



**IVAN
BITOLO**



**JANAINA
FREITAS**



**JULIANA
TAVARES**



**LAURA
MOREIRA**



**LUCIANA
PIRES**



**MARIA
ITIUBA**



**MARISA
SANTOS**



**MIRIAM
SILVA**



**PATRÍCIA
SILVA**



**REGINA
ZERRENNER**



**RODRIGO
DE ALMEIDA**



**SILVANIA
RAMOS**



**ROSE
ARAÚJO**



**CONGRESSO METODISTA (Org. DISCENTES)
PROJETO EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ:**

METODISTA
São Paulo, 20 a 22 de outubro de 2025 -
São Bernardo do Campo, SP, Brasil